

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
DO OESTE CATARINENSE - UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do **Grau de Mestre em Sociologia**

Teresa Kleba Lisboa

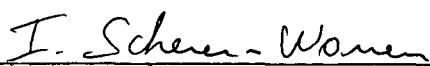
Florianópolis, dezembro de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
DO OESTE CATARINENSE - UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL

TERESA KLEBA LISBOA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:


Ilse Scherer-Warren - Dra.
Orientadora


Maria Ignez Silveira Paulilo - Dra.


Paulo José Duval da Silva Krischke - Dr.

A G R A D E C I M E N T O S

- À Orientadora Ilse, pelo carinho, compreensão e dedicação que me dispensou ao longo de todo o curso e principalmente durante a elaboração deste trabalho.

- Aos professores e colegas do Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela solidariedade e pelo conhecimento adquirido através da rica convivência.

- Aos agricultores Sem Terra, sem os quais este trabalho não teria sentido. Pela acolhida carinhosa em seus barracos, pela amizade sincera, pelas rodas de chimarrão e pelas contribuições valiosas de seus depoimentos e informações.

- Ao meu companheiro Armando pelo estímulo e compreensão ao longo desta caminhada.

- A todos que contribuíram de alguma forma na elaboração deste trabalho, e à Albertina pela dedicação e excelente dactilografia.

Aos meus filhos,

Cristiane, João Francisco e
Leonardo, pelas horas de con-
vívio e de lazer que tiveram
que abdicar em função da rea-
lização deste trabalho.

"Quero entoar um canto
novo de alegria, ao
raiar aquele dia,
de chegada em nosso
chão. Com meu povo
celebrar a alvorada,
minha gente libertada,
lutar não foi em vão..."

(Canto das CEBs)

R E S U M O

Este trabalho é um estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense, sua organização, formas de luta e características.

Este movimento apresenta características definidas que se enquadram na teoria dos Novos Movimentos Sociais. Sendo assim a autora o analisa à luz desta teoria. Os Novos Movimentos Sociais surgem no Brasil a partir da década de 70 e começam a requerer um novo paradigma de análise.

O trabalho acompanha a trajetória das 2.000 famílias Sem Terra do Oeste Catarinense que ocuparam 18 localidades em maio de 1985, a aglutinação das mesmas em três grandes acampamentos, até os assentamentos definitivos dois anos depois.

Relata as dificuldades, lutas e conquistas destas famílias, a relação comunitária que se estabelece, e o cotidiano nos acampamentos.

A autora analisa também o papel dos mediadores - Igreja, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partidos Políticos e Sindicatos - em relação ao Movimento.

E por último mostra um breve panorama da Reforma Agrária em Santa Catarina e relata a situação das famílias do Movimento dos Sem Terra em seus respectivos assentamentos.

A B S T R A C T

This work is a study of the characteristics, organization and means of struggle of the "Landless" Rural Workers' Movement in Western Santa Catarina, Brazil.

In view of the fact that this movement presents suitable defining characteristics, its categorization is that of a New Social Movement, and accordingly analysis is carried out in the light of the theory of such movements. The New Social Movements, which first appeared in Brazil in the 1970's, call for the use of a correspondingly new paradigm of analysis.

The present work follows the trajectory of 2000 "landless" families from Western Santa Catarina who, in May 1985, squatted in various locations (18 in all), and who later gathered into three great camps until two years later when they were permanently settled.

The difficulties, struggles and conquests of these families, together with the community relations which established themselves and the daily life in the camps, are all reported.

Also, the roles of mediators, particularly the Church, the Pastoral Land Commission ("CPT" - "Comissão Pastoral da Terra"), political parties and trade unions, are analyzed in relation to the movement.

Lastly, there is given a brief panorama of Agrarian Reform in Santa Catarina, and a report of the situation of families of the "Landless Movement" in their respective settlements.

Í N D I C E

	Pág.
APRESENTAÇÃO	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE	viii
TABELA DE SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO	 7
1. Evolução dos Paradigmas	8
2. Diferença entre Velhos e Novos Movimentos Sociais	21
3. Movimentos Sociais no Campo	27
 CAPÍTULO II - TRABALHO DE CAMPO	 43
1. Considerações sobre a Pesquisa	44
2. Fases da Pesquisa	46
3. Relato da Pesquisa de Campo	48
 CAPÍTULO III - A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA	 58
1. A Questão Agrária no Brasil e em Santa Catarina	59
2. Os Conflitos de Terra no Brasil e em Santa Catarina	67
3. O Plano Nacional de Reforma Agrária - Lançamentos, Reações, Avanços e Recuos	73

	Pág.
CAPÍTULO IV - HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA	94
1. Do Sul do País	95
2. De Santa Catarina	97
3. Do Oeste Catarinense	99
- O dia 25 de maio de 1985 - A Posse das Terras no Oeste Catarinense	99
4. Repercussões da Posse, Negociações, Acordos, Alianças com Entidades de Apoio, Atos Públicos, Definições	103
CAPÍTULO V - O MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO OESTE CATARINENSE - ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE LUTA	126
1. O que Representa	127
2. Como se Forma	130
3. Quem Abrange	132
4. Acampamentos - Nova Forma de Luta pela Terra	133
4.1 - A Estratégia de Acampar	133
4.2 - O cotidiano nos Acampamentos	135
4.3 - Principais Dificuldades	141
4.4 - Fatos que se Destacaram	143
CAPÍTULO VI - CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE CATARINENSE	147
1. Descentralização do Poder/Organização	148
2. Relação Comunitária	154
3. Projeto de uma Nova Sociedade	158
4. Autonomia/Liberdade	159
5. Deslegitimação do Estado	164
6. Luta pela Cidadania	166

	Pág.
7. Resistência Ativa Não-Violenta	168
8. Valorização do Papel da Mulher	172
9. A Fé como Suporte para Enfrentar a Luta	179
• CAPÍTULO VII - OS MEDIADORES EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO DOS SEM TERRA	189
1. A Igreja	190
2. A Comissão Pastoral da Terra - CPT	202
3. Partidos Políticos	207
4. Sindicatos	213
CAPÍTULO VIII - ASSENTAMENTOS - 2 ^a ETAPA DO PROCESSO	227
1. O Plano Regional de Reforma Agrária para Santa Catarina.	228
2. Assentamentos - a Dura Realidade	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
BIBLIOGRAFIA	256
ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ACAMPAMENTOS	267
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ASSENTAMENTOS	271
ANEXO III - ACORDO ENTRE AS ENTIDADES DO GOVERNO E REPRESENTANTES DO MST	274
ANEXO IV - NOTA DE ESCLARECIMENTO À POPULAÇÃO EM 01.05.86 .	276
ANEXO V - NOTA À IMPRENSA E A POPULAÇÃO EM 21.12.86	279

ANEXO VI - PROPOSTAS DO IV CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHA- DORES RURAIS NÃO CONTEMPLADAS NO PLANO	281
ANEXO VII - ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS AGRÁRIOS MUNICIPAIS ..	286

TABELAS DE SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
BESC	- Banco do Estado de Santa Catarina
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CIA	- Central Intelligence Agency
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CONCLAT	- Confederação Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAG	- Congresso dos Trabalhadores Agrícolas
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
EMPASC	- Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
FINSOCIAL	- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FETAESC	- Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Santa Catarina
FUNRURAL	- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBDF	- Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
ITESC	- Instituto Teológico de Santa Catarina
KGB	- Comitê de Segurança do Estado (Rússia)
LADESC	- Liga de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário de Santa Catarina
MASTER	- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
MIRAD	- Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST	- Movimento dos Sem Terra
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERRA	- Programa Especial de Crédito Rural
PT	- Partido dos Trabalhadores
RA	- Reforma Agrária
SNI	- Serviço Nacional de Informações
TFP	- Tradição Família e Propriedade
UDR	- União Democrática Ruralista
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
USP	- Universidade de São Paulo

I N T R O D U Ç Ã O

O Estado de Santa Catarina tem sido apontado como modelo de implantação da Reforma Agrária no Brasil. Foi o que afirmou o ex-ministro Dante de Oliveira em outubro de 1986, quando visitou o oeste catarinense: "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados no Programa Nacional de Reforma Agrária".

A meta estabelecida pelo INCRA Regional, de beneficiar 2.900 famílias em projetos de assentamento e regularização fundiária, em 1986 chegou perto de ser cumprida.

Uma grande questão porém paira no ar: como que estas metas foram tão rapidamente alcançadas? Foi por acaso a Nova República que se preocupou com a Reforma Agrária e atuou com tamanha eficiência?

A Reforma Agrária foi uma das grandes promessas da Nova República que veio ao encontro dos trabalhadores. Milhares de agricultores se viram na proeminência de terem seus conflitos de terra resolvidos e finalmente poderem trabalhar para sua auto-sustentação.

Porém, o debate em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária logo comprovou o jogo de forças conservadoras contido na Nova República, frustrando esta esperança.

A proposta inicial da Nova República de fazer democracia com a participação do povo foi logo substituída por fazê-la "para" e "no lugar" do povo.

O presente trabalho se propõe analisar estas questões e procura mostrar que em Santa Catarina o fator decisivo para acelerar o processo de Reforma Agrária, foi a organização, união e pressão dos agricultores pertencentes ao Movimento dos Traba -

lhadores Rurais Sem Terra.

Foram 2000 famílias que da noite para o dia ocuparam 18 propriedades de diversos municípios numa ação conjunta, organizada, causando surpresa para as autoridades, comunidades e imprensa e deixando em pânico dezenas de grandes proprietários.

Como explicar uma ação deste nível em se tratando de simples colonos, semi-analfabetos?

Como explicar a força e a resistência destas famílias que passam por uma verdadeira saga na epopéia dos acampamentos: morando em barracos cobertos de lona de plástico, enfrentando frio, calor, desconforto e insegurança; passando fome e sofrendo com as crianças que nem leite ganham para tomar; tendo que controlar os nervos e esperar mais de 2 anos acampados em precaríssimas condições sem nenhuma definição em relação às terras que reivindicam?

A ocupação das terras pelas 2000 famílias no oeste catarinense coincidiu com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo presidente Sarney no IVº Congresso dos Trabalhadores Rurais - realizado em Brasília, em maio de 1985.

Enquanto que o presidente juntamente com o Ministro do MIRAD eram destacados com toda a pompa nas manchetes dos jornais anunciando o Plano, as ocupações das terras em Santa Catarina também eram mencionadas e destacadas como "conflito social" e "grande tensão".

Apesar de Santa Catarina ser conhecido como um Estado minifundista, não podemos esquecer que a concentração de terras nas mãos de poucos é grande. Segundo a Secretaria do Movimento

dos Sem Terra, em 1986 existiam 140 mil famílias sem terra.

↳ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem se destacado como um Novo Movimento Social entre outros, que vem se empenhando na luta por uma sociedade mais democrática, mais justa, onde as diferenças sociais não sejam tão gritantes, onde os direitos e a dignidade da pessoa humana sejam respeitados, sobretudo o direito à terra, e o direito à vida.

E é acreditando nestes movimentos, na esperança que um dia haverá mais igualdade e participação entre os homens, e na esperança que no futuro a terra poderá ser de quem nela trabalha para o sustento da vida, que me propus a escolher o Movimento dos Sem Terra como objeto de estudo.

Acompanhei a trajetória das 2.000 famílias sem terra que no dia 25 de maio de 1985 ocuparam terras no oeste catarinense e lá permaneceram quase 2 anos (algumas mais) à espera de assentamento.

Analiso o Movimento dos Sem Terra à luz da teoria dos Novos Movimentos Sociais por considerar que através de suas características, organização e formas de luta ele tem se destacado como tal.

O trabalho abrange o seguinte roteiro:

O primeiro capítulo trata dos paradigmas que norteiam a análise sobre os movimentos sociais. Procuro mostrar que o velho paradigma que enfoca tudo sobre o prisma das classes sociais não se basta mais para o estudo dos Novos Movimentos Sociais. O sujeito da revolução, ou seja da mudança da sociedade não pode mais ser considerado o proletariado industrial, somente. Novos

atores surgiram no cenário político.

Portanto, a construção de um novo paradigma se faz necessária, para uma nova visão da realidade.

No segundo capítulo descrevo minha pesquisa e o trabalho de campo. Duas semanas no acampamento e uma nos assentamentos me proporcionaram uma rica experiência de integração com os agricultores sem terra com os quais aprendi muito. Em todos os momentos mostraram-se solícitos e foi grande a receptividade.

Esta também foi uma constante em todos os demais órgãos ou instituições que visitei solicitando dados.

→ O terceiro capítulo retrata um pouco a questão agrária e os conflitos de terra no país, e mostra a trajetória do Plano Nacional de Reforma Agrária, seu lançamento, avanços e recuos.

∕ Sendo a Reforma Agrária a principal bandeira de luta do Movimento dos Sem Terra, julguei importante incluir um item específico sobre este tema.∕

No quarto capítulo inicio o estudo do Movimento dos Sem Terra propriamente dito, com a apresentação do Histórico, a nível regional, estadual e local, ou seja do oeste catarinense. No histórico local, relato o dia das ocupações, as repercussões, negociações e acordos.

O quinto capítulo - Organização e formas de luta, mostra como o movimento se estrutura, se organiza e escolhe, como principal forma de luta, a estratégia de acampar. Descrevo o cotidiano nos acampamentos, as principais dificuldades e os fatos mais marcantes ao longo do tempo de espera.

O sexto capítulo pretende estabelecer uma relação entre a teoria dos Novos Movimentos Sociais e o Movimento dos Sem Terra, mostrando através de suas características, que ele pode ser considerado um Novo Movimento Social.

Estas características foram observadas ao longo de minha permanência nos acampamentos e colocadas pelos próprios sem terra durante as entrevistas.

O sétimo capítulo tenta mostrar a relação dos mediadores - Comissão Pastoral da Terra, Igreja, Sindicatos e Partidos Políticos que atuam junto ao Movimento dos Sem Terra na difícil tarefa de assessorá-los respeitando a sua autonomia.

E, finalmente o último capítulo, sobre os assentamentos, refere-se à segunda etapa da pesquisa, na qual tentei confrontar as expectativas e aspirações em relação aos assentamentos, que os sem terra haviam colocado durante as entrevistas nos acampamentos.

Nossas visitas, bem como os depoimentos, mostram que os assentamentos estão sendo feitos muito precariamente.

O Plano Regional de Reforma Agrária para Santa Catarina está encontrando muitos entraves na sua implementação.

A pressão do Movimento dos Sem Terra tem colaborado sem dúvida, para antecipá-lo.

C A P Í T U L O I

REFERENCIAL TEÓRICO

1. A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS

Para compreender os Novos Movimentos Sociais é preciso perceber que eles irrompem num contexto de rupturas, de crise da sociedade moderna.

A corrida armamentista faz com que nos defrontemos, pela primeira vez na história da humanidade, com a real ameaça de extinção de toda a vida no planeta.

Enquanto os gastos militares mundiais já superaram a marca dos dois milhões de dólares por minuto, mais de quinze milhões de pessoas, em sua maioria crianças, morrem de fome.

A tecnologia industrial moderna tem comprometido cada vez mais o meio ambiente e a futura evolução da vida no planeta, com a poluição e o envenenamento químico fazendo parte crescentemente do nosso dia a dia.

Esta crise, resultado das formas de acumulação e do predomínio predatório da razão da sociedade industrial moderna, se manifesta também como vazio - sentimento de impotência e de que nada é importante; solidão - perda de contato com a natureza e com os outros; medo - fruto de ameaças objetivas à vida; agressividade - perda do sentido do valor e da sacralidade da pessoa humana.

Segundo DE LA CRUZ, três grandes rupturas ocorridas de 1945 a 1960 contribuíram para o surgimento dos movimentos sociais:

1. Ruptura Cultural: O desenvolvimento do Capitalismo, a crescente industrialização e urbanização provocou: crise na fa

mília, dos casais, das relações entre pais e filhos, da dupla jornada de trabalho da mulher, e perda de fé nas crenças tradicionais, o que ocasionou:

- Individualização da Sociedade
- Desestabilização das relações humanas.

2. Ruptura do Modelo Estatal: A crise econômica e a complexidade da sociedade assinalaram os limites para o funcionamento do Estado interventor e desenvolvimentista. Causas:

- Insuficiência administrativa
- Incapacidade de prestar serviços
- Deterioração da legitimidade.

3. Ruptura do Modelo de Desenvolvimento: A crise econômica, o desemprego em massa, recessão, efeitos ambientais da industrialização, vieram desmascarar o sonho desenvolvimentista.¹

Esta série de rupturas evidencia que a sociedade industrial está em decadência e com isso, a luta de classes já não é mais a única que movimenta a história.

Apesar de TOURAINE e GORZ² acharem que a sociedade pós industrial gerou uma não classe, - para eles ou são as classes ou são os movimentos sociais que normatizam o funcionamento da sociedade - este pensamento é um tanto radical.

Inúmeros trabalhos mostram a sobrevivência das classes sociais e suas lutas inclusive nas sociedades capitalistas avançadas, bem como o caráter de classe da tecnocracia.³

Tendo claro que a dimensão de classe na atual sociedade em que vivemos não pode ser negada, no presente trabalho pro-

ponho-me a investigar o caráter de "novo" que o Movimento dos Sem Terra expressa, através de suas formas de organização, aprofundando o estudo de suas características.

Sabemos que durante muito tempo vigorou a força do paradigma⁴ clássico de análise da luta de classes que estabelece um recorte econômico para a valorização de alguns tipos de movimentos sociais. Somente os movimentos sociais de base homogênea ou seja operária seriam merecedores de atenção e consequente formação de teoria.

Isto limitou muito a análise dos movimentos sociais em toda a América Latina.

Na década de 60, os movimentos sociais eram concebidos como práticas subordinadas aos partidos, e supunha-se que os únicos sujeitos sociais eram os sujeitos de classe.⁵

Sob esta perspectiva, EVERS coloca que os movimentos sociais só teriam duas alternativas: A eles caberia o papel de movimentos de massa, pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações de trabalhadores como o movimento social do proletariado, ou teriam a função de "fronts" políticos especiais destinados a subordinar-se à liderança do partido, único organismo autorizado a fazer política.⁶

Este reducionismo⁷, seja em suas variantes economicista, politicista ou classista, passou a ser um obstáculo dentro do paradigma marxista, dificultando a compreensão do conceito de democracia relacionado com o socialismo, e a compreensão do significado dos movimentos sociais contemporâneos. Este reducionismo está sendo atualmente "uma das fontes que alimentam as posi-

ções ultra-esquerdistas".⁸

O reducionismo classista por exemplo, consequência necessária do economicismo⁹, analisa tudo pelo ângulo da luta de classes, reduz todas as formas político-ideológicas a posições de determinada natureza de classe, afirma a essência classista de todos os agentes sociais, reduz enfim todas as contradições a uma contradição de classe.

Sobre este ponto, Sader acrescenta que "a análise de classes é um método que decompõe a sociedade nos seus vetores básicos para compreender melhor sua dinâmica. Porém, um classismo reducionista não consegue incorporar categorias como nação, povo, democracia (e eu diria movimentos sociais), permanecendo num ponto de vista crítico, impotente para servir de instrumento à organização de uma hegemonia na sociedade construída em torno dos trabalhadores e do povo".¹⁰

É necessário entendermos a realidade como uma totalidade composta de diferentes níveis e momentos com especificidades próprias e que se interrelacionam. Assim, as relações sociais não podem decorrer unilateralmente das relações de produção, e os movimentos sociais devem ser inseridos na história social e analisados segundo seu contexto.

A partir da década de 70, observa-se no Brasil, a irrupção de novos sujeitos sociais no cenário político, que vem colocando em gestação uma nova compreensão da política, da sociedade e da vida.

São os movimentos feministas, raciais, dos moradores das periferias urbanas, dos sem terra, juvenis, ecológico, paci-

fista, Comunidades Eclesiais de Base e outros, cujas bases sociais nem sempre ou não só estão ligadas à produção.

Portanto, as referências de análise passam a ser múltiplas: políticas, organizacionais, culturais e outras, que interagem nestes movimentos.

Estes movimentos sociais surgem como novos atores do cenário político e são apresentados como fonte de possíveis transformações na sociedade e de questionamentos à estrutura de dominação vigente.¹¹

Almejam a construção do novo, um novo que se define pela crítica às práticas organizativas, centralizadas e burocratizadas já experimentadas. Não possuem um projeto claro de futuro. O vir a ser deve ser construído a partir do próprio presente, com experiência própria.¹²

Para TELLES, o surgimento dos Novos Movimentos Sociais no Brasil se dá numa época em que o país vivia sob o signo de uma ruptura com sua história passada (atrelamento e tutela estatal, populismo); sob o impacto de um Estado autoritário e repressor, porém modernizante que impunha um profundo reordenamento da sociedade; e sob o impacto da derrota de 1964.

Apesar desses fatores, os movimentos sociais cresceram com força, lutando por sua autonomia e independência.¹³

Demonstraram capacidade de auto-organização, participação e encontraram na sociedade civil, o melhor local de fazer política, o primeiro passo dado em direção à democracia.

Atualmente, a experiência cotidiana do autoritarismo vivido em nosso sub-continente fez com que o Movimento Popular¹⁴

descobrisse que a democracia é algo essencial e não de valor relativo.¹⁵

A nova cultura política que emerge com os movimentos sociais coloca a questão da democracia como central nas ciências sociais¹⁶, na medida em que a luta contra o autoritarismo torna-se a luta por uma ordem social alternativa e democrática.

LEFFORT coloca que é da essência do totalitarismo recusar os direitos do homem, ao mesmo tempo que esses direitos são um dos princípios geradores da democracia.¹⁷

É sob o impulso desses direitos que a trama da sociedade política tende a modificar-se ou aparecer cada vez mais como modificável.

Para DURHAM, na análise da categoria dos direitos está implícito o problema da cidadania, quando diz que a transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania.¹⁸

Desta forma, o confronto com o Estado não é apenas o reconhecimento de sua legitimidade, mas uma avaliação desta legitimidade que é medida por sua capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Assim, os movimentos sociais não esperam mais uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido. Entendem que o poder não está concentrado apenas num determinado ponto (O ESTADO), mas presente em todo o tecido social, em todas as relações que as pessoas estabelecem entre si. Para transformar profunda e radicalmente a sociedade é ne-

cessário construir um poder novo, antes de tomá-lo.

Construí-lo a partir das bases da sociedade, do cotidiano da população, desenvolvendo em cada local um poder alternativo que se apoie na luta e na organização autônoma dos trabalhadores, que altere molecularmente as relações de poder da comunidade, num processo de acumulação de forças em direção ao poder popular.

A contribuição histórica dos movimentos sociais segundo EVERS, está na possibilidade de resgatar das tenazes da política (inclusive de esquerda) fragmentos de uma vida social significativa. O "novo" dos Novos Movimentos Sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social, nos quais o poder em seu sentido estatal, tradicional, não é fundamental.¹⁹

Nestes espaços, os movimentos formam sua identidade, que entram em conflito com as estruturas autoritárias, uma vez que estas não admitem diversidade.

"A identidade só pode ser desenvolvida na diversidade que requer um cenário político no qual todas as vozes possam ser ouvidas".²⁰

Esta identidade, segundo EVERS parte de um longo processo de ruptura com a alienação. Alienação do homem em relação a si mesmo, ao produto de seu trabalho, a outros seres humanos e à natureza. Esta ruptura propicia condições para os indivíduos se tornarem sujeitos de sua própria história tendo como objetivos: IDENTIDADE — AUTONOMIA — EMANCIPAÇÃO.²¹

No Brasil, outro aspecto fundamental nos Novos Movimento

tos Sociais ressaltado por DURHAM é a ênfase na igualdade, na constituição da coletividade.²²

E isto ocorre através da vivência em comunidade, onde indivíduos com o mesmo tipo de carência, passam a ter uma relação comunitária de igualdade.

HETEROGENEIDADE/DESIGUALDADE



RELAÇÃO COMUNITÁRIA



MESMA CARÊNCIA



IGUALDADE

Por exemplo, famílias Sem Terra provenientes de diversas localidades fazem parte de um mesmo acampamento onde se estabelece uma relação comunitária. Estão ali por causa de uma mesma carência, a terra, e através desta relação ocorre uma igualdade na identidade.

A vivência em comunidade implica numa novidade muito importante: o reconhecimento da pessoa num plano público, não somente privado.

O indivíduo que só era conhecido na esfera privada (família, parentes, amigos, vizinhos) passa a ser conhecido também na esfera pública, através do mútuo reconhecimento, pois nos movimentos sociais de cunho comunitário se valoriza a participação de todos e de cada um, todos podem falar, opinar, decidir.²³

No Brasil, a Igreja Popular²⁴ acumulou experiência nes

te sentido e sempre cedeu seu teto para grupos organizados. Através das Comunidades Eclesiais de Base²⁵ exerce uma função e missão política na medida em que ajuda a fundamentar uma sociedade mais igualitária e democrática.

A religião tem exercido um papel preponderante junto aos movimentos sociais pela sua capacidade de provocar uma mobilização efetiva profunda sobre os objetivos dos sujeitos.²⁶

A fé, a esperança de terem seus direitos atendidos une as pessoas em torno de um mesmo objetivo, uma mesma luta.

Por exemplo, nos acampamentos dos Sem Terra todo final de tarde as pessoas se reuniam para cantar e rezar. Neste momento as pessoas se encontram, partilham seus problemas e dificuldades sentindo-se unidas em torno de um mesmo objetivo: terra.

O significado do sagrado passou a ser estruturado através de configurações simbólicas.²⁷ Ex.: Uma grande cruz de madeira é o símbolo dos Sem Terra. Símbolo de sua luta por terra, mas também de sua fé.

Vários movimentos sociais tem mostrado uma vinculação bastante forte com a Igreja, seja porque ela sempre os acolheu, ou pela ênfase na democracia e igualdade de direitos que está pregando.

Assim, neste contexto de insuficiência do reducionismo classista para compreender o significado dos Novos Movimentos Sociais, da afirmação da democracia como valor fundamental, de uma nova prática política fundada numa nova concepção de poder, de reconhecimento da identidade num espaço político, onde a presen-

ça da religião é profunda, os movimentos sociais passam a redefinir suas relações com o marxismo.

Este passa a ser considerado como um inspirador de valores igualitários, porém não mais como o paradigma predominante que governa a ação.²⁸

E também como afirma SCHERER-WARREN, a dialética e a concepção materialista da história continuam trazendo contribuições para os movimentos sociais contemporâneos, mas perdem sua exclusividade.²⁹

Neste contexto pois, de crise da sociedade industrial moderna, de crise do pensamento político e de irrupção de novos atores sociais, percebemos que surge um novo paradigma de análise social que nos permite compreender o significado e os rumos do atual momento, particularmente dos movimentos sociais contemporâneos.

Alguns autores tem contribuído significativamente para este novo paradigma. Vejamos:

CAPRA³⁰ coloca que nossa sociedade se encontra numa crise de percepção que deriva do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana, newtoniana - a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos.

A solução que o autor apresenta é a construção de um novo paradigma, uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossa análise do universo.

O novo paradigma sugerido pelo autor é holístico, abrangente, onde são valorizados aspectos como interdisciplinari-

dade, sistematização, prudência, humildade, onde a ciência começa a ser exercida com base em novos valores. Toda a relação do homem com a biosfera começa a mudar. Uma verdadeira revolução cultural e social passa a se operar no cotidiano das pessoas.

CAPRA diz que é necessário nos prepararmos para esta grande transição: "Necessitamos de um profundo reexame das principais premissas e valores de nossa cultura, de uma rejeição daqueles modelos conceituais que duraram mais do que sua utilidade justificada, e de um novo reconhecimento de alguns valores descartados em períodos anteriores de nossa história cultural".³¹

Esta mudança na mentalidade da cultura, segundo o autor, também requer profundas alterações nas relações sociais e formas de organização social.

LACLAU³² por sua vez, coloca que os conflitos sociais estão assumindo dimensões e formas radicalmente novas, o que vem ocasionando uma crise do paradigma tradicional das Ciências Sociais.

Para esclarecer o novo paradigma, o autor se reporta a três características que tipificaram as conceituações tradicionais de conflitos sociais.

1. A determinação da identidade dos agentes era feita através de categorias pertencentes à estrutura social. As lutas eram classificadas com a unidade empírico-referencial do grupo: Ex.: Lutas "camponesas", "burguesas", etc.

2. O tipo de conflito era determinado em termos de um paradigma diacrônico-revolucionário. Não dependia da conscientização dos agentes, e sim de um movimento subjacente da História.

Ex.: Transição da sociedade tradicional para a sociedade de massas.

3. A pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um espaço político unificado, onde a presença dos agentes era concebida como uma "representação de interesses".

Para LACLAU o que caracteriza os Novos Movimentos Sociais é que através deles, rompeu-se a unidade destes três aspectos do paradigma.

Para o novo paradigma, as posições do agente social tornaram-se autônomas (base da especificidade dos Novos Movimentos Sociais); o ponto de vista da análise política, em se atribuir cada aspecto da realidade social e econômica aos estágios sucessivos da sociedade foi substituído; e a identidade dos agentes sociais não é mais concebida como constituída num único nível da sociedade.

O espaço político unificado (fechado e homogêneo), dá lugar a uma proliferação de espaços políticos.

Os Novos Movimentos Sociais passam a ser caracterizados por uma crescente politização da vida social.

LACLAU salienta ainda que o fato marcante dos Novos Movimentos Sociais³³ que emergiram na América Latina é que "as mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização em termos de equivalência de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos".³³

Para Calderon GUTIERREZ³⁴ os movimentos sociais vivem um momento de inflexão entre as orientações e características tradicionais da sociedade e o surgimento de novas práticas e orientações.

Aponta a necessidade de construir um corpo teórico novo e se esforça para reconhecer e integrar as contribuições dos Novos Movimentos Sociais a uma reconstituição da teoria geral do Estado, como sistema político e cultural dotado de racionalidade. Diz que as diretrizes anteriores, nacionalistas, industrialistas e modernizantes não atraem mais a base social de legitimação que sustentou no passado os regimes populistas, liberais ou desenvolvimentistas. É preciso descobrir novas diretrizes.

A sugestão do autor, é que os movimentos sociais passem primeiro por um momento formativo, de experiências particularistas, constituindo novas identidades coletivas centradas na autogestão, solidariedade etc., para poderem retornar ao espaço público "reconstituindo o sistema de oposições e viabilizando a reconstrução de sujeitos históricos".³⁵

Além desses, outros autores também possuem contribuições quanto à mudança dos paradigmas, porém optei em destacar somente três.

Pretendo agora colocar as principais diferenças entre os Velhos e Novos Movimentos Sociais, ressaltando o que há de "novo" nos Novos Movimentos Sociais.

2. DIFERENÇA ENTRE VELHOS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Entendo que a emergente teorização sobre os Novos Movimentos Sociais se enquadra dentro deste novo paradigma que busca refletir sobre a crise da modernidade.

Estes Novos Movimentos Sociais não se diferenciam dos velhos por sua temporalidade, mas sim por suas características.

Atualmente ainda encontramos movimentos reivindicatórios imediatistas, isto é, um grupo de pessoas que se reúne para reivindicar água, luz ou outro tipo de infra-estrutura, e quando a solicitação é atendida o grupo se desfaz. Este tipo de movimento é o chamado tradicional.

De um modo geral, segundo VIOLA e MAINWARING, os velhos ou antigos movimentos sociais privilegiam objetivos materiais, relações instrumentais, orientações para com o Estado e organização vertical.³⁶

Os sindicatos, partidos políticos ou outros movimentos tradicionais geralmente dialogam com o Estado por intermédio de seus organismos legalmente reconhecidos.

Os Conselhos Comunitários por exemplo são movimentos que possuem uma organização formal³⁷ pois exigem mecanismos de representação: eleição de uma diretoria executiva que promove, mobiliza e encaminha as reivindicações - através do órgão competente, por exemplo a FUCADESC - Fundação Catarinense de Desenvolvimento Comunitário, que atualmente coordena a política dos Conselhos Comunitários em Santa Catarina.³⁸

Os Novos Movimentos Sociais por sua vez enfatizam a

organização comunitária³⁹, evitando a institucionalização de representação e exigindo uma participação permanente de todos, tanto no processo de tomada de decisões como na própria execução.

Buscam sua legitimidade na força do próprio movimento.⁴⁰ A sociedade civil passa a ser um novo local de se fazer política e proporciona espaço para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas, mais democráticas.

Neste espaço que enfatiza a igualdade, DURHAM coloca que os indivíduos, reconhecidos somente na esfera privada (família, parentes e amigos), passam a ser reconhecidos também na esfera pública através do "mútuo reconhecimento" onde todos podem ser ouvidos, todos tem chance de opinar e decidir".⁴¹

Criam-se oportunidades de participação para todos. Ex: comissões, grupos responsáveis por determinadas atividades; ocorre uma descentralização do poder: as decisões são tomadas em assembleias ou grande-grupo, as tarefas são divididas, e as pessoas passam a sentir-se úteis e responsáveis.

A vivência comunitária faz com que diferentes pessoas com uma mesma carência, passam a se encontrar em nível de igualdade.⁴²

Os Novos Movimentos Sociais procuram orientar-se por "critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal".⁴³

A união, organização em torno de um mesmo objetivo é fundamental nos Novos Movimentos Sociais. Para KARNER, o indivíduo isolado pode reconhecer sua opressão, impotência, incapacidade, mas estas são podem ser superadas num processo de reflexão e or-

ganização entre iguais⁴⁴, "onde a subjetividade de cada um dos membros individuais possa desenvolver a subjetividade de cada grupo humano e por último a subjetividade de toda a sociedade".⁴⁵

Abre-se espaço para a criação de um novo sujeito histórico, pois a relação entre o individual e o coletivo é retrabalhada, comprometida socialmente, e este coletivo pela força da união passa a ser um dos agentes de transformação social.⁴⁶

Tornando-se sujeitos de sua própria história os movimentos sociais passam a almejar um projeto, uma utopia, vista no processo IDENTIDADE — AUTONOMIA — EMANCIPAÇÃO.⁴⁷

O primeiro passo, identidade é vista como um voltar-se contra a alienação em todos os aspectos, na busca de uma sociedade libertária, igualitária e comunitária.

O segundo passo, autonomia é tida como um sinal de ruptura com o passado, capacidade e impulso próprio de movimentação e auto-organização. Os movimentos querem "caminhar com suas próprias pernas", livres da tutela do Estado ou de qualquer outra entidade.

O último passo, emancipação é o caminho que o movimento faz para ser reconhecido e atingir a sociedade política. O maior triunfo de um movimento social é lograr em seu benefício uma modificação no âmbito do Estado. Por exemplo, uma lei de Reforma Agrária em benefício dos camponeses.

O processo de emancipação porém, jamais se conclui. Assim, nenhum indivíduo e nenhuma coletividade podem ser considerados sujeitos totais.⁴⁸ É necessário revisão e avaliação constan-

te.

Para Scherer-Warren, os movimentos sociais estão contribuindo e desenvolvendo uma nova cultura política, de base, onde a contribuição do ideário anarquista como democracia de base, livre organização, auto-gestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, noção de liberdade coletiva, tem sido valiosa.⁴⁹

Nos Novos Movimentos Sociais, as relações de poder são trabalhadas e questionadas. Não anseiam pela conquista ou destruição do poder estabelecido, mas "por uma pluralidade de exigências concretas que vão conduzir a uma proliferação de espaços políticos".⁵⁰

Se tem claro, que a estratégia é começar pelas pequenas transformações, microrrevoluções do cotidiano: as relações interpessoais, os valores machistas da nossa sociedade, direitos humanos, igualdade social etc., para aos poucos atingir uma transformação mais global.

Neste esforço constante, os Novos Movimentos Sociais têm-se caracterizado por uma crescente politização da vida social, onde a democracia é considerada um valor fundamental e onde "as necessidades e carências são transformadas em direitos, fruto de um amplo processo de revisão e redefinição da cidadania".⁵¹

A conquista da cidadania vai estabelecer uma nova relação com o Estado, que passa a ser legitimado na medida em que é capaz de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo.

Por isso, o discurso dos movimentos sociais de pura contestação do Estado, não cabe mais na atual realidade. "Com seu exemplo de democracia e transformação da cultura política, os Novos Movimentos Sociais estão levantando ao Estado os desafios, os estímulos e a iniciativa que corresponde exatamente à sua (deles) esfera de competência particular".⁵²

Os movimentos sociais devem assegurar aos poucos, condições para interferir efetivamente na realidade dos partidos e das estruturas estatais, mantendo sua autonomia e independência.

Isto pode ocorrer:

- Engajando-se nos partidos políticos e exigindo propostas coerentes para suas realidades e necessidades;

- Abrindo espaços junto às instituições estatais obtendo audiências nas quais podem ser ouvidos e respeitados;

- Fazendo-se representar nestas instituições cobrando os "deveres" que o Estado tem para o cidadão, etc.

Através da nova consciência produzida no interior dos movimentos sociais e de uma nova cultura política, as estruturas institucionais germinarão um processo de mudança que incorporará valores e implicará em uma nova relação Estado e sociedade.⁵³

No Brasil já existem inúmeros movimentos assumindo este novo caráter em suas formas de atuação.

SCHERER-WARREN destaca:

- Parcela dos Movimentos Sociais Urbanos

- Comunidades Eclesiais de Base
- O novo Sindicalismo urbano e rural que se denomina Sindicato autêntico ou combativo
- Movimento Feminista
- Movimento Ecológico
- Movimento Pacifista
- Setores do movimento jovem
- Movimento dos Sem Terra e das Barragens.⁵⁴

Apesar da heterogeneidade, estes movimentos partilham alguns valores importantes. VIOLA e MAINWARING destacam alguns que já foram mencionados neste capítulo como: ênfase nas práticas democráticas e participativas, relações de igualdade social, questionamento dos valores patriarcais e incorporação de valores que questionam o sentido básico da vida enfatizando comunidade, amizade e sociabilidade. Além destes, dois valores aparecem como novidade ao já dito:

- Ênfase nos direitos humanos: consideram o direito à vida como absoluto, não sujeito à negociação política, nem limitável pela coerção estatal; e

- Questionamento da natureza de uma boa ordem social: defendem o pluralismo e são contra a violência como meio de transformação social. Assumem manifestações de não-violência ativa e desobediência civil.⁵⁵

Estes valores norteiam os Novos Movimentos Sociais. Porém, é compreensível que a prática efetiva dos mesmos só se dará a longo prazo e isto requer amadurecimento e conscientização por parte dos respectivos membros.

A democratização da sociedade terá grande respaldo nesse

ta nova cultura política que requer habilidade por parte dos movimentos sociais para introduzi-la no sistema em que vivemos.

Passemos agora a ver os movimentos sociais no campo, relacionando-os com esta teoria, comentando sua trajetória e perspectivas para situar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense como um Novo Movimento Social.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Os movimentos sociais no campo de certa forma tem despertado menos interesse para efeitos de estudo ou análises sócio-políticas do que os movimentos urbanos ou da classe operária. Talvez por implicarem em maiores deslocamentos por parte do pesquisador, ou por uma dificuldade em relação aos métodos e esquemas teóricos que estes tem encontrado ao estudar as transformações no meio rural.

Quanto à segunda hipótese, MARTINS coloca que pouca atenção tem sido dada à variedade das formas assumidas pelas contradições do capital, numa sociedade que tem um passado colonial e escravista e um presente de dependência em relação aos países desenvolvidos.⁵⁶

Desta forma segundo os paradigmas tradicionais analisados no primeiro item deste capítulo, todas as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas lutas condenadas sem importância histórica.

A história das lutas pela terra nos mostra que no in-

terior do conjunto dos trabalhadores rurais, existem diferenciações de classe resultantes da expropriação imposta pela expansão do capitalismo.

As principais categorias que compõe o campesinato brasileiro são: sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agregados, posseiros, sem terra, peões, bôias-frias, índios, todos eles trabalhadores rurais que combinam diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais.⁵⁷

Estes trabalhadores na sua grande maioria foram expropriados de suas terras formando uma massa de lavradores que se transformam em proletários rurais ou trabalhadores sem-terra.

E como trabalhadores livres, "não sendo mais proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, matérias primas, não tem outra alternativa senão a de vender sua força de trabalho ao capitalismo do patrão".⁵⁸ Perdem sua autonomia e sua liberdade.

Atualmente já se apresentam alternativas. Os próprios Sem Terra escolheram lutar para conseguir sua própria terra ao invés de se proletarizar.

Durante muito tempo porém, no Brasil, os trabalhadores do campo permaneceram resignados a esta exploração. Até a década de 70 se conheciam poucos movimentos no campo:

- Movimentos messiânicos como a Guerra de Canudos na Bahia (1896); e Guerra do Contestado no Paraná e Santa Catarina (1912-16).

- As Ligas Camponesas no Nordeste (déc. de 60) que foram dizimadas com o Golpe de 64;

- O MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, fundado por Leonel Brizola quando foi governador daquele Estado;

- E outros com características semelhantes.

A partir da década de 70, os agricultores passam a se conscientizar das contradições, de ter suas condições de trabalho e vida subordinados e dependentes da agroindústria, do modelo tecnológico que ela impõe, e com isso tentam criar novas bases para a sua reprodução, formando grupos e se organizando em movimentos.⁵⁹

Algumas possíveis causas da mobilização dos agricultores na região sul, especificamente Santa Catarina, podem ser encontradas nos seguintes fatos:

1. O avanço do capitalismo ou seja, a industrialização do campo incrementou a monocultura da soja, cana de açúcar, fumo e outros expropriando pequenos proprietários levando inclusive a uma concentração de terras.⁶⁰

2. Em 1978/79 ocorreu a chamada "peste suína" que os colonos acreditaram ser "forjada" pelas multinacionais que na época quiseram impor suas "matrizes" ao país. Muitos colonos se desfizeram de toda a criação, ficando praticamente sem o produto de sua subsistência.⁶¹

3. O aumento das Empresas Rurais ou agro-indústrias - aves, suínos, maçã, fumo etc., obrigaram o agricultor a trabalhar num sistema integrado.⁶²

4. O papel da "Igreja Popular" que passou a atuar no campo através da CPT e das CEBs, conscientizando os agricultores

sobre participação e democratização, avançando cada vez mais na defesa dos direitos humanos.⁶³

5. O projeto de construção de barragens ao longo da bacia do Uruguai que deixará milhares de famílias desalojadas, sem terra.⁶⁴

6. A influência do "Novo Sindicalismo" dos metalúrgicos do ABC, e outros fatores fizeram com que os agricultores se organizassem e lançassem uma oposição sindical no campo.⁶⁵

Estes movimentos assimilam os novos modelos culturais, a nova cultura política através de um processo de desterritorialização⁶⁶ ou seja, através dos meios de comunicação de massa e da locomoção de seus integrantes.

Entendemos que passam a se constituir também como Novos Movimentos Sociais pois incorporam os mesmos valores e assumem as mesmas características daqueles.

Veremos, porém, que as características que considere mais relevantes junto aos movimentos sociais no campo (descritas no capítulo VI deste trabalho) apontam aspectos que não podem ser analisados somente através do paradigma marxista tradicional:

- Descentralização do Poder/Organização
- Relação Comunitária
- Projeto de uma Nova Sociedadade
- Autonomia - Liberdade
- Deslegitimação do Estado
- Luta pela Cidadania
- Resistência Ativa Não-Violenta

- Valorização do papel da mulher
- A fé como suporte para enfrentar a luta.

Participando destes movimentos, os trabalhadores rurais passam a se sentir sujeitos com identidades próprias. Ocorre o reconhecimento mútuo. A mesma necessidade, ex.: terra, faz com que diferentes pessoas se organizem num grupo, o acampamento, e através de uma vivência em comunidade passam a se sentir em nível de igualdade.⁶⁷

Os movimentos também propiciam o crescimento da consciência política fazendo com que os indivíduos se almejam sujeitos de sua própria história. Vão descobrindo seus direitos e lutam pela conquista da cidadania plena.

Os trabalhadores rurais tem claro que a incorporação da cidadania plena só se dará através de uma Reforma Agrária ampla, que vá além da mera distribuição de terra.

A Reforma Agrária se tornou o símbolo de luta, a identidade social dos movimentos sociais no campo. "Como expressão carregada de conteúdo simbólico, a Reforma Agrária está incorporada à prática política destes movimentos, pois dela depende a ampliação da participação econômico-social dos trabalhadores rurais".⁶⁸

Neste processo de conscientização e participação dos trabalhadores rurais, muito tem contribuído o trabalho da Igreja Popular inspirado na teologia da libertação.

"Este trabalho pode ser definido como uma combinação de evangelização com educação política do 'povo' em vista de sua organização e participação em uma nova sociedade".⁶⁹

A solidariedade político religiosa se faz exprimir no uso político de atos religiosos com fins políticos, como missas e romarias da terra.⁷⁰

Pode-se afirmar que a Igreja Popular é uma presença e um canal de expressão política dos movimentos sociais no campo.

A CPT - Comissão Pastoral da Terra tem como primeiro objetivo dar apoio às lutas no campo.

As Comunidades Eclesiais de Base, organizadas com apoio da Igreja e de alguns sindicatos vem tendo uma atuação muito importante no campo.

Através de sua metodologia de democratização e igualdade vem rompendo a chamada "cultura do silêncio"⁷¹ que durante muito tempo foi marcante no meio rural, onde tudo era ditado de cima para baixo pelas classes dominantes.⁷²

O homem do campo, agricultor, sempre foi tido como submisso e resignado, humilde e ignorante.

Participando dos movimentos sociais, ele descobre espaços nos quais é reconhecido, aceito, respeitado e valorizado e percebe que deve lutar para se tornar dono do seu destino pessoal.

Esta mobilização política no campo fez com que o vocabulário político "emprestasse" ao homem do campo um termo novo - camponês[^] - para formular uma identidade nova pois antes era confundido com matuto, caboclo, lavrador, etc.

Mais tarde o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais cria o termo "trabalhador rural" para reunir todas as ca-

tegorias que vivem do trabalho da terra como posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, assalariados permanentes e temporários.⁷³

MARTINS, D'INCAO, GRZYBOWSKI e SCHERER-WARREN apontam os movimentos sociais no campo que mais tem se destacado atualmente:

1. Movimento dos Assalariados: São milhões de pessoas para as quais não prevalecem nem predominam relações contratuais, reguladas por um direito escrito e possíveis de serem apreciadas objetivamente por tribunais legais.

A partir da abertura, os assalariados rurais iniciaram uma luta sistemática pela concretização de direitos trabalhistas, que acabou se transformando numa luta pelo respeito à lei, pela legalidade, e não pela transformação da legalidade.⁷⁴

2. Movimento dos Trabalhadores Assalariados Temporários ou bôias-frias: Trabalhadores contratados para executar tarefas específicas, temporariamente. Lutam pela fixação de cláusulas relativas a salário, direitos trabalhistas, condições de transporte e formas de avaliação da produção e de pagamento.⁷⁵

3. Movimento de Posseiros: Posseiros são ocupantes de terras sem título legal. Lutam contra um tipo de legalidade que garante a prepotência e a impunidade de grileiros e fazendeiros, aos quais dá condições de regularizarem, com mais facilidade do que os trabalhadores, a situação das terras que disputam.

A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção que é a terra. Envolve as relações de propriedade e não

as relações de trabalho como os assalariados. O problema não é o da exploração, mas da expropriação.⁷⁶

4. Movimento dos Sem Terra: São os lavradores sem terra própria para trabalhar como meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para as famílias extensas.

Questionam a legalidade da propriedade e consideram injusto alguém possuir mais terra do que pode trabalhar.⁷⁷ Sua pauta de luta é "Terra para quem nela trabalha".

5. Movimento de Mulheres Agricultoras ou Mulheres Trabalhadoras Rurais: Suas reivindicações estão centradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social, e o direito das mulheres serem classificadas como "agricultoras" e não "do lar".⁷⁸

6. Movimento contra as Barragens: É uma luta contra a expropriação das terras para construção de projetos de irrigação ou geração de energia elétrica.

"O Movimento recusa a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como passível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária".⁷⁹

O Movimento contra as Barragens no sul do Brasil evoluiu em torno de três propostas políticas como pauta de luta:

- Indenização justa
- Terra por terra na região
- Não às barragens.⁸⁰

7. Lutas Indígenas: Trata-se de uma minoria, uma fração do heterogêneo campesinato brasileiro, para o qual a preservação de suas terras é fundamental, é condição para a sua reprodução material e valores étnico culturais. Estancar o extermínio dos povos indígenas é garantir as suas terras.⁸¹

8. Sindicatos Rurais "autênticos" ou "combativos": Surgem inspirados nas lutas dos metalúrgicos no ABC paulista e se norteiam com as seguintes orientações:

- Participação democrática das bases inclusive especial ênfase à participação da mulher;

- Contestação ao atrelamento do Sindicato com o Estado e com os partidos evitando o "peleguismo";

- Incentivo ao engajamento dos Sindicatos com os movimentos sociais no campo respeitando sua autonomia.

Estes movimentos representam a emergência de uma nova cultura política. Através deles, os trabalhadores rurais se constituem em sujeitos com identidades próprias afirmando e acentuando a sua diversidade.⁸²

Como já mencionamos, estes movimentos incorporam os valores dos Novos Movimentos Sociais, possuem características similares e lutam todos por uma maior democratização da sociedade.

Sob este enfoque procedo o estudo de caso do Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense, introduzindo-o como um Novo Movimento Social pois vem se projetando de maneira admirável pelas suas características, formas de luta e organização, as quais descrevo a partir do Capítulo IV.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO I

- ¹DE LA CRUZ, Rafael. Movimentos Sociais. Encontros e desencontros com a Democracia. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 89-95.
- ²Ver GORZ, André. Adeus ao Proletariado. Rio de Janeiro, Forence Universitária, 1982, p. 85-94 e TOURAINE, Alain. O Pós Socialismo. Porto, Afrontamento, 1981, p. 117.
- ³Sobre o assunto ver as obras de BETTELHEIM, Charles. Les luttes de classes en URSS. Paris, Seuil-Maspero, 1977 e POULANTZAS, Nicos. Les Classes Sociales dans le Capitalisme Anjourd'hui. Paris, Seuil, 1974, apud. SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 27.
- ⁴Para o conceito de Paradigma ver: KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Rio de Janeiro, Perspectiva, 1975, p. 33.
- ⁵GUTIERREZ, Fernando Calderon. Os Movimentos Sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 194.
- ⁶EVERS, Tilman. Identidade, a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2 (4): 12, abril 1984.
- ⁷Sobre o conceito de reducionismo ver: NUN, José. O outro reducionismo. Revista Ensaio. Marx Hoje. São Paulo, 5 (11/12): 231, 1983. Ed. Especial.
- ⁸VIOLA, Eduardo J. A Problemática do Estado e do Regime Político. Um ensaio desde a ótica da Democracia Política. Cadernos de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, 1980, p. 77.

- ⁹ LACLAU, Ernesto. Democracia e Luta Socialista na América Latina. A Questão da Democracia. São Paulo/Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra. 1980, p. 132.
- ¹⁰ SADER, Emir. Quem tem medo do nacionalismo? Folha de São Paulo, 06 fev. 1984, p. 03.
- ¹¹ CARDOSO, Ruth C.L. Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, 1 (3): 31 fev. 1987.
- ¹² DOIMO, Ana Maria et alii. Os Novos Movimentos Sociais. Teoria e Prática. São Paulo, ANPOCS, mimeo. 1985, p. 8.
- ¹³ TELLES, Vera. Movimentos Sociais. Reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.(org.) op. cit. p. 59.
- ¹⁴ Sobre o conceito de Movimento Popular ver: CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais, algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 216.
- ¹⁵ Sobre o assunto ver: SEMINÁRIO SOBRE DEMOCRACIA E MOVIMENTO POPULAR. Lima, DESCO, 1981.
- ¹⁶ Conf. WEFFORT, Francisco et alii. A democracia é possível. Um debate. Revista de Cultura e Política, nº 2, 1982 e COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, 2 ed.
- ¹⁷ LEFFORT, Claude. A invenção democrática. Os limites do totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 57.
- ¹⁸ DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 10 out. 1984, p. 29.
- ¹⁹ EVERS, Tilman. Op. cit. p. 14.

- ²⁰ Ibidem, p. 19.
- ²¹ Ibidem, p. 18.
- ²² DURHAM, Eunice. Op. cit. p. 28.
- ²³ Ibidem, p. 28.
- ²⁴ Sobre o conceito de Igreja Popular ver: BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez Povo. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 116.
- ²⁵ Sobre as Comunidades Eclesiais de Base ver: Ibidem, p. 93.
- ²⁶ MACEDO, Carmem. Tempo de Gênese. O povo das comunidades Eclesiais de Base. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 28.
- ²⁷ Ibidem, p. 28.
- ²⁸ LANDI, O. Sobre languages, Identidades y Ciudadanias Políticas. In: LECHNER, N. (org.). Estado y Política en América Latina. México, Siglo XXI, 1981, p. 197.
- ²⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 38.
- ³⁰ CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo, Cultrix, 1986.
- ³¹ Ibidem, p. 31.
- ³² LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, nº 2, out/1986, p. 41.
- ³³ Ibidem, p. 47.

- ³⁴GUTIERREZ, Fernando Calderon. Os Movimentos Sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 191.
- ³⁵Ibidem, p. 213.
- ³⁶VIOLA, E.J. & MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais. Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 109.
- ³⁷Classificação feita por DURHAM, Eunice, op. cit. p. 27.
- ³⁸Sobre Conselhos Comunitários ver: CONSELHOS COMUNITÁRIOS. Decreto nº 2840 de 16 de junho de 1977. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 28 jun. 1977.
- ³⁹Classificação feita por DURHAM, Eunice, op. cit. p. 27.
- ⁴⁰SCHERER-WARREN, I. & REIS, M.J. As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social. Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, abr/mai/jun/1986 p. 28.
- ⁴¹DURHAM, Eunice, op. cit., p. 28.
- ⁴²Ibidem, p. 28.
- ⁴³VIOLA, E. J. & MAINWARING, S. op. cit. p. 109.
- ⁴⁴KÄRNER, Hartmut. Movimentos Sociais. Revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 26.
- ⁴⁵STRINKA, Julius. Gedanken uber demopratischen sozialismus. In: Karl Marx und die revolution. 1970, apud. KÄRNER, Hartmut. Movimentos Sociais. Revolução no Cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 106.
- ⁴⁶SCHERER-WARREN, I. & REIS, M.J. op. cit. p. 28.

- ⁴⁷EVERS, Tilman, op. cit. p. 18.
- ⁴⁸Ibidem, p. 20.
- ⁴⁹SCHERER-WARREN, Ilse, op. cit. p. 40.
- ⁵⁰LACLAU, Ernesto, op. cit. p. 47.
- ⁵¹DURHAM, Eunice, op. cit. p. 29.
- ⁵²KRISCHKE, Paulo. Movimentos Sociais e transição política. Contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 277.
- ⁵³DOIMO, Ana Maria et alii, op. cit. p. 24.
- ⁵⁴SCHERER-WARREN, Ilse, op. cit. p. 41.
- ⁵⁵Mais detalhes ver VIOLA, E.J. & MAINWARING, S., op. cit. p. 158-70.
- ⁵⁶MARTINS, José de Souza. A Militarização da questão agrária. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 76.
- ⁵⁷IANNI, Octavio. Revoluções Camponesas, na América Latina. In: SANTOS, José V.T. (org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, ICONE, 1985, p. 15.
- ⁵⁸MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 152.
- ⁵⁹GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987, p. 46.
- ⁶⁰Sobre o assunto ver: GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985, p. 250 e SILVA, César A.F. Santa Catarina, Reforma Agrária ne-

- 1a. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas SP, 12 (6): 37. nov/dez. 1982.
- ⁶¹ Sobre o assunto ver: SERRÃO, Ubiratan M. et alii. Peste Suína. Boletim de Defesa Sanitária Animal. Brasília, Ministério da Agricultura. Edição especial, p. 22-35.
- ⁶² Sobre o assunto ver: PAULILO, Maria Ignês. A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo. 1987, p. 7-14.
- ⁶³ Sobre o assunto ver: SCHERER-WARREN, Ilse. O Movimento dos Trabalhadores Rurais do sul do Brasil. Florianópolis, mimeo. out. 1985, p. 10.
- ⁶⁴ Sobre o assunto ver SCHERER-WARREN, I. & REIS, M.J. op. cit.
- ⁶⁵ Sobre o assunto ver SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 44 e ALMEIDA, M. Herminia T. Sindicalismo brasileiro, entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. Sociedade e Política no Brasil pós 64. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 192.
- ⁶⁶ Sobre esta desterritorialização ver SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 39.
- ⁶⁷ DURHAM, Eunice, op. cit. p. 28.
- ⁶⁸ GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo, op. cit. p. 75.
- ⁶⁹ Ibidem, p. 66.
- ⁷⁰ Ibidem, p. 69.

- ⁷¹ Sobre a cultura do silêncio ver FREIRE, Paulo. Cultural action for freedom, Middese, Penguin Books, 1972. Apud. SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit. p. 49.
- ⁷² SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: op. cit. p. 49.
- ⁷³ PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985, p. 50.
- ⁷⁴ MARTINS, José de S. A Militarização da questão agrária, op. cit. p. 88.
- ⁷⁵ D'INCAO, Maria Conceição. A questão do bôia-fria. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 80.
- ⁷⁶ MARTINS, José de S., op. cit. p. 90.
- ⁷⁷ Ibidem, p. 98.
- ⁷⁸ GRZYBOWSKI, Cândido, op. cit. p. 47.
- ⁷⁹ Ibidem, p. 25.
- ⁸⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. & REIS, M. José, op. cit. p. 29.
- ⁸¹ GRZYBOWSKI, Cândido, op. cit. p. 30.
- ⁸² SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: op. cit. p. 58.

C A P Í T U L O I I

TRABALHO DE CAMPO

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Inicialmente tinha me proposto a realizar o trabalho de campo através do método de Pesquisa Participante¹, que enfatiza a participação das pessoas a serem estudadas, no próprio processo da Pesquisa, de forma que elas devem "conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de agente que serve".²

Apesar de não ser possível fazê-lo pela enorme distância do campo de pesquisa (o oeste catarinense fica aproximadamente 600 km de Florianópolis), procurei seguir alguns princípios deste método que julguei serem importantes para um bom êxito no meu trabalho.

Em primeiro lugar busquei uma integração com os acampados de maneira a conquistar a confiança do grupo. Usei sempre um vocabulário simples e acessível.

Antes de aplicar, discuti o roteiro de entrevista com as principais lideranças do movimento pedindo sugestões.

A técnica de entrevista foi bastante livre. As perguntas eram abertas com o objetivo de estimular a livre expressão da pessoa com quem eu conversava e ampliar o campo do discurso. Quando necessário, intervinha para voltar ao fio condutor.

OLIVEIRA coloca: "são todas as dimensões de vida quotidiana de uma determinada comunidade, inclusive seus sonhos, aspirações e projetos, que constituem o discurso a ser codificado".³

Neste sentido foi importante a minha permanência no campo por duas semanas (fiquei no acampamento mesmo), para observar o cotidiano e através da convivência diária ir conquistando a confiança das pessoas.

Pude detectar dois jovens e uma senhora acampados, escrevendo a história das ocupações, relatando os acontecimentos diários num caderno.

Outro aspecto que tentei deixar claro é que os resultados da pesquisa que estava fazendo seriam restituídos.

Uma cópia da tese deverá ficar junto à Secretaria do Movimento dos Sem Terra e outra na Comissão Pastoral da Terra, porém o retorno aos acampados deverá ser melhor sistematizado e simplificado. Uma proposta é transformar os principais dados em histórias em quadrinhos para uma melhor compreensão.

Gostaria de ressaltar que julguei de grande importância a pesquisa de campo efetuada, pois ela propiciou elementos ricos e importantes que poderão ser utilizados para uma futura produção ou revisão da teoria.

DEMO coloca que a prática traz novas dimensões ao conhecimento científico social, que são essenciais para sua construção:

1. obriga a revisão teórica;
2. leva o cientista a "sujar" as mãos tornando-o concretamente histórico;
3. colabora no controle ideológico na medida em que não se dá ao escamoteamento de suas justificativas políticas;

4. torna a teoria muito mais produtiva;
5. submete a teoria ao teste saudável da modéstia;
6. leva ao questionamento constante da formação acadêmica;
7. repõe a importância do componente político da realidade; a prática traz a oportunidade histórica de construirmos até onde é possível a nossa própria história.⁴

É importante ressaltar ainda, que neste tipo de pesquisa junto a uma classe oprimida - os Sem Terra, é difícil assumir uma posição de neutralidade.

"Não há cientista fora de uma tradição histórica; não há sujeito cognocente fora de uma constelação social".⁵

Neste sentido, minha posição durante a pesquisa foi a de um intelectual comprometido com o interesse do Movimento Popular, o que deixo transparecer ao longo deste meu trabalho.

2. FASES DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa consistiu basicamente nas seguintes etapas:

1. Pesquisa bibliográfica sobre o assunto - Movimentos Sociais, Reforma Agrária e Movimento dos Sem Terra - em livros, revistas, cadernos, publicações e em jornais específicos da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra.

2. Acompanhamento dos fatos pelos jornais nacionais e

Estaduais, procedendo ao recorte e arquivo de todos os artigos que diziam respeito ao assunto: de maio de 1985 até junho de 1987. O jornal contribuiu somente como instrumento para fonte de dados. O papel da Imprensa e sua visão dos fatos não foram analisados.

3. Pesquisa de Campo: Visitas aos acampamentos de São Miguel do Oeste, Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes. Realização de entrevistas junto ao acampamento de Faxinal dos Guedes escolhido por ser o maior dos três, onde permaneci por duas semanas, em novembro de 1985.

- Realização de entrevista gravada com o Coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Chapecó e dois membros da executiva do Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina.

- Consulta ao material fornecido pela secretaria do Movimento dos Sem Terra.

- Realização de entrevistas com o responsável pelo setor de colonização e assentamento do INCRA de Florianópolis - 85/86.

- Realização de entrevistas com Executores do INCRA de Chapecó: A.P. Simon - 85; T. Scopel - 86.

- Consulta ao material fornecido pelo responsável do arquivo técnico do INCRA de Florianópolis.

4. Participação em quase todos os eventos realizados pelo Movimento dos Sem Terra ou em prol do Movimento:

- Discussões e palestras sobre o tema com a presença de acampados na UFSC e outros locais.

- Seminários, encontros, formação de comitê de apoio

na Assembléia Legislativa e outros locais.

- Romarias da Terra no Estado: a I^a em Taquaruçu - set/86 a II^a em Papanduva - set/87.

- Celebração e festa em comemoração aos dois anos de ocupação das terras - em 25.05.87; no assentamento Sandra, em Abelardo Luz.

- Atos públicos de solidariedade, pressão pela Reforma Agrária, Dia do Colono e acampamento em frente à Catedral.

5. Visitas aos assentamentos das fazendas Papuam, Sandra e Parolim - dezembro/86 e maio/87 - realizando entrevistas com o objetivo de confrontar as expectativas que os assentados haviam colocado para mim nos acampamentos em relação às terras que receberam, organização comunitária, forma de trabalho e infra-estrutura.

3. RELATO DA PESQUISA DE CAMPO

a) Convivência com os Acampados

Para proceder ao estudo sobre o Movimento dos Sem Terra, julguei adequado obter informações junto às instituições ou grupos que de uma forma ou de outra estivessem envolvidos com o mesmo.

Em primeiro lugar, dirigi-me à Comissão de Pastoral da Terra - CPT de Florianópolis para saber quem procurar no oeste catarinense, região em que ocorreram as ocupações.

Em Chapecó fui bem recebida pelos coordenadores da Secretaria do Movimento dos Sem Terra, e da CPT, inclusive alguns já me conheciam e isto facilitou o meu acesso à pesquisa.

As pessoas que se dirigem à Secretaria do Movimento dos Sem Terra para solicitar dados, fazer pesquisas e entrevistas são muitas. Os Coordenadores necessitam saber a procedência da pessoa e o objetivo da pesquisa pois já ocorreu a "infiltração" de membros da UDR e outros órgãos com diferentes finalidades.

Nesta primeira visita, após minha apresentação inicial, fui informada que alguns coordenadores dos acampamentos estavam reunidos ali no mesmo local, e que poderia falar com eles sobre minha pesquisa.

Como eu já havia recebido permissão da Secretaria do Movimento dos Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra, os Coordenadores também concordaram com a minha permanência nos acampamentos por alguns dias. Por coincidência, também chegou à Secretaria do Movimento, Ir. M., uma religiosa que trabalhou nos acampamentos. Disse que estava indo para o acampamento de Faxinal dos Guedes naquela mesma tarde e se eu quisesse poderíamos ir juntas. Ofereceu a sua barraca para eu ficar, o que foi muito bom para mim, pois ficando duas semanas no barraco de uma família poderia tirar a privacidade da mesma.

Antes de irmos para o acampamento, Ir. M. e eu passamos num supermercado e fizemos um "rancho" pois haviam avisado que os acampados não poderiam sustentar um visitante.

Chegamos à noitinha por volta das 5 horas, no Grupo Um, do acampamento de Faxinal dos Guedes que estava dividido em quatro grupos, cada qual distante aproximadamente 3 km.

A escolha do local para armação dos barracos tinha sido em função da existência de uma fonte de água.

Cada grupo continha por volta de 100 barracos, todos perfilados geralmente ao longo de um riacho, onde estava improvisado: caixa d'água para beber, tanques para lavar roupas e bicas para pegar água com baldes.

Na época da pesquisa, novembro de 1985, o verão estava causticante, porém a água da fonte era sempre fresquinha.

Na mesma noite da chegada, Ir. M. me levou até o barraco do Sr. A., um dos Coordenadores do Grupo Um e membro da Comissão de recepção.

Coloquei os objetivos de minha visita ao acampamento em palavras bem simples e acessíveis. Sr.A. desculpou-se que era um homem simples, sem instrução, mas que se colocava à disposição de tudo o que eu precisasse.

Contou que estavam passando por uns dias difíceis. Há mais de 3 semanas não chovia, o calor e o pó estavam insuportáveis no acampamento, e a alimentação prometida pelo INCRA não estava sendo suficiente.

Conversou até tarde, dizendo que era muito raro aparecer visitas no acampamento. O mesmo ocorreu com a maioria dos entrevistados que diziam gostar de conversas com pessoas diferentes pois tiravam a monotonia do acampamento.

À noite fomos para o barraco de Ir. M o qual alguns homens tinham ajudado a montar improvisando duas camas com bambús e algumas prateleiras para guardar a louça e a comida. Havia também um banco de madeira e um fogaõzinho à gás com duas bocas. En

quanto comíamos pão com café, Ir. M. contou-nos que desde o início das ocupações está com os acampados. É agente de saúde e no começo estava bem sozinha para atender os doentes. Aos poucos porém foi treinando e capacitando pessoas para serem agentes de saúde. Aproximadamente 30 acampados, a maioria jovens e mulheres, fizeram um curso de aperfeiçoamento em Chapecó ministrado por uma enfermeira e outros agentes de saúde. Ir. M. só ficou dois dias no barraco comigo. Nos demais, ficou dando assistência aos outros acampamentos.

A partir da manhã seguinte iniciei as entrevistas.

Procurei entrevistar aleatoriamente famílias cujos barracos ficavam bem espalhados ao longo do acampamento, mais ou menos de dez em dez, de acordo com os seguintes critérios:

- Famílias dos quatro grupos que formavam o acampamento;
- Famílias que eram arrendatários antes do acampamento ou que eram peões ou bôias-frias;
- Metade das entrevistas com mulheres e metade com homens;
- Alguns jovens solteiros.

Tive alguma dificuldade em seguir estes critérios pois as pessoas vinham se oferecer para dar entrevistas ou insistiam para que eu fosse até seus barracos. Os coordenadores dos diversos grupos também vinham se oferecer para serem entrevistados. Os acampados sentiam muita vontade de conversar e algumas entrevistas duravam mais de 2 horas.

Julguei que não era necessário ser muito rígida nos

critérios, inclusive quanto ao número de entrevistas. Tinha proposto uma média de 50 entrevistas porém só consegui realizar 35. Portanto procurei dar mais ênfase à qualidade do que à quantidade. Foram depoimentos muito ricos e as respostas extrapolaram as questões do roteiro de entrevista.

Dos 35 entrevistados 19 foram homens - 54,3% e 16 foram mulheres - 45,7%.

Destes, 30 eram casados ou viviam maritalmente e 5 eram jovens solteiros.

Realizei entrevistas nos quatro grupos que compõem o acampamento de Faxinal dos Guedes ficando em média 2 ou 3 dias em cada um, sendo que à noite sempre voltava para o barraco da Ir. M. no Grupo Um.

Dos 35 entrevistados, somente 8 eram peões - 22,9%, o que coincidiu com a informação da Secretaria do Movimento dos Sem Terra de que somente 20% dos acampados eram peões antes das ocupações.

O roteiro de entrevista constou de 38 perguntas abertas, que foram dirigidas aos acampados de forma clara com vocabulário bastante acessível. As respostas eram copiadas num caderno ao longo da entrevista seguindo a numeração das perguntas, e logo no final eram reconstituídas.

As principais questões do roteiro de entrevistas com vistas a serem trabalhadas posteriormente foram:

1. Sobre o Movimento dos Sem Terra: Como conheceram, o que representa para eles, como é a organização interna, divisão de tarefas, comissões, como se dá a participação e como são

as relações comunitárias.

2. Sobre a Reforma Agrária: Opinião sobre a Reforma Agrária do governo e proposta de Reforma Agrária dos Sem Terra.

3. Sobre o Estado, governo, autoridades e políticos: eficiência e legitimidade.

4. Sobre as dificuldades sentidas ao longo do acampamento e os fatos mais marcantes.

5. Sobre o papel das mulheres e crianças.

6. Sobre o papel dos mediadores: Igreja, CPT, Sindicatos e Partidos.

7. Sobre a fé e a religiosidade.

8. Sobre os assentamentos: Suas aspirações e expectativas em relação aos mesmos, se coletivos ou não. (Ver Anexo I).

A tabulação consistiu em arrolar as respostas de cada pergunta para em seguida proceder à análise das mesmas relacionando-as com a teoria. O estudo não se centrou apenas na análise do discurso dos acampados. Trabalhei também com a representação e ação observados tanto nos acampamentos como nos diferentes eventos dos quais participei.

Durante minha permanência no acampamento fui muito bem recebida por todos os entrevistados. Faziam questão que eu entrasse nos barracos e sempre me ofereciam alguma coisa: bolinhos, sequilhos ou chimarrão.

As mulheres se preocupavam comigo e à noite quando estava no meu barraco vinham conversar, trazer bolinhos, pão e até leite. Muitas vinham para desabafar algum problema ou até pe

dir para escrever cartas para os parentes.

No domingo que passei no acampamento resolvi não fazer entrevistas e participar da rotina diária que descrevo no Capítulo IV.

As crianças mais desinibidas também sempre me procuravam para conversar ou ver se tinha umas bolachas para dar. Uma menina de 9 anos deu-me de presente uma bonequinha de madeira feita por ela mesma e outra deu-me um chapeuzinho de palha dizendo que era para meu filho.

Uma tarde reuní todas as crianças de um dos grupos e gravei canções com temas sobre a terra. Cantavam com entusiasmo e sabiam as letras de cor. Nesta tarde também realizamos brincadeiras de roda e outras.

Quando realizei entrevistas no último grupo, o quatro, fui recebida por um grupo de mulheres que tinha organizado uma recepção para mim, e todo um esquema de revezamento entre elas para me acompanhar, onde eu ia almoçar e até pernoitar. Senti-me constrangida com tanta atenção e delicadeza.

No final do dia o grupo todo se sentou em baixo de uma árvore e colocaram que estavam se reunindo periodicamente, discutindo questões específicas da mulher e estavam programando o Natal para as crianças do acampamento. Foi muito positivo o "bate-papo" descontraído. Trata-se de um grupo bem estruturado.

Enquanto permaneci no acampamento também pude participar de uma assembléia que tinha como objetivo repassar informações sobre as negociações com o INCRA e outros assuntos. Eram 10 horas da manhã, o calor era intenso e no local da assembléia não

havia sombra. As mulheres vinham com crianças no colo e protegiam-nas do sol com guarda-chuva ou sombrinha. Muitos usavam chapéu. O suor escorria, porém apesar do calor a participação foi significativa. Todos se manifestavam quando indagados e foram ouvidas muitas opiniões.

Também participei da celebração religiosa no domingo, a qual relato nos Capítulos IV e V.

Algumas dificuldades sentidas, como a cama de bambú muito dura (eu estava grávida de 5 meses) alimentação precária e a longa distância que tive que caminhar no sol, de um grupo a outro, foram superadas pelos pontos positivos da convivência.

O vínculo de amizade com os acampados permanecerá sempre. Muitos já me visitaram em Florianópolis, quando vem participar de reuniões ou encontros.

b) Visita aos Assentamentos

A segunda etapa da minha pesquisa foi realizada nos assentamentos quase dois anos após a visita ao acampamento de Faxinal dos Guedes.

Também estive inicialmente junto à Secretaria do Movimento dos Sem Terra de Chapecó e fui informada que naquela mesma data um grupo de coordenadores dos assentamentos estava reunido no Seminário Diocesano daquela cidade para fazer a avaliação e planejamento de suas atividades.

Tive oportunidade de entrevistar quase todos, com os quais consegui muitos dados sobre os assentamentos. Os Coordenadores também fizeram o mapa de como chegar aos locais.

Visitei os assentamentos de Papuan, Sandra e Parolim, onde também realizei entrevistas de acordo com um roteiro de 18 perguntas, no mesmo sistema do anterior. (Ver Anexo II).

Estas visitas tiveram como principal objetivo confrontar as expectativas e aspirações que os Sem-Terra tinham levantado em relação aos assentamentos, durante as entrevistas nos acampamentos.

Apesar da situação ainda ser precária, os assentados já estavam um pouco mais animados.

Ao invés de lonas pretas, a maioria já havia construído suas casas, pequenas e simples porém acolhedoras, com madeira tirada do próprio local de assentamento e com material comprado com o salário que estavam recebendo do INCRA.

Alguns assentamentos já possuíam uma certa estrutura. Uma associação com sede e diretoria, apiário, caminhão, fornos para carvão, escola e outros.

Dos três que visitei, o assentamento de Parolim apresentou mais problemas: a longa distância de Chapecó - 400 km, (foi o assentamento mais distante da terra Natal dos agricultores), a má qualidade da terra, a indefinição da demarcação das áreas e o desânimo das pessoas foram fatos que comprovaram que as expectativas não corresponderam ao esperado.

Descrevo mais detalhes sobre os assentamentos no Capítulo VIII deste trabalho.

Nesta fase também fui recebida com o mesmo carinho, pelos assentados.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO II

- ¹ Linha de Pesquisa seguida pelos autores: Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire, Orlando Falles Borda etc. Vide Bibliografia.
- ² BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. SP, Brasiliense, 2 ed. 1982 p. 11.
- ³ OLIVEIRA, Rosiska & OLIVEIRA, Miguel. Pesquisa Social e Ação Educativa. Conhecer a Realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1982 p. 30.
- ⁴ DEMO, Pedro. Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1984 p. 112.
- ⁵ DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981 p. 97.

C A P Í T U L O I I I

A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA

1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA E OS CONFLITOS DE TERRA

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em outubro de 1985, surgiu no bojo da Nova República, trazendo inúmeras esperanças aos milhões de trabalhadores rurais brasileiros. Esperança de maior participação, de distribuição de terras ociosas e condições para o seu uso e exploração, bem como esperança de uma maior distribuição de riquezas no país. //

Porém, já no debate nacional em torno da proposta do Plano, pôde-se constatar que o forte conteúdo político da Reforma Agrária levou à radicalização e polarização dos diferentes grupos da sociedade brasileira. Isto porque a questão agrária envolve grandes interesses há muitos séculos consolidados em nosso país.

A questão agrária envolve uma série de aspectos que não parecem nada simples.

Inicialmente faz-se necessário distinguir questão agrária de questão agrícola:

"A questão agrícola refere-se aos aspectos da produção 'stricto-sensu': o que e quanto produzir, os seus custos e preços.

A questão agrária diz respeito às relações de produção: como se produz, de que forma se produz e quem produz.

Esta separação porém, é apenas analítica; a questão agrária e a questão agrícola estão profundamente relacionadas, sendo a primeira em geral a causa da segunda".¹

O Brasil já passou por sucessivas crises agrícolas e agrárias.

A modernização da agricultura acelerada com a industrialização no campo nos anos 60/70, de um lado trouxe algumas soluções para a crise agrícola, porém de outro agravou a crise agrária, ou seja transformou a crise agrária brasileira na raiz da crise urbana das grandes metrópoles.

As cidades incharam e o campo esvaziou-se. Parte da força de trabalho agrícola passou a ser recrutada nas periferias urbanas, gerando a figura conhecida dos bóias-frias.

Em duas décadas, o país que tinha 70% de sua população na zona rural, urbanizou-se a tal ponto de inverter a proporção: hoje temos apenas 30% nos campos.²

A política agrária do país está longe de promover a fixação do homem no campo e criar condições dignas de sobrevivência. Os processos de concentração de terra e de renda são os principais responsáveis pela entrada violenta de milhares de famílias no sistema de assalariamento.

Alguns dados evidenciam a realidade agrária do país:

1. As propriedades com mais de 100 ha. que representam 10,4% dos estabelecimentos rurais do Brasil (equivalendo a 537.619 propriedades) possuíam em 1980, 80,2% da área rural.³

2. Nas três últimas décadas, a população urbana ultrapassa amplamente a rural: de 36% em 1950, passou a representar 45% sobre o total do país em 1960, 56% em 1970 e 68% em 1980.⁴

3. Entre 1970 e 1980 foram introduzidos no campo 364.821 tratores o que resultou em 3.650.000 camponeses desempre

gados que tiveram que emigrar para as cidades.⁵

4. Nos últimos 40 anos, 34 milhões de pessoas migraram da zona rural para zona urbana.⁶

5. Entre 1977 e 1983, a produção de cana-de-açúcar por habitante aumentou 56,7% estimulada pelo Pró-álcool. A de produtos exportáveis subiu 6,9% graças aos incentivos oficiais. Já a produção de alimentos voltada para o mercado interno vitimada pela falta de crédito, estreitamento de mercado, etc. caiu mais de 25% por pessoa.⁷

6. 22 milhões de brasileiros recebem até um salário mínimo.⁸

7. Entre 1979 e 1983, 358 mil famílias rurais enfrentaram conflito pela posse da terra.⁹

8. Em 480 anos, os indígenas foram reduzidos de 5 milhões para 185 mil e apenas 14% de seus territórios estão oficialmente demarcados.¹⁰

A tabela a seguir mostra como as terras são utilizadas no Brasil:

TABELA I
PADRÃO DE UTILIZAÇÃO DA TERRA - BRASIL - 1980

Área de Estabelecimentos (hectares)	% da Área Total com lavouras	% da Área Total com pastagens	% não aproveitada para fins agropecuários
Menos de 10	64,6	25,0	10,4
10 a menos de 20	45,3	22,5	32,2
20 a menos de 50	31,2	20,0	48,8
50 a menos de 100	21,2	19,1	59,7
10 a menos de 100	29,3	20,0	50,7
100 a menos de 200	16,1	37,4	46,5
200 a menos de 500	13,5	39,0	47,5
500 a menos de 1000	10,7	37,8	51,5
100 a menos de 1000	13,3	38,2	48,5
1000 a menos de 5000	7,9	37,7	54,4
5000 a menos de 10000	4,1	26,1	69,8
10000 a menos de 100000	2,1	13,6	84,3
1000 ou mais	4,5	23,0	72,5
TOTAL	13,3	27,7	59,0

FONTE: Marcos C.C. de Albuquerque "Agricultura Brasileira no Período 1960-80", FAESP/FGV. Dados Primários obtidos da "Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário" FIBGE, 1982.

A Tabela I mostra o padrão de utilização da terra por extratos de tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Do total de terras de estabelecimentos agropecuários brasileiros 13,3% acham-se sob cultivo de lavouras, 27,7% são pastagens e 59% acham-se sem utilização. Portanto 218 milhões de hectares não estariam sendo utilizados para fins produtivos.

Esses dados nos mostram a urgência de uma Reforma A-

grária no Brasil, para que mais segmentos da população rural tenham acesso à terra e dela possam tirar seu sustento.

A questão agrária em Santa Catarina não é muito diferente.

É comum ouvir que Santa Catarina é um Estado minifundista. Porém, em recente estudo realizado pelo assessor regional do INCRA de Santa Catarina POZZOBON, os dados mostram que a partir de 1970, a concentração de terras tende a aumentar, resultado de uma política que privilegia grandes investimentos e o grande capital em detrimento da democratização da propriedade.

"O cadastro do INCRA para Santa Catarina apresenta 90.339 imóveis abaixo de 10 hectares o que é insuficiente para uma família se desenvolver econômica e socialmente (...)

Ainda segundo o cadastro, os imóveis de até 50 ha. aumentaram de 88,5% para 89% de 1970 para 1980, e diminuíram sua participação em relação à área de 42% para 39%. Os imóveis acima de 100 ha. no mesmo período permaneceram inalterados mas aumentaram sua participação em relação à área de 44 para 48%.

Aqui se verifica que a propriedade tendeu a fragmentar nos menores extratos e a concentrar nos maiores".¹¹

Os dados cadastrais também mostram a fragmentação dos pequenos extratos e a incorporação de áreas por extratos maiores.

A grande maioria das pequenas propriedades em Santa Catarina estão de um modo ou de outro subordinados ou atrelados a grandes empreendimentos. É o caso dos sistemas integrados (maçã, aves e suínos, fumo) onde os pequenos proprietários, ape

sar de serem donos do seu pedaço de chão, são semi-empregados dos frigoríficos, indústrias e grandes corporações.¹²

As Empresas Rurais são outro problema. Ao invés de cumprirem sua função social - conceder empregos aos assalariados - a cada dia estreitam suas áreas com lavouras privilegiando os investimentos com reflorestamento e monocultura.

Existem casos de um mesmo proprietário que detém vários imóveis e os mantém como estoque para especulação.

As Tabelas II e III, a seguir, nos dão uma visão da Estrutura Fundiária de Santa Catarina.

TABELA II
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 (ano base: 1985)

Nº de imóveis cadastrados do Estado: 276.247				
Área total cadastrada do Estado: 8.902.305,3 = 92,74 % da área total do Estado				
<u>Classe de área</u>	<u>Nº de Imóveis</u>	<u>%</u>	<u>Total da área</u>	<u>%</u>
- de 10 ha	92.629	33,54	438.528,6	4,92
entre 10 e -25 ha	105.515	38,21	1.738.357,5	19,53
entre 25 e -50 ha	50.110	18,16	1.678.262,7	12,36
entre 50 e -100 ha	16.407	5,91	1.100.143,5	18,86
entre 100 e -500 ha	9.823	3,55	1.949.632,0	21,90
entre 500 e -1000 ha	1.143	0,41	786.801,3	8,83
entre 1000 e -10.000 ha	612	0,22	1.143.465,5	12,85
com + de 10.000	5		67.364,0	0,75
TOTAL	276.247	100	8.902.555,1	100

CLASSIFICAÇÃO CADASTRAL DE IMÓVEIS				
	<u>Nº de Imóveis</u>	<u>%</u>	<u>Área</u>	<u>%</u>
Minifúndios	166.782	60,37	1.550.617,8	17,41
Empresas Rurais	24.789	8,97	2.362.425,3	26,54
Latifúndios	83.692	30,31	4.968.011,8	55,81
Não classificados	984	0,35	21.500,2	0,24

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA/86 (ano base 1985).

TABELA III
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM SANTA CATARINA

Á R E A	HA	%
Aproveitável total	7.169.040,5 ha	100%
Explorada total	5.179.533,3 ha	71,8%
Aproveitável não explorada	1.989.507,2 ha	28,2%

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA/86 (ano base 1985).

"O índice de GINI que mede a concentração da propriedade de da terra apresenta os seguintes valores para Santa Catarina e Brasil:

	1960	1970	1980
Brasil	0,842	0,844	0,859
Região Sul	0,727	0,727	0,746
S.C.	0,667	0,647	0,676

A concentração máxima seria determinada quando o índice chegasse ao número absoluto 1 e a mínima pelo número 0".¹³

Percebemos que Santa Catarina acompanha o ritmo do processo de concentração de terra brasileiro apesar de que não nos mesmos níveis.

Outro estudo feito pelo agrônomo César A.F.Silva, constata que a maioria dos produtores de Santa Catarina se constituem de proprietários que empregam basicamente mão de obra familiar. Em 1970, estes proprietários detinham cerca de 83% dos estabelecimentos rurais e suas áreas abrangiam 91% da área agrícola estadual. Em 1980 os números baixaram para 78% e 89% respecti

vamente.

Ao mesmo tempo verifica-se um revigoramento das três categorias de produtores não proprietários ou seja os arrendatários, parceiros e posseiros.

Ressalta-se ainda que entre 1970 e 1980 cerca de 200 mil agricultores migraram dos campos para as cidades, no Estado. E a FETAESC estima em 100 mil o número de "bóias-frias" existentes no meio rural catarinense, e em torno de 140 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra, entre bóias-frias, meeiros e posseiros sem contar um grosso contingente de jovens em idade de casamento que também precisam um pedaço de chão para morar e trabalhar.¹⁴

2. CONFLITOS DE TERRA - VIOLÊNCIA NO CAMPO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A violência que permeia as relações sociais no campo sempre existiu, desde a época das sesmarias.

Porém, após o golpe de 64 ela foi intensificada e o Brasil passou por um "saneamento político". "As ligas camponesas foram desmanteladas e seus dirigentes perseguidos, presos, torturados. (...) A estrutura dos sindicatos rurais foi subordinada à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o que autorizava o Ministro do Trabalho a interferir e afastar os dirigentes eleitos por simples decreto lei".¹⁵

Houve repressão, massacres, pressões de todo o tipo. Fazendeiros cometeram toda sorte de agressões, contra os líderes

posseiros contando muitas vezes com o apoio da Polícia Militar.

Para amainar a tensão e o descontentamento, o governo aplicou o Estatuto da Terra em fevereiro de 1965, desapropriando para fim de interesse social, o complexo da Usina Carangá, em Pernambuco. Esta ação, acendeu algumas esperanças entre os trabalhadores, mas ocasionou tal reação do latifúndio que não foi possível efetuar mudanças.

A partir daí, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, não revelou mais qualquer intenção de dar sequência às desapropriações.

"O desenvolvimento do capitalismo no campo vem se dando de forma a manter a estrutura fundiária, baseada na concentração de muitas terras em poucas mãos e alterando a base técnica da produção.

Esta modernização - mecanização, gera desemprego no campo que por sua vez provoca intenso processo migratório de consequências sociais graves".¹⁶

A modernização também provoca especulação com a terra o que aumenta a pressão sobre os posseiros.

As formas de violência utilizadas sobre os trabalhadores rurais são extremamente diversificadas.

Quando ocorrem ações de impacto, ostensivas, como assassinatos, espancamentos, prisões, ameaças, destruição, os lavradores sofrem tríplice violência, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra:

1. Violência física que se manifesta nos atos de grilagem, expulsão, tortura, assassinato, queima de casa, destrui-

ção da roça, etc.

2. Violência judicial: enfrentando uma justiça comprometida com o interesse dos grandes proprietários e juizes corruptos.

3. Violência governamental: o governo em vez de moralizar a justiça e restabelecer os direitos das pessoas passa a interferir administrativa e militarmente.¹⁷

Outros tipos de violência mais sutis, cotidianas que procuram minar a capacidade de resistência dos agricultores, são:

- Despejo: Se dá sempre via processo judicial e quase sempre o oficial de justiça vem dar a "ordem" de despejo acompanhado de policiais, jagunços ou pistoleiros.

- Desapropriação: Gera conflito na medida em que não cumpre a legislação existente no tocante às indenizações e não respeita as necessidades e direitos dos trabalhadores.

- Arrendamento: Os conflitos verificados por questões de arrendamento, parceria, pagamento de foro, etc., se devem ao não cumprimento das normas estabelecidas pelo Estatuto da Terra e pelo caráter de exploração violenta que caracteriza essas formas de produção.

- Invasão: É comum em terras indígenas. É a usurpação ou a tomada violenta de terras alheias, dominando-as e transformando-as em "propriedade privada".

- Envenenamento e morte por intoxicação: Aplicação criminosa de venenos ou herbicidas nas áreas ocupadas pelos pequenos lavradores.¹⁸

Outro aspecto de opressão que sofre o trabalhador ru-

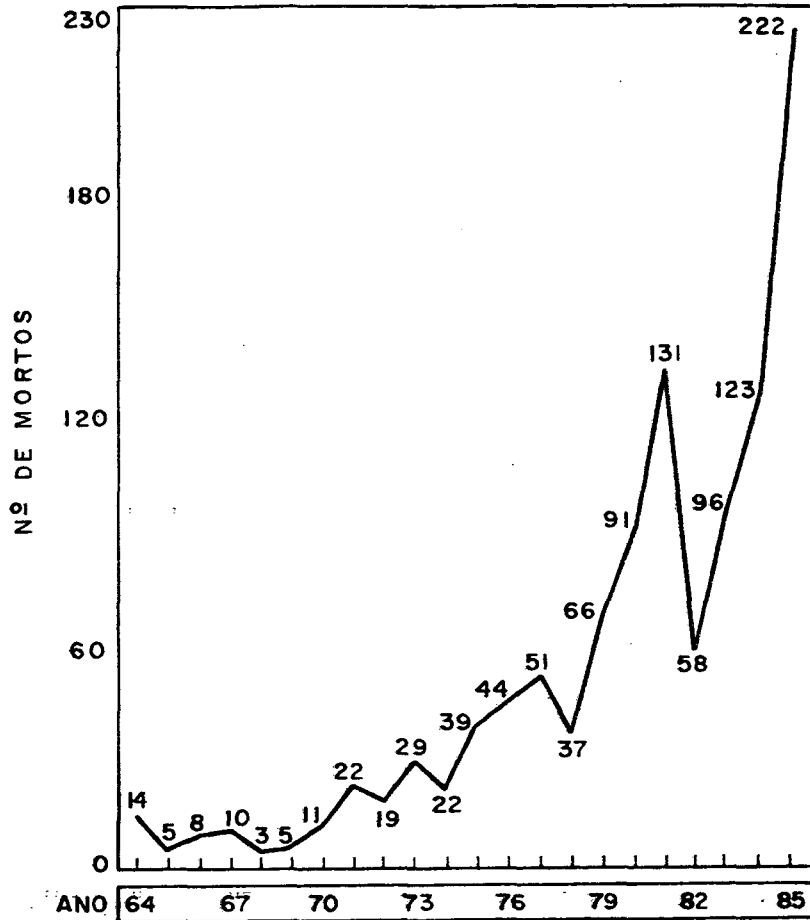
ral é "o esforço direcionado para silenciar sua voz, para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que em torno dela não se crie uma teia de solidariedade".¹⁹

A conivência do Estado em relação a estes tipos de injustiças sociais, faz com que os fazendeiros, seus grileiros e capangas se sintam seguros e protegidos para aumentarem suas ações de violência pois sabem que as ocorrências não serão punidas.

No livro "Assassinatos no Campo, Crime e Impunidade - 1964 - 1985" publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mostra que neste período (20 anos) foram assassinados 1.106 agricultores.

A Tabela IV mostra a evolução do número de trabalhadores rurais assassinados no Brasil neste período.

TABELA IV
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES
 RURAIS ASSASSINADOS NO BRASIL (1964-1985)



FONTE: "Assassinatos no campo. Crime e impunidade", Livro de Cristine Vannuchi Leme e Wânia M. de Araújo Pitrafesa.

Interessante notar que, em 1974 começo da abertura política, foram assassinados 22 trabalhadores rurais. Em 1985, primeiro ano da Nova República, foram assassinados dez vezes mais trabalhadores rurais - 222.

Que imagem a Nova República está deixando, e que tipo de esperança os trabalhadores rurais podem nela depositar?

Também em Santa Catarina crescem de ano para ano os problemas derivados dos embates pela posse e uso da terra.

Uma reportagem de jornal²⁰ mostra em três páginas o mapeamento de 24 áreas de conflito em Santa Catarina. A reportagem, que foi feita com o apoio da CPT, especifica as áreas de conflito, apontando os locais (municípios) no mapa e descrevendo suas causas.

Os municípios em que os conflitos são maiores são: Campo Erê, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Matos Costa, Três Barras, Papanduva, Monte Castelo, Águas Mornas, Lauro Muller, Orleans e Urussanga.

Os conflitos são quase sempre decorrentes da disputa pela terra: são grandes empresas rurais, madeireiras, matadouros, frigoríficos etc., que se instalam em áreas onde já vivem posseiros e tentam expulsá-los do local. Ou a construção de Barragens pela ELETROSUL, que segundo estimativa do "Movimento contra as Barragens", atingirá 40.000 famílias em 77 municípios.

Em Santa Catarina se tem notícia de dois assassinatos no campo, segundo o Jornal "Cheiro de Terra" da CPT/SC. Um em 1985 e outro em 1986. Outros conflitos registrados são em torno de invasão de terras indígenas, ordens de despejo, expulsão, grilagem, invasão de terras por grandes indústrias, falta de terra para trabalhar e assentamentos falhos.

A partir de maio de 85, estabeleceu-se grande conflito no Estado quando cerca de 2.000 famílias sem terra ocuparam imóveis ociosos na região oeste catarinense. Eram famílias de posseiros, arrendatários, agregados, peões ou bóias-frias cujos contratos de trabalho tinham terminado e não sabiam para onde ir.

Estas famílias constituem os trabalhadores rurais sem terra objeto desta nossa pesquisa, do qual falaremos mais adiante.

O dia da tomada de posse das terras, por estas famílias (25.05.85) coincidiu com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Presidente Sarney, cuja trajetória pretendo mostrar através de uma cronologia.

3. O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - LANÇAMENTO, REAÇÕES, AVANÇOS E RECUOS

A 16 de maio de 1985, o Ministro Nelson Ribeiro do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), entregou ao presidente Sarney para submeter a estudos, o Plano Estrutural de Reforma Agrária que foi encaminhado ao Congresso Nacional.

A 25 de maio, o presidente da República participou da abertura do IVº Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em Brasília, onde anunciou seu objetivo de executar o Plano de Reforma Agrária elaborado pelo MIRAD, e afirmou: "Sei que falo a homens amanhecidos na terra e endormidos no sofrimento. Não estou aqui para cultivar ilusões. A semente da Nova República é a verdade e o entendimento. Minha consciência e meu Deus fizeram-me assumir o compromisso de governar tendo como prioridade os pobres".²¹

A partir desta data o governo passou a sair ao encontro da sociedade política e econômica, ao encontro dos trabalhadores e proprietários rurais com o objetivo de estimular debates

em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Os debates foram coordenados pelo Ministro Nelson Ribeiro que enfatizou: "Só um diálogo intenso poderá fazer com que a sociedade compreenda que a Reforma Agrária é urgente e inadiável sem que isso vá significar perigo para quem quer que seja. Por isso estamos saindo ao encontro da sociedade política e econômica, ao encontro dos trabalhadores e proprietários rurais, estimulando profundamente o debate em torno de estratégia que pretendemos definir para intervir no meio agrário brasileiro".²²

Ao mesmo tempo, o Ministro Nelson Ribeiro procurou esclarecer que a Reforma Agrária (R.A.) a ser implantada no Brasil não atingiria terras produtivas e não visaria modificar o modelo de propriedade adotado pelo país.

Teriam prioridade na aplicação da Reforma, as terras públicas de propriedade da União e que não tenham destinação específica, bem como as reservadas pelo poder público para serviços ou obras de qualquer natureza, à exceção das consideradas de Segurança Nacional, e as devolutas da União, dos Estados e dos Municípios.

O Plano estabelecia que as terras desapropriadas para fim de R.A. só poderiam ser distribuídas sob forma de propriedade familiar, prioritariamente a trabalhadores sem terra e também agricultores cujos imóveis eram comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o da família.

O Plano deveria beneficiar 1 milhão 500 mil famílias por ano, numa área de 130 milhões de hectares.

A aplicação do Plano seria em duas fases paralelas dis

tintas: uma a nível nacional, estabelecendo diretrizes e estratégias e outra a nível regional com caráter operativo.

Seriam criadas as comissões agrárias estaduais para a execução da Reforma, obedecidos os parâmetros do Plano Nacional.

A 27 de maio de 1985, o governo lançou oficialmente o P.N.R.A. foram entregues cópias aos dirigentes do Congresso Nacional e às lideranças dos Partidos Políticos.

O presidente da Câmara Ulysses Guimarães ao receber o Plano destacou que o "compromisso da Nova República com o estabelecimento de uma realidade social, está sendo cumprido principalmente nesta questão fundiária (...)"²³

Os principais pontos do Plano eram:

1. Assentamento de 100 mil famílias até agosto de 86, 7,1 milhões até o ano 2.000;

2. utilização de 409,5 milhões de hectares privados e de 71,1 milhões da União;

3. revisão das concessões de terras públicas a grupos econômicos;

4. levantamento dos latifúndios em torno de açudes no "polígono das secas" (NE);

5. providências para desativar milícias privadas nas áreas de latifúndio.²⁴

A 28 de maio/85, o MIRAD anunciou as terras onde a R.A. iria começar: eram 385 propriedades rurais envolvidas em conflitos e tensão social, num total de 3 milhões 934 mil 232 ha. envolvendo 73.561 famílias.

As áreas onde os focos de tensão ocorriam com maior intensidade estavam localizadas em Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Maranhão e Mato Grosso.

O Plano não dependeu da aprovação do Congresso Nacional. A medida de execução foi autorizada pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, ou seja, o Estatuto da Terra.

A notícia das primeiras desapropriações provocaram tensões em algumas áreas e polêmica em torno do projeto de Reforma Agrária do Governo, o que levou o ministro da justiça Fernando Lyra a um encontro reservado com o presidente Sarney. Ao final do encontro foi redigido um documento "Comunicado à Nação", em que é assegurado expressamente o direito de propriedade legítima e condenada qualquer atitude de violação. O documento informou ainda, que todos os governadores estavam sendo informados para impedir que acidentes viessem ocorrer.

Porém, as reações contrárias ao Plano foram muito fortes e começaram a se manifestar publicamente.

A diretoria da Sociedade Rural Brasileira (empresários rurais) fez duras críticas às propostas do PNRA, apontando-a como radical e precipitada.

Depois de analisar o documento, a entidade chegou à conclusão de que ele era "inadequado e inaceitável" como está.²⁵

Além dessa entidade, representantes de 140 Sindicatos Rurais do Estado de São Paulo (proprietários), fizeram duras críticas ao projeto de RA dizendo que "ele é inaceitável pois traz embutida uma intenção comunizante". O presidente da FAESP - Federação da Agricultura de São Paulo declarou: "O projeto do go

verno foi feito em um gabinete com uma visão técnica e ideológica que leva ao coletivismo, ao comunismo".²⁶

Outra reação contrária foi a de representantes de 94 entidades rurais do país, que reunidos na Sociedade Rural Brasileira em São Paulo decidiram por unanimidade firmar posição contrária ao PNRA apresentado pelo governo.

Da mesma forma, representantes de 23 federações da Agricultura de todo o país, reunidos em Brasília, na sede da Confederação Nacional da Agricultura condenaram o Iº PNRA e sugeriram completa reformulação. A intenção das diversas Federações de proprietários agrícolas era deflagrar um movimento de ataque direto ao PNRA através de um congresso nacional da categoria.²⁷

Em julho de 85, o ministro Nelson Ribeiro denunciou a existência de um "complô" que visava comprometer a aplicação do Plano Nacional devido às constantes ameaças que vinha recebendo: "A ação anti-reformista está comprovada nas ameaças que temos recebido por telefone, e agora sequestro e espancamento do filho de um dos meus empregados em Belém, que os sequestradores pensaram ser meu filho".²⁸

Nesta mesma data o INCRA divulgou um relatório, Estado por Estado das áreas aproveitáveis, não exploradas que seriam objeto de estudo para a execução da primeira etapa projetada pelo governo federal da RA no Brasil.

Insatisfeitos com o desempenho do INCRA, quatro mil proprietários rurais reunidos no Palácio do Planalto pediram ao presidente José Sarney a demissão do presidente daquela entidade, José Gomes da Silva, acusando-o de esquerdista e marxista;

o pedido foi qualificado de irracional e não foi aceito.

Por sua vez, José Gomes da Silva afirmou que "a questão da Reforma Agrária se situava entre quatro mil pessoas (alusão ao número de grandes proprietários rurais) e o Brasil. E ao discutir o tema, é preciso saber de que lado se está, entre os quatro mil ou do lado do Brasil. A minha opção foi feita a 30 anos e pretendo ajudar a levar adiante a Reforma Agrária".²⁹

O ministro Nelson Ribeiro, submetido a constantes pressões e ameaças por parte dos fazendeiros de todo o país, a 5 de julho pediu demissão do cargo, a qual foi recusada pelo presidente Sarney. Este telefonou ao ministro dizendo que depositava nele "integral confiança, não só pessoal mas também funcionalmente".

Permanecendo no cargo, o ministro Nelson Ribeiro passou a procurar o apoio dos partidos políticos ao PNRA, com o objetivo de consolidar um pacto político em torno da proposta do Plano.

Propôs também uma comissão para discutir a versão final do PNRA. Esta comissão foi formada pela:

- Confederação Nacional da Agricultura - CNA;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG;
- Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Estas entidades realizaram um debate que teve por obje

tivo conciliar os pontos de vista onde houvesse divergência. Ficou combinado que quando não houvesse possibilidade de conciliação o governo registrava as posições colocadas e assumiria a prerrogativa política de decidir a questão.³⁰

Na véspera do encerramento do debate, o ministro Nelson Ribeiro recebeu 30 lideranças representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que pediram a execução imediata do PNRA alegando que não podiam ficar "esperando o ideal de um plano perfeito". Disseram que "está difícil segurar o povo" em função do início do ano agrícola 85/86 e que, por isso, havia necessidade imediata de desapropriações.

O ministro fez um apelo às lideranças para que evitassem invasões de terras, pois este tipo de ação "drástica" poderia desestabilizar totalmente o PNRA, além de descaracterizar sua proposta política pacífica.³¹

A 28 de agosto, entidades civis que estavam apoiando o PNRA fizeram uma visita conjunta ao Congresso Nacional, com o objetivo de entrar em contato direto com os deputados e pedir apoio à Reforma Agrária. As entidades foram:

- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG;
- Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA;
- Comissão Pastoral da Terra - CPT;
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE;
- Conselho Indígena Missionário - CIMI;

- Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB.

Até o final do mês de agosto de 85, haviam chegado ao governo mais de 300 documentos com propostas para o texto definitivo do PNRA. O prazo para serem submetidos ao presidente Sarney, seria até 20 de setembro.

A 22 de agosto de 1985 foi dado o primeiro passo para a criação de uma Justiça Agrária no País, através da criação de uma comissão formada pelos ministros da Reforma e Desenvolvimento Agrário; do Trabalho; da Justiça; da Agricultura e do Gabinete Civil. O objetivo da Justiça Agrária é ter uma influência decisiva na administração dos conflitos agrários julgados hoje pela justiça comum.³²

A 27 de setembro, o ministro Nelson Ribeiro entregou formalmente ao presidente José Sarney o PNRA, com previsão para ser anunciado em outubro.

A 1º de outubro de 1985, o presidente Sarney assinou no Palácio do Planalto o decreto que instituiu o PNRA a ser implantado no país de 1985 a 1989.

"O programa orçado em Cr\$ 43,1 trilhões previa a distribuição de terras e serviços de apoio (saúde, educação, financiamento de custeio, etc.) a 1,4 milhão de famílias em todas as regiões do país".³³

O ministro Nelson Ribeiro informou que o Plano sofreu algumas alterações de última hora que representavam um substancial recuo em relação ao Estatuto da Terra. Pelo menos três pontos da Reforma preconizada pelo Estatuto receberam um tratamento mais conservador:

- a centralização pelo presidente da república da decisão sobre os planos regionais;
- a não fixação das áreas prioritárias para fins de Reforma Agrária;
- e a preservação dos chamados latifúndios por dimensão.

Estas foram as principais alterações que conferem o caráter conservador do Plano.³⁴

Por sua vez, os empresários rurais se agradaram da versão final do Plano dizendo que a decisão de Sarney foi política, "afastando as decisões ideológicas e assumindo outras, técnicas. A primeira proposta era muito à esquerda. O plano aprovado ficou no meio termo entre uma proposta e outra".³⁵

A CONTAG, porém achou o plano conservador lamentando que "o Iº PNRA aprovado pelo governo não só representava um recuo em relação a legislação anterior sobre questões fundiárias - o Estatuto da Terra - como se distanciava dos compromissos assumidos pela "Nova República" diante dos Trabalhadores Rurais".³⁶

A 18 de outubro de 1985, o presidente do INCRA José Gomes da Silva demitiu-se do cargo em caráter irrevogável por não concordar com as sucessivas mudanças sofridas pelo Plano original elaborado pelo MIRAD. O ponto de honra para o presidente do INCRA era incluir no PNRA os latifúndios improdutivos no rol das áreas a serem desapropriadas, o que não foi admitido pelo Conselho de Segurança Nacional.

Ao deixar o cargo, apesar dos insistentes pedidos de seus diretores para que ficasse, disse: "Tenho compromisso com

vários grupos vinculados à terra. Se ficar, perco a confiança deles também. Deixo a presidência do INCRA para lutar, fora do governo, pelo que considero a verdadeira Reforma Agrária, que não é feita por um cidadão, e sim pelos trabalhadores rurais".³⁷

Chegou o final do ano de 1985, e a CONTAG e a CPT se mostravam insatisfeitas com os rumos do PNRA. A CPT concluiu que "A Reforma Agrária será realizada não pela Nova República mas pela força da organização dos agricultores, dos Sem Terra, do povo e pela exigência da Nação".³⁸

A CNBB escolheu como tema da "Campanha da Fraternidade" desenvolvida pela Igreja em 1986 o problema da Reforma Agrária com o lema: "Terra de Deus, terra de irmãos".

O ano de 1986 iniciou com a entrega dos Planos Regionais de Reforma Agrária de 23 Estados ao Presidente Sarney, pelo ministro Nelson Ribeiro.

Em 26 de março, o mesmo ministro prometeu para a semana seguinte, o lançamento do "Pacote Agrário" do Planalto. O conjunto de medidas para o setor incluiria a assinatura de 26 Planos Regionais (23 Estados mais o Distrito Federal e os territórios do Amapá e Roraima), o decreto que reestruturava o INCRA e a criação de 26 Comissões Agrárias.

No início de abril, representantes de 300 federações, sindicatos e associações de produtores rurais de todo o Brasil reunidos na sede da Associação Rural Brasileira decidiram enviar telex ao presidente Sarney pedindo o adiamento da aprovação dos Planos Regionais de Reforma Agrária, alegando que as delegacias regionais do INCRA não permitiram a participação de representan-

tes dos empresários na elaboração dos Planos.³⁹

Nesta mesma época, foi criada oficialmente a União Democrática Ruralista - UDR, por fazendeiros da região sul do Estado do Pará. Esta entidade já atuava no país há pelo menos um ano, com apoio da Sociedade de Defesa da Tradição Família e Propriedade - TFP.

O líder nacional da UDR, o médico e pecuarista Ronaldo Caiado, possui uma área com 3.600 hectares e uma clínica para tratamento de coluna em Goiânia.

"O objetivo da entidade segundo informações difundidas pela imprensa, é reunir todos os proprietários de terra contra a Reforma Agrária e armá-los para resistirem às ocupações de suas propriedades pelos trabalhadores rurais sem terra. Para a UDR, nunca deveria haver qualquer tipo de Reforma Agrária, mas se esta for inevitável, deveria alcançar apenas as terras do governo, estendendo-se depois às propriedades de instituições como a Igreja".⁴⁰

A 15 de abril, o ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, entregou os Planos Regionais de Reforma Agrária revisados admitindo que a primeira versão dos mesmos não agradara ao governo. Atribuiu como principal causa o fato de que o ministro Nelson Ribeiro trabalhou com uma equipe muito pequena para elaborar os Planos Regionais de um país de dimensões do Brasil.⁴¹

A 03 de maio de 1986, o presidente Sarney assinou os sete primeiros Planos Regionais de Reforma Agrária beneficiando os Estados do Pará, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Mara

nhão, Espírito Santo e Paraná. Definidas as áreas prioritárias, caberá às Comissões Agrárias recomendar as áreas para desapropriação.

A 10 de maio de 1986, o Pe. Jósimo Tavares, 33 anos, engajado na luta dos posseiros na região do Bico do Papagaio, Goiás, foi assassinado em frente à sede da CPT em Imperatriz, no Maranhão. Ele já havia sido emboscado no último dia 15 de abril e chegou a fazer uma carta em que denunciava as constantes ameaças que vinha sofrendo.

O assassinato teve grande repercussão a nível nacional. Três mil pessoas, 10 bispos, 58 padres e o ministro Nelson Ribeiro, num gesto pessoal, compareceram ao enterro.

Ainda a 26 de maio ocorreram mais dois assassinatos de grande repercussão: o primeiro na Bahia, foi o do assessor para assuntos agrários e fundiários, membro da Comissão Pastoral da Pesca e dirigente do PMDB, Josael de Lima. O segundo, no Maranhão, foi o do pastor batista José Inácio da Silva Filho, que atuava junto às famílias que habitavam palafitas.

O presidente Sarney anuncia que a partir deste fato, a polícia federal passaria a atuar nos crimes provocados por disputas agrárias.

A 29 de maio de 1986, o ministro Nelson Ribeiro pediu demissão do seu cargo admitindo que um conjunto de circunstâncias levaram ao impasse que inviabilizou a sua permanência no MIRAD.

A 11 de junho, o ministro chefe do Gabinete Civil da presidência da República, Marco Maciel entregou 67 minutas de de

cretos de desapropriação ao novo ministro do MIRAD, Dante de Oliveira. Estas minutas tinham sido entregues a Maciel, pelo ex-ministro Nelson Ribeiro no dia em que pediu demissão.

São áreas que foram definidas pelo MIRAD e pelo INCRA com base no critério de emergência. Ou seja, todas são áreas onde os técnicos do governo identificaram conflitos que, segundo essa avaliação só podiam ser resolvidos através da desapropriação.

A 11 de julho, o presidente Sarney foi ao Vaticano visitar o Papa João Paulo II, e o principal assunto foi a Reforma Agrária no Brasil. Na ocasião, o presidente esperava uma desaprovção papal da ação da Igreja no campo no Brasil, o que não ocorreu.

A 28 de julho, o ministro do MIRAD, Dante de Oliveira, anunciou a desapropriação de 45 áreas em 12 Estados no total de 189 mil ha. para beneficiar mais 5.217 famílias.

As maiores desapropriações foram decretadas nos Estados da Bahia (43.524 ha), Mato Grosso do Sul (37.607 ha.) e São Paulo (27.357 ha.).

Também foram desapropriadas cinco áreas no Bico do Papagaio (região de conflitos situada no extremo norte de Goiás).

Assim, até fim de outubro/85 o governo federal só cumpriu 1,3% da meta de assentamentos previstas para aquele ano. De acordo com o PNRA, em 1986 deveriam ser assentadas 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra e até outubro de 86, só foram 2.000. Deveriam ser desapropriados 4,6 milhões de hectares de terra e só foram 1,38 milhões (30%).⁴² Mesmo assim, o gover-

no não pode contar com a maioria dessas áreas pois 745.943 ha. correspondentes a 69% dependem do pronunciamento da justiça.⁴³

Até fim de 1986, somavam quase 100 os acampamentos dos sem terra em todo o Brasil.⁴⁴

Ao final do ano de 1986 o Ministro Dante de Oliveira disse que o Programa de Reforma Agrária cumpriu menos de 30% da meta de desapropriação prevista para aquele ano.

Concluindo, constata-se que o desempenho do governo na execução do PNRA não permite grandes esperanças de mudança na estrutura fundiária do nosso país. Isto porque a Reforma Agrária não está verdadeiramente contida na política econômica nem na política agrícola. Somente recebeu um pouco mais de atenção no Plano de Metas para a Agricultura, no ano de 1986.

GRAZIANO DA SILVA⁴⁵ mostra que há uma divisão clara e nítida entre os segmentos da sociedade: aqueles que são a favor do Plano - os pró - e aqueles que são desfavoráveis ao Plano - os contra -.

Os setores progressistas que são "pró" por sua vez tem uma divisão de princípios: há os que são a favor da Reforma Agrária tal como aparece na proposta do MIRAD/INCRA; e há os que são favoráveis a outras reformas agrárias, considerando porém, que a proposta do governo é mais um passo nesse longo caminho.

Entre os "pró" destacam-se

- O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - CONTAG
- O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- A Igreja Católica - CNBB

- Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA
- Trabalhadores Urbanos - Sindicatos
- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNI)
- Certos segmentos da burguesia urbana ligados às atividades de comércio e indústria de bens de consumo - desde que se garanta expressamente o direito maior da propriedade privada
- Setores progressistas da burguesia rural.

SILVA mostra ainda que entre os "contra" também se distinguem dois grupos:

1. Aqueles que não aceitam por princípio qualquer Reforma Agrária: composto de radicais de direita capitaneados pelo ex-ministro Armando Falcão e pelo ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, um grande proprietário de terras em Ribeirão Preto e na Amazônia.

Este subgrupo aproxima-se da pregação da TFP: são contra o Estatuto da Terra, defendem o direito sagrado e inalienável da propriedade privada e vêm na proposta de Reforma Agrária "um complô da CIA aliada à KGB para destruir a possibilidade de o Brasil chegar a grande potência pela pujança de sua agricultura".⁴⁶

2. Os que não aceitam a proposta de Reforma Agrária do MIRAD/INCRA. São contra a idéia de desapropriação por interesse social. Neste subgrupo predominam os grandes produtores - usineiros e empresários rurais. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) que é uma sociedade civil - através de seu presidente Flávio Telles de Menezes, é o representante maior desse subgrupo.

Os pontos principais da polêmica entre os pró e os contra são:

1. Escolha da desapropriação por interesse social como instrumento principal do Plano;

2. Os critérios de definição do que são terras produtivas e improdutivas;

3. O controle do processo: os contra dizem que o governo perderá o controle do processo de Reforma Agrária, e que uma Reforma Agrária Massiva irá desestabilizar a estrutura produtiva.⁴⁷

Assim, depois de dois anos de polêmicas em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária, constata-se que ele seguiu mais a voz dos "contra" obedecendo suas imposições:

GUANZIROLI⁴⁸ aponta as principais desvantagens no Plano atual, em relação à proposta original, as quais resumo num quadro:

PROPOSTA ORIGINAL DO PNRA	PLANO ATUAL DE RA
<u>Objetivo do Plano:</u> Justiça Social, redistribuição da terra e da Renda Nacional	<u>Objetivo do Plano:</u> Econômico: Corrigir imperfeições da estrutura fundiária
<u>Reforma Agrária:</u> Condição de Democracia na Nova República	<u>Reforma Agrária:</u> Apenas objetivos produtivistas
Participação das Entidades representativas no Plano	Participação da "Sociedade em geral"
Respeito a diversidades regionais: Propriedade em comunhão, etc.	Só dois tipos de assentamento: Propriedade familiar e Unidades Associativas.

Constata-se assim, que os oligarcas que compõe a Aliança Democrática da Nova República possuem grande força e poder. Terra e Poder estão juntos na sociedade brasileira. Portanto, o problema da Reforma Agrária no Brasil é sobretudo político.

As propostas de Reforma Agrária dos Trabalhadores - "Projeto Popular de Reforma Agrária"⁴⁹ e as "Propostas do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais a serem contempladas no Plano" (Anexo VII) não foram levadas em consideração.

Agora, só restaria esperança na constituinte. A grande aspiração dos trabalhadores rurais seria que a Nova Constituição trouxesse em seu bojo um capítulo sobre a Reforma Agrária que viria beneficiá-los visando mais justiça social. Porém o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense, do qual falaremos a seguir, tem consciência de que o jogo de forças políticas conservadoras é predominante na constituinte e com isto não ocorrerão grandes mudanças.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO III

- ¹SILVA, José Graziano. Reforma Agrária, Já? In: LEAL, Laurindo (org.) Reforma Agrária na Nova República. Contradições e Alternativas. São Paulo, Cortez, 1985,p. 59.
- ²Ibidem, p. 61.
- ³Conf. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1983.
- ⁴LUCAS, José. S.O.S., Homem do Campo. São Paulo, Kairós, 1984, p. 20.
- ⁵Ibidem, p. 33.
- ⁶Ibidem, p. 36.
- ⁷BUENO, Ricardo. Por que faltam alimentos no Brasil? Reforma Agrária, Já! Petrópolis, Vozes, 1985,p. 14.
- ⁸LAGÔA, Ana. Como se faz para viver com um salário mínimo? Apud. BUENO, Ricardo, op. cit. p. 44.
- ⁹BUENO, Ricardo, op. cit. p. 64-5.
- ¹⁰MINC, Carlos. A Reconquista da Terra. Lutas no Campo e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985,p. 52.
- ¹¹POZZOBON, Dornelles Antoninho. Aspectos da Estrutura Fundiária de Santa Catarina. Mimeo., Florianópolis, INCRA, 1986, p. 2.
- ¹²Sobre o assunto ver PAULILO, Maria Ignês. A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo., 1987 p. 7-14.

- ¹³POZZOBON, Dornelles Antoninho, op. cit. p. 1.
- ¹⁴SILVA, Cesar Freisleben. Reforma Agrária, um imperativo para Santa Catarina. O ESTADO, Suplemento Agrícola, 05 nov. 1982, p. 6.
- ¹⁵MINC, Carlos, op. cit. p. 26.
- ¹⁶IBASE. Violência no Campo. Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 14.
- ¹⁷CPT. Pastoral e Compromisso. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 37.
- ¹⁸Ibidem, p. 32-7.
- ¹⁹IBASE, op. cit. p. 8.
- ²⁰O ESTADO, 15 nov/1981.
- ²¹FOLHA DE SÃO PAULO, 27 maio/1985.
- ²²Ibidem.
- ²³Ibidem, 28 maio/1985.
- ²⁴Ibidem.
- ²⁵Ibidem, 31 maio/1985.
- ²⁶Ibidem, 11 jun/1985.
- ²⁷Ibidem, 12 jun/1985.
- ²⁸Ibidem, 02 jul/1985.
- ²⁹Ibidem, 09 jul/1985.
- ³⁰Ibidem, 07 ago/1985.

- ³¹O GLOBO, 20 ago/1985.
- ³²Ibidem, 23 ago/1985.
- ³³FOLHA DE SÃO PAULO, 11 out/1985.
- ³⁴Ibidem.
- ³⁵Ibidem, 12 out/1985.
- ³⁶Ibidem.
- ³⁷A GAZETA MERCANTIL, 18 out/1985.
- ³⁸Ibidem.
- ³⁹FOLHA DE SÃO PAULO, 08 abr/1986.
- ⁴⁰IBASE. Políticas Governamentais, jul/1986, p. 34.
- ⁴¹FOLHA DE SÃO PAULO, 11 abr/1986.
- ⁴²IBASE. Políticas Governamentais, dez/jan/1987, p. 48.
- ⁴³FOLHA DE SÃO PAULO, 20 nov/1986.
- ⁴⁴AGENDA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, São Paulo, Executi-
va Nacional do Movimento dos Sem Terra. S/p.
- ⁴⁵SILVA, José Graziano. Para entender o PNRA. São Paulo, Brasi-
liense, 1985.
- ⁴⁶Ibidem, p. 15.
- ⁴⁷Ibidem, p. 14-26.

⁴⁸GUANZIROLI, Carlos Enrique. Reforma Agrária. Análise do Plano do Governo Sarney, IBASE, nov/1985.

⁴⁹CPT. Projeto Popular de Reforma Agrária. Cadernos de Estudo CPT nº 10, Goiania, julho/1984.

C A P Í T U L O I V

HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

1. DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA NO SUL DO PAÍS

No início dos anos 60, já existiu um Movimento dos Sem Terra - MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) - no extremo sul do país, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro, do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Este movimento promoveu mobilizações e acampamentos com predominância de assalariados rurais e seu objetivo era somente conquistar terra.¹

Na época, os colonos do MASTER invadiram a fazenda Sarandi de aproximadamente 24.000 ha que foi desapropriada por Brizola. Parte da área foi vendida aos colonos (13.000 ha) e o restante foi loteado. Uma área de 3.000 ha foi arrendada pelo Estado para empresários, dando origem às fazendas Macali e Brilhante.

O golpe de 64 acaba com o MASTER bem como com as Ligas Camponesas no Nordeste e as recentes organizações de camponeses no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Criou-se o Estatuto da Terra como forma de propor uma nova política agrária e agrícola. Os 20 anos de governos militares se assentaram em duas premissas: para os proprietários, o estímulo à modernização, para os Sem Terra e minifundistas, a promessa de Reforma Agrária.

Porém os agricultores expropriados e vítimas da política de modernização capitalista não se deixaram vencer e apesar da repressão foram se organizando em pequenos núcleos, até que de forma surpreendente surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

"O atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu no Sul, do Brasil. No Rio Grande do Sul a gota d'água foi a ação dos índios de Nonoai: cansados das promessas da FUNAI, expulsaram os arrendatários de sua reserva. Expulsos, sem terra e sem trabalho, esses camponeses passaram a reivindicar terra para trabalhar. Ocupam as fazendas Macali e Brilhante, anteriormente desapropriadas. Tentam ocupar uma fazenda com titulação duvidosa da qual também são expulsos. Decidem por fim "acampar" na beira da estrada exigindo terra do Estado. Surge o acampamento de "Encruzilhada Natalino em Ronda Alta. Foi em torno dessa luta que se estruturou, lentamente o Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul".²

No Paraná, os expropriados pela barragem binacional Itaipu dão início ao Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO).

Em Santa Catarina o Movimento nasce com a ocupação da Fazenda Burro Branco em Campo Erê - 1980.

Em São Paulo o Movimento se articula em torno da resistência e da conquista dos posseiros da fazenda Primavera em Andradina.

No Mato Grosso do Sul a luta é iniciada por arrendatários que passaram a reivindicar terra, acampando em Itaquirai.

Em todos os locais o Movimento se estrutura basicamente com a mesma metodologia: algumas lideranças já pertencentes ao Movimento, percorrem as comunidades agrícolas fazendo um levantamento dos colonos que não possuem terra. Através de contatos e entrevistas estes agricultores são convidados a comparecer nas reuniões realizadas pelo Movimento. Estas reuniões são rea-

lizadas nas escolas, Igrejas ou sede de sindicatos da comunidade, com o respectivo apoio destas entidades.

O grupo passa a se reunir periodicamente para discutir assuntos de seu interesse, ler a bíblia e planejar possíveis estratégias.

"No esforço de articular os vários Movimentos de Trabalhadores Sem Terra dos Estados do Sul foi sentida a necessidade e a conveniência de uma organização regional. Surgiu o Movimento dos Sem Terra do Sul. Percebendo a importância da união de todos os Sem Terra do país, o Movimento procura imediatamente contato com outras regiões, visando chegar a uma organização nacional".³

Esta organização nacional se concretizou no Iº Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Curitiba de 29 a 31 de janeiro de 1985 onde foi tirada a Coordenação Nacional do Movimento dos Sem Terra.

2. DE SANTA CATARINA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina teve início em maio de 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias. A ocupação despertou a opinião pública para a questão dos Sem Terra no Estado, e no dia 12 de novembro do mesmo ano o governo desapropriou a área e as famílias passaram a produzir na terra em sistema comunitário.

A vitória dos colonos de Campo Erê passou a ser exemplo para os Sem Terra que começavam a se organizar, com prepon-

derância no oeste do Estado.

Em janeiro de 1983 aconteceu o Primeiro Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul. Nesse Encontro eles definiram as diretrizes básicas do movimento e decidiram que a ocupação de Terra é uma das formas de fazer pressão para a solução do problema.

Em junho do mesmo ano, aconteceu a primeira assembléia dos Sem Terra com a participação dos Sindicatos combativos. Foi eleita a comissão regional do movimento.

Com a Comissão formada, os integrantes passaram a fazer reuniões nos municípios e formar comissões municipais. A partir daí o Movimento se espalhou por 17 municípios.

Em dezembro/84 (dias 5 e 6) foi realizado um Congresso Estadual no qual discutiram os problemas dos Sem Terra no Estado e levantaram sugestões para serem debatidas no Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra, que aconteceu em Curitiba, em janeiro de 1985.

Ainda em 1984, o Movimento faz sua primeira manifestação pública no dia 26 de julho em frente à sede do INCRA, em Florianópolis. Em Chapecó, na mesma ocasião, representantes do movimento mantêm audiência com o Governador Espiridião Amin e o Coordenador Regional do INCRA, quando apresentam um levantamento dos latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação.

Após o Congresso Nacional, o Movimento dos Sem Terra se fortificou e tomou vulto especialmente no oeste catarinense, onde terminariam os contratos de arrendamento e muitos agricultores ficaram sem trabalho e desalojados.

Em decorrência da discussão e apresentação do Plano Nacional de Reforma Agrária (maio 85), e do clima político do Estado - aliança Jaison e Amim - mais voltadas às negociações políticas, o Movimento passou a planejar a ocupação de terras improdutivas visando posteriormente desapropriação.

Assim, a 25 de maio de 1985, cerca de 2.000 famílias ocuparam terras no oeste catarinense, numa ação conjunta, organizada e planejada. Aí permaneceram acampados quase 2 anos (alguns mais) à espera de assentamento.

3. DO OESTE CATARINENSE

25 de maio de 1985 - O dia da posse no Oeste Catarinense

Todos os anos, no mês de maio, comemora-se na cidade de Guaraciaba (extremo-oeste catarinense) a festa de Nossa Senhora do Caravagio, que atrai milhares de peregrinos. Estes, organizam caravanas e formam comboios de caminhões ou de ônibus em direção ao local.

O Movimento dos Sem Terra, organizado pelas Comissões municipais, aproveitou a ocasião para deflagrar a "operação integrada de ocupações simultâneas". Fazendo-se passar por romeiros, o comboio de caminhões com os Sem Terra não despertou suspeitas em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência.

As famílias que estavam organizadas para as ocupações saíram de 18 municípios da região oeste catarinense: Abelardo

Luz, São Domingos, Galvão, São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Ipu-
mirim, Águas de Chapecô, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coro-
nel Freitas, Caibí, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Ca-
xambú do Sul, Romelândia e Descanso.

Inicialmente estas famílias ocuparam respectivamente as
seguintes terras:

- 2.073 ha. em São Miguel do Oeste, nas áreas de Mo-
ser, terras de Ernesto Gil Olvides Zardinello, José Festugatto,
Rubino e Alberto - 260 famílias.

- 275 ha. em Romelândia, nas áreas de Salvati e Hel-
be - 120 famílias.

- 130 ha. em Maravilha, nas áreas de Guido Bordinghon
- 15 famílias.

- 200 ha. em Descanso, nas terras de Fiorini - 15 fa-
mílias.

- 1.850 ha. em Mondaí, nas terras de Braganholo, Ita-
lo, Luca e Hickman - 225 famílias.

- 2.000 ha. ou mais em Abelardo Luz. As Fazendas Pa-
puan de Nair M.S. Pereira e Santa Rosa de Carmem Gondin - 1.000
famílias.

- 200 ha. em Quilombo, na área de Conte - 24 famílias.⁴

Segundo depoimento de alguns acampados, o dia da ocupa-
ção foi muito marcante, pois exigiu grande sacrifício por parte
dos Sem Terra. Dezenas de famílias em cima de caminhões, inúme-
ras crianças, mulheres grávidas viajando à noite inteira para
chegar ao local determinado. O frio era intenso, em alguns luga-
res chovia. Optaram por viajar durante a noite para não desper-

tar maiores suspeitas, apesar da festa de Nossa Senhora do Caravaggio. Muitos caminhões se perderam dos demais e rodaram a noite inteira sem achar o local. Este fato causou medo e angústia nos sem terra pois estavam sujeitos a toda sorte de acontecimentos.

As 1000 famílias que se dirigiram para Abelardo Luz foram barradas quase na chegada da fazenda quando homens armados colocaram fogo numa ponte de madeira pela qual os caminhões iriam passar. Porém imediatamente, as mulheres desceram dos caminhões e começaram a apagar o fogo com lençóis, panos, galhos de árvores e outros. Tudo isso aos olhos dos "homens dos fazendeiros" que não tiveram coragem de agredí-las.

Quase todas as famílias, chegaram ao local de destino por volta da madrugada e segundo os acampados, não foi fácil descarregar todos os caminhões, montar as barracas em baixo de uma chuva fina, num frio intenso, muitas crianças chorando, outras dormindo, todos com fome e sono depois de terem viajado à noite inteira sob tensão.

A preparação para este dia de posse foi fruto de muita discussão e planejamento nos grupos de reflexão pelos sem terra de cada comunidade ao longo de mais de 2 anos.

No dia 7 de maio de 85, duas semanas antes da posse, a Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra manteve uma audiência com o novo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário Nelson Ribeiro e com o presidente nacional do INCRA José Gomes na tentativa de sugerir solução para a questão dos Sem Terra e cobrar das duas autoridades a imediata solução do problema.

Na ocasião, o Movimento do Estado entregou um documento minucioso sobre a situação fundiária de Santa Catarina sugerindo áreas de latifúndios ociosos passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Nos dias que antecederam a posse, o Plano Nacional de Reforma Agrária estava sendo discutido e apresentado a nível nacional, e os Sem Terra perceberam indefinições nas políticas fundiárias das novas autoridades, condicionadas nas discussões do Plano.

Também em função do clima político do Estado no início de 1985 - a aliança Jaison Barreto e Espiridião Amim, que estava concentrando suas atenções na política sucessória ao governo municipal da Capital, o Movimento decidiu não esperar as definições de gabinete.

Os agricultores sem terra também tinham conhecimento de que o Governador Espiridião Amim se instalaria com sua comitiva em São Miguel do Oeste para fins políticos na mesma data da posse.

E por último, em decorrência do término dos contratos de arrendamento deixando centenas de famílias desalojadas e sem trabalho, além das que já estavam sem alternativas de sobrevivência por falta de terra, o Movimento decide realizar as ocupações que estavam em preparação, aproveitando a festa de Nossa Senhora do Caravaggio - dia 25 de maio.

4. REPERCUSSÕES DA POSSE, NEGOCIAÇÕES, ACORDOS, ALIANÇAS COM ENTIDADES DE APOIO, ATOS PÚBLICOS, DEFINIÇÕES

A posse das terras pelos agricultores sem terra do oeste catarinense teve grandes repercussões nos meios de comunicação à nível nacional. Foi manchete em todos os jornais do Estado que alertaram para o perigo de incidentes armados entre latifundiários e agricultores, receando um conflito armado.

As autoridades políticas tentaram logo tomar uma atitude interferindo a favor: o governador Espiridião Amim entrou em contato com o ministro Nelson Ribeiro que pediu para tentar mediar um acordo para que se mantivesse ordem, até que o ministério tivesse uma solução urgente para o problema; o prefeito de Abelardo Luz enviou telex ao Presidente da República, ao INCRA e ao MIRAD pedindo apoio para solucionar o problema.

Por sua vez, os agricultores sem terra que tomaram posse, organizaram uma comissão e se dirigiram ao INCRA pedindo agilização para desapropriação das terras por interesse social. Também se dirigiram ao Governador, pedindo que cumprisse a proposta subscrita por ele e Jaison Barreto no documento "Bases para um Programa Comum para Santa Catarina".

No terceiro dia depois da primeira posse, mais duas localidades registraram tomadas de terras por colonos: Romelândia e Águas de Chapecó, totalizando 2.500 famílias.

A polícia militar ficou de prontidão e elaborou um plano a nível federal juntamente com o INCRA e a Secretaria do oeste.

O Governador Espiridião Amim fez um apelo ao Movimento dos Sem Terra para que as invasões fossem contidas.

Quatro dias depois das ocupações, o Governador e o Secretário da Agricultura reuniram-se com nove membros da Comissão dos Sem Terra para comunicar que o INCRA já tinha proposto a desapropriação das terras da viúva Anair Motta, Amilton Viana e Eunice Gondin (duas propriedades com mais de 10 mil hectares).

Em Florianópolis, no plenarinho da Assembléia Legislativa, reuniram-se diversas entidades representativas dos vários segmentos da sociedade para estabelecer ações de apoio às 2.000 famílias sem terra. Formou-se um "Comitê de apoio" visando proporcionar recursos materiais, financeiros e políticos aos Sem Terra. Iniciaram logo uma campanha para angariar alimentos e agasalhos para os acampados.

O clero da região de Florianópolis também manifestou apoio pedindo urgência na solução do impasse, intercedendo para que todos que desejassem trabalhar tivessem direito à terra.⁵

No dia 30 de maio, cinco dias após as primeiras ocupações, mais trinta famílias entraram na propriedade de Lourival e José Sesttugati em Treze de Maio, 15 km do centro de São Miguel do Oeste aumentando ainda mais o clima de tensão no oeste.

Neste mesmo dia, um grupo de representantes dos Sem Terra estiveram no INCRA de Florianópolis, para agilizar os processos de desapropriação. Foram acompanhados pelo presidente da CUT e por um representante da Pastoral da Terra.

Um outro grupo de representantes dos Sem Terra viajou para Brasília a fim de pressionar o Governo Federal a apressar

a execução da Reforma Agrária.

Neste ínterim, o presidente do Sindicato Rural de Chapecó (classe patronal) V.L. em entrevista ao jornal O Estado criticou o imobilismo das autoridades catarinenses que não tomaram nenhuma medida para coibir as invasões de terras no oeste. Advertiu que os empregadores rurais da região estavam preocupados em defender suas propriedades contra qualquer invasão, usando a força se fosse necessário. Reclamou que a lei não estava sendo cumprida e que o direito à propriedade privada estava sendo "deklaradamente" desrespeitado.⁶

No dia 31 de maio, mais uma área é ocupada. Cerca de 60 famílias ocupam a propriedade de Salvato Maradino, na localidade de Barra do Rio Sargento, divisa dos municípios de Romelândia, São Miguel e Descanso.

Uma comissão do Governo Federal enviada pelo INCRA e Ministério de Assuntos Fundiários veio à Santa Catarina para negociar uma solução para o caso, trazendo a seguinte mensagem: "É vontade política do governo de iniciar o processo de Reforma Agrária. Mas há uma enorme diferença entre esta intenção manifesta e a forma como as coisas estão acontecendo em Santa Catarina."⁷

A 03 de junho de 1985, em reunião realizada com o Governo do Estado, representantes do MIRAD, INCRA, secretário da agricultura e representantes do Movimento Sem Terra, foi firmado um acordo (Anexo III). Este acordo previa que o Governador do Estado comprometer-se-ia a comprar mil hectares de terras, duas áreas, uma situada no município de Abelardo Luz e outra em São Miguel do Oeste para nelas assentar provisoriamente as famílias

que ocupam terras até esta data.

O INCRA se encarregaria de agilizar a desapropriação de no mínimo 20 mil ha. em 90 dias e assentar as famílias em 120 dias. Em troca, o Movimento participaria de todas as etapas do processo, fazendo o deslocamento das famílias, apoiando o cadastramento e "estancando" novas ocupações no prazo de 90 dias. O acordo também previa que neste período as famílias receberiam assistência médica e hospitalar, alimentar e segurança por parte do Governo.

A 05 de junho, onde dias depois das ocupações começou a operação de deslocamento das 2.000 famílias de trabalhadores rurais sem terra para as áreas de assentamento provisório: 500 famílias em 300 ha. em São Miguel do Oeste; 1.500 famílias em 340 ha. em Abelardo Luz.

Três dias após o deslocamento o advogado de Anair M.S. Pereira desfez a transação de compra e venda com o Estado. A mesma decisão atingiu a compra das terras do espólio de Francisco Peixoto Werneck que não quis mais vender suas terras.

Com isso os agricultores acampados em Abelardo Luz foram despejados e o governo do Estado providenciou outra área - 6 km de distância da atual, com 15 ha. de extensão que foi alugada provisoriamente.

Ao mesmo tempo adquiriu em São Miguel do Oeste mais uma propriedade de 166,6 ha. para colocação provisória dos Sem Terra.

O transporte das famílias de acampados do primeiro local para a área alugada foi feito por camioneiros (pequenos pro-

prietários) que demonstraram ao lado de toda a comunidade regional, muita solidariedade aos agricultores sem terra. O frio intenso, a lama e a chuva dificultaram a operação de transferência. A Prefeitura de Abelardo Luz colaborou com o fornecimento de agasalhos, remédios e alimentação. A remoção das famílias durou quatro dias.

No dia 12 de junho, a Comissão Estadual dos Sem Terra distribuiu extenso documento advertindo: "Ou o Governo leva a cabo a sua promessa de assentar os agricultores, conforme acordo selado no dia 03 de junho em Florianópolis dando-lhes colocação definitiva ou eles retornarão às invasões".⁸

A Polícia Militar montou barreiras nas estradas que dão acesso à São Miguel do Oeste a fim de impedir que continuasse o afluxo de caminhões ao município, transportando mais famílias de agricultores Sem Terra para os acampamentos.

No dia 20 de junho, dois representantes do Movimento Sem Terra estiveram na capital e em reunião com o Secretário da Agricultura comunicaram que o Governo não estava cumprindo sua parte no acordo firmado por escrito a 03.06.85 - que consistia em comprar 100 ha. de terra para os agricultores serem assentados provisoriamente.

Somente em 27 de junho, o Governo do Estado conseguiu cumprir sua parte no acordo firmado no início do mês com os Sem Terra, alugando 750 ha. da Fazenda Ursula Florestal Ltda. de Chapecó: 650 ha. estão localizados em Faxinal dos Guedes e 100 ha. em Abelardo Luz.

Conforme o acordo estabelecido o INCRA ficou de se mobilizar para encontrar 20 mil ha. para assentamento definitivo.

A transferência dos trabalhadores sem terra para os dois locais de assentamento temporário iniciou no dia 3 de julho. O novo acampamento de Abelardo Luz ficava apenas 4 km de distância, mas o de Faxinal (saída para Ipumirim) distava 40 km, o que exigiu 8 dias para a mudança do pessoal. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as paróquias do oeste auxiliaram na transferência.

Depois de vários dias acampados, a morte de dois recém nascidos comprovaram as péssimas condições em que se encontravam os agricultores, a falta de atendimento médico, remédios e alimentação.

Durante o período de acampamento o Movimento Sem Terra promoveu duas grandes manifestações públicas pela Reforma Agrária no oeste catarinense aglutinando dezenas de sindicatos e milhares de manifestantes: em Faxinal dos Guedes, a 21/7 e em São Miguel do Oeste a 28/7.

Os atos públicos tiveram o apoio de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, da Comissão de Pastoral da Terra e outras entidades. Buscaram polarizar a atenção da sociedade para este problema sensibilizando-a e motivando-a para colaborar na pressão da implantação da Reforma Agrária.

As manifestações iniciavam com cânticos e palavras de ordem e seguiam com apresentação das delegações, e celebração das lutas dos trabalhadores através de versos e encenações. Finalizavam com uma tribuna livre onde muitos se manifestavam.

O mês de agosto de 85, apresentou-se para os acampados como um dos mais duros, pois acabou a alimentação arrecadada pe-

las paróquias e comunidades e eles começaram a passar fome de verdade.

Em vista disso, foi realizada uma reunião com representantes dos sem terra, CUT, secretários da agricultura, do desenvolvimento social, do trabalho, da saúde e LADESC - onde ficou combinado que semanalmente o Governo do Estado entregaria nos acampamentos uma cota de alimentos sob forma de sacolão, via programa "Olha o Peixe" em acerto com a Secretaria da Agricultura e com a do Desenvolvimento Social que iriam repassar os recursos necessários para custear a alimentação.

Os trabalhadores rurais sem terra acampados no oeste mantinham forte expectativa em relação ao prazo - 03 de setembro de 1985 - concedido ao INCRA para identificação e desapropriação ou aquisição de 20 mil ha. para assentamento.

Chegou o dia 04 de setembro, um dia depois do prazo estabelecido para o cumprimento do acordo e este não foi cumprido. Uma comissão de trinta colonos acampados veio até o INCRA de Florianópolis fazer um ato de protesto para pressionar o Governo. Vários agricultores, inclusive uma senhora grávida de 7 meses, ficaram nas dependências do INCRA, dormindo no chão e comendo só sanduiche, em vigília até obterem uma solução.

No dia seguinte, o presidente Sarney assinou o decreto de desapropriação de cerca de 13 mil ha. em 11 áreas do oeste catarinense. Isto implicou no assentamento de somente 100 famílias enquanto havia mais de 2000 cadastradas.

A comissão dos sem terra continuou sua vigília no INCRA aguardando confirmação oficial.

A 10 de setembro o MIRAD divulgou às 11 áreas desapropriadas em Santa Catarina:

1. Rabo de Galo - São Miguel do Oeste
2. Entre Rios - São Miguel do Oeste
3. Santa Rosa I - Abelardo Luz
4. Parolim - Itaiópolis
5. Santa Rosa II - Abelardo Luz
6. Papuan - Abelardo Luz
7. Derrubada - Ponte Serrada
8. Sandra - Abelardo Luz
9. Barra Escondida - São José do Cedro
10. Jacutinga - São Miguel do Oeste
11. Lageado Grande - São José do Cedro

Duas semanas depois da divulgação as primeiras 200 famílias foram assentadas em 4 localidades:

- Fazenda Papuan (362 ha.) Abelardo Luz
- Fazenda Derrubada (601 ha.) Ponte Serrada
- Fazenda Barra Escondida (490 ha.) São José do Cedro
- Fazenda Jacutinga (388 ha.) e Entre Rios (1.012 ha.) em São Miguel do Oeste.

O assentamento foi feito em caráter emergencial para que as famílias não perdessem o período de plantio.

Ainda era grande o número de famílias que permaneciam acampadas em situação precária. Chegou novembro, o final do ano se aproximando e não se definiu mais nada em relação a outras desapropriações. Assim, os sem terra decidiram em assembléia, que precisavam tomar uma providência. Uma comissão de vinte e seis colonos entrou na sede do INCRA de Chapecó e prometeu permane -

cer no escritório até que a emissão de posse das demais terras desapropriadas fosse repassada ao INCRA e em seguida aos Sem Terra. Além dessa reivindicação pediram para que fosse cumprido o critério do Movimento - assentamentos coletivos - e terras para os jovens com mais de 18 anos e solteiros.

Desta vigília só obtiveram como resultado positivo, a informação de que fora emitida a posse de uma área com extensão de 5.536 ha. no município de Itaiópolis para o assentamento de 350 famílias.

Chegou o final do ano de 1985 e os sem terra ficaram sem assistência, pois nesta época os organismos praticamente pararam as atividades devido às festividades.

O Natal nos acampamentos foi triste e sem muita esperança. Nada de doce, nada de presentes, o mesmo feijão com arroz de sempre. Os Sem Terra ficaram praticamente esquecidos das comunidades e instituições de todo o Estado. Um grupo de mães acampadas, escreveu uma carta aberta e fez um abaixo-assinado solicitando ajuda para o Natal das crianças acampadas, mas não foram atendidas.

Assim se passaram os meses de janeiro e fevereiro de 1986. Um calor insuportável e os agricultores debaixo de lonas de plástico pretas continuaram recebendo quinzenalmente o sacolão de alimentos que consistia em feijão, farinha, arroz, trigo, açúcar e às vezes sardinhas.

A 27 de fevereiro, outra comissão de trabalhadores rurais sem terra veio até o INCRA de Chapecó, reclamar o acordo firmado no ano anterior entre a União, o Governo do Estado e o

Movimento Sem Terra que teve seu prazo final encerrado em 30 de outubro de 85.

A 05 de março de 86, o INCRA realizou uma reunião com representantes do Movimento dos Sem Terra e propôs uma trégua. Esta trégua foi obtida com a comprovação de que o Instituto estava desenvolvendo todos os atos necessários ao encaminhamento dos problemas fundiários. O INCRA mencionou que há 21 áreas com desapropriação decretada em Santa Catarina, perfazendo mais de 22 mil ha.

A 30 de março de 1986, mais de 50 representantes dos Sem Terra no oeste, se reuniram em Chapecó para eleger os novos coordenadores do Movimento dos Sem Terra. No mesmo encontro foram escolhidos os nomes dos delegados que participariam do 2º Congresso Estadual dos Sem Terra que seria realizado nos dias 8 e 9 de abril de 1986 em Chapecó.

Um dia antes do Encontro, 40 agricultores Sem Terra foram até à sede do INCRA reivindicar mais uma vez o assentamento definitivo de 1.200 famílias e melhores condições para as que já se encontram assentadas, sem nenhuma infraestrutura.

Das 2.000 famílias que ocuparam terras em maio de 85 só permaneceram 1.200.

Isto porque o próprio Movimento dos Sem Terra e o INCRA realizaram um cadastro e viram que algumas famílias não faziam parte dos critérios do movimento: não ter terra ou ter menos de 5 ha., o que é considerado insuficiente.

Outras famílias desistiram por causa das dificuldades no acampamento e o longo período de espera.

Até março de 86, somente 248 famílias haviam sido transferidas para as áreas definitivas.

O 2º Congresso Estadual dos Sem Terra de Santa Catarina, reuniu 200 delegados representando todos os agricultores sem terra do estado. Foi realizado nos dias 8 e 9 de abril de 86 no Centro de Formação do Seminário Diocesano de Chapecó. O principal objetivo do Encontro foi fortalecer o Movimento à nível de Estado e ao final redigir um documento no qual constariam os resultados das discussões que tinham sido feitas a nível regional em todo o Estado.

Nos três dias de encontro os Sem Terra se ocuparam em estudar o Plano Nacional de Reforma Agrária, discutiram a reforma exigida pelos trabalhadores e elaboraram um plano unificado de lutas.

Destaques do Encontro foram os assassinatos de lideranças rurais que ainda ocorrem em todo o país e a situação social e econômica de 140 mil famílias de trabalhadores sem terra que vivem em território barriga verde.

Durante a realização do Encontro, outros 42 agricultores sem terra de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e São Miguel do Oeste, se dirigiram a Florianópolis para mais um ato de protesto: acamparam no centro da capital, em frente à catedral como forma de despertar atenção das autoridades e comunidade, e exigir o atendimento de suas reivindicações. Em audiência com o Governador Espiridião Amim solicitaram providências em relação às famílias que ainda estavam acampadas, aguardando assentamento.

Foi realizado um ato público em apoio aos agricultores

sem terra do oeste, no largo da catedral com a presença de aproximadamente 300 pessoas.

Os colonos decidiram permanecer acampados em frente à catedral até que todas as reivindicações fossem atendidas. Apesar das condições precárias, chão de cimento, falta de colchões, a chuva molhando todos os pertences, falta de alimentação, o barulho durante à noite, etc., eles continuaram firmes. Quem passava em frente aos barracos via um grande cartaz com os dizeres: "Precisamos arroz, feijão, açúcar, carne, farinha, verduras e azeite. Sua solidariedade é importante. Com Terra vamos produzir tudo isso".

Em reunião realizada com representantes do MIRAD e do INCRA foi proposto que até o dia 30 de abril seriam assentadas 602 famílias, com isso, 250 ainda permaneceriam nos acampamentos provisórios.

Os agricultores não aceitaram essa proposta e ficaram acampados no centro da capital esperando a garantia de desapropriação de terras para assentamento de todas as famílias.

Uma semana depois da chegada dos primeiros agricultores a Florianópolis, chegaram mais 40 sem terra. Alguns em substituição às mulheres e doentes que voltaram, e outros para dar um reforço aos demais que há estavam.

Os Sem Terra permaneceram aproximadamente 4 semanas acampados em frente à catedral. Neste ínterim continuaram recebendo apoio de 23 entidades.

Os Sem Terra voltaram para o oeste sem obterem o total atendimento de suas reivindicações. Porém distribuíram à popula-

ção uma nota de esclarecimento (Anexo IV) explicando os motivos de sua volta, entre outros:

- "Conseguimos arrancar do INCRA e do Governo Federal a certeza de que o acordo assinado no dia 03 de junho de 1985 entre o Movimento dos Sem Terra, INCRA, MIRAD e o Governo do Estado será cumprido.

- Nossa luta continua para que sejam desapropriados imediatamente 5.600 ha. que já estão com o presidente da República.

- Nesse sentido, a partir de agora nossa pressão será direta em Brasília".

Nesse período, os Sem Terra foram informados de que o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, repassaria através do BESC - Banco do Estado de Santa Catarina auxílio financeiro para as famílias acampadas utilizarem nos assentamentos.

As famílias receberiam 8, 10 ou 15 mil cruzados, destinados à manutenção, custeio, preparo do solo e aquisição de equipamentos agrícolas.

A diretoria do INCRA-SC recebeu Cz\$ 9 milhões e 850 mil para serem repassados aos Sem Terra gastos com alimentação e transferência das famílias para o local dos assentamentos.

A 17 de abril de 86, os acampados foram surpreendidos com a notícia de que a fazenda Parolim em Itaiópolis tinha sido ocupada por agricultores sem terra da região que não pertenciam ao movimento. Esta fazenda com 13 mil ha. tinha sido desapropriada pelo Governo Federal no ano de 1985, e o INCRA emitiu posse

para 350 famílias conforme acordo assinado no dia 03 de junho de 85. Mas o IBDF - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal impediu que a área fosse utilizada até o momento por ser uma reserva florestal e lá está localizada a nascente do rio Itajaí.

Assim, enquanto os sem terra esperavam acampados, por uma definição, os colonos da própria região resolveram se antecipar. Porém foram surpreendidos pela informação de que primeiro seriam assentados os acampados do oeste. Foi feito um acordo onde ficou estabelecido que para cada 100 famílias da região seriam assentados 100 famílias do oeste.

A partir do dia 05 de maio de 86, mais 582 famílias que estavam acampadas foram removidas para suas áreas definitivas: 114 famílias foram para o imóvel Putinga em Matos Costa, 56 para o imóvel Rio Timbô em Lebon Régis, enquanto 12 foram para Fazenda Velha Município de Iraní.

Algumas famílias que iriam ser assentadas em Friburgo foram impedidas por madeireiros e tiveram que ficar num hotel até que o INCRA solucionasse o problema.

A 24 de junho de 86 o presidente Sarney assinou decreto desapropriando 37 áreas em 12 Estados do país. Em Santa Catarina foram desapropriadas 03 áreas:

- Fazenda Boa Esperança - Major Gercino 2.412 ha.
- Fazenda Rio dos Patos - Lebon Régis 1.278 ha.
- Fazenda Rio da Prata - Ibirama 2.976 ha-

A 27 de junho foi anunciada a desapropriação de mais 4 áreas:

- Fazenda Putinga - Matos Costa 1.400 ha.
- Fazenda Rio Timbó - 600 ha.
- Fazenda Rio Mansinho - 516 ha.
- Fazenda Rio dos Patos - 1.278 ha.

As famílias que estavam acampadas provisoriamente aguardando assentamento, continuaram em situação precária. Alguns depoimentos comprovam o sentimento de inutilidade a que estavam destinados:

- "O INCRA não nos autoriza a plantar e não podemos derrubar mato. Assim, ficamos na dependência de quem nos traz rancho todo mês..."

- "Não estamos acampados para ganhar comida, queremos terra para trabalhar".

- "Essa vida é pior que cadeia, ficamos sem poder trabalhar e quando arranjamos serviço os fazendeiros abusam das nos sas necessidades".

Alguns agricultores sem terra saíam para trabalhar para os fazendeiros. Eram na grande maioria aqueles que sempre foram peões ou bóia-frias e que tinham muito filhos. Como a alimentação do INCRA era insuficiente, eles trabalhavam para complementá-la. Diferente de outros acampados que foram agregados ou arrendatários e possuíam algumas economias e parentes que auxiliam na alimentação.

No início do mês de julho de 86 ocorriam novas ocupações realizadas por famílias que não pertenciam ao Movimento:

80 famílias ocupam terras em Anchieta

8 famílias em Itapiranga

2 famílias em São Miguel do Oeste.

Estas famílias foram convidadas a se retirarem dos locais pela justiça local pois não estavam organizadas e não faziam parte do acordo.

Por sua vez, vários fazendeiros do oeste passaram a se pronunciar a favor da UDR - União Democrática Ruralista.

O presidente do Sindicato Rural de Chapecó disse que "a criação da UDR é um ato de desespero dos proprietários para se defenderem das invasões promovidas por organizações alheias ao campo. Precisamos nos organizar, é por falta de organização que somos surpreendidos por uma Reforma Agrária unilateral e uma política agrícola injusta. O outro lado está muito bem organizado. Fazem reuniões intensivas, doutrinações bem feitas, usando inclusive o misticismo".⁹

O vice-presidente do Sindicato Rural de Lages disse: "A criação da UDR é necessária onde não existe sindicalismo forte. Isto não quer dizer que não a criaremos nesta região como entidade de defesa da classe produtora".¹⁰

No início de julho de 86, 80 famílias acampadas em Abelardo Luz, na Fazenda Santa Ursula, receberam o aviso de que precisavam sair imediatamente do local porque o dono da área, o BESC, acabara de leiloar a terra e os compradores, família Ferro-nato de Xanxerê, deram um prazo de 15 dias para se retirarem do local.

Duas semanas depois do aviso as famílias foram despejadas pela justiça temendo represálias, e sem terem para onde ir, vão para outra fazenda - a Papuan II que estava em processo de

desapropriação. Já viviam, no local, 25 famílias como posseiros e também estavam aguardando assentamento.

A 23 de julho, a proprietária da fazenda Papuan II conseguiu a reintegração de posse e pediu para seus advogados informarem aos sem terra que se fosse necessário ela requereria força policial para cumprir a decisão judicial.

Os sem terra permaneceram na fazenda até 29 de julho, quando o presidente assinou o decreto de desapropriação da Papuan II. Em primeiro plano, foram assentados 25 arrendatários que já estavam trabalhando no local, e depois os sem terra.

A 06 de agosto outras 250 famílias invadiram a fazenda Capão Grande, também em Abelardo Luz. O imóvel fica localizado entre as fazendas Papuan II e Santa Rosa e possui 4.087 ha.

A 02 de janeiro de 85, o presidente Sarney havia assinado o decreto de desapropriação de 1.285 ha. da fazenda Capão Grande, porém o proprietário Nei Barbosa Lima, impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Os efeitos do decreto foram suspensos e até meados de 87 o caso ainda estava à espera de julgamento. O proprietário entrou com ação judicial pedindo reintegração de posse da área, e as famílias foram despejadas.

Dessas, 130 foram para um lote comunitário de 5 ha. pertencente ao INCRA que fica na fazenda Papuan I, desapropriada há pouco tempo. As outras 110 famílias sem terem para onde ir e como forma de protesto, armaram seus barracos em frente ao Fórum e a Prefeitura de Abelardo Luz onde permaneceram por mais de um mês.

Enquanto isso, em Florianópolis representantes de 15

entidades constituíram um comitê estadual pela Reforma Agrária e contra a violência aos trabalhadores rurais.

Estas entidades promoveram no dia 22 a 25 de julho de 86 - dia do colono - uma programação chamando atenção para a necessidade da Reforma Agrária e contra a violência no campo.

No dia 22 houve uma coletiva à imprensa no plenarinho da Assembléia Legislativa. No dia 23, às 14 horas, teve início uma greve de fome em frente à catedral com aproximadamente 50 pessoas.

No dia 25 a greve de fome foi encerrada às 17 horas seguida de um ato público pela Reforma Agrária e contra a violência no campo com aproximadamente 600 pessoas, na maioria trabalhadores rurais que vieram de muitos municípios catarinenses. No final da passeata, entregaram um documento de três folhas ao Governador Espiridião Amim e ao diretor regional do INCRA A.P. Simon denunciando a morosidade da implantação da Reforma Agrária no país, especialmente em Santa Catarina.

Nesta época, também foi lançado o livro "Assassinatos no campo - de 64 a 85" pela CPT e o Movimento dos Sem Terra. O lançamento foi no Centro Arquidiocesano de Pastoral - CAP em Florianópolis e teve apoio de diversas entidades.

A 08 de agosto de 86 mais 15 famílias entraram na fazenda Roseira de propriedade da família Ughini, em Romelândia. Esta fazenda estava em processo de desapropriação e já lá entraram três vezes. Na primeira, os sem terra foram retirados amigavelmente. Na segunda e terceira através de mandato de reintegração de posse.

A 22 de agosto de 86, foi instituída na sede do INCRA em Florianópolis, a Comissão Agrária de Santa Catarina com o objetivo de "acelerar o processo de Reforma Agrária e alterar a atual situação de vida do homem rural". Nenhum representante do Movimento dos Sem Terra participa da Comissão. O mesmo acontece com os Conselhos Agrários Municipais, criados para descentralizar o trabalho da Comissão Agrária Estadual.

A 14 de setembro foi realizada a 1ª Romaria da Terra de Santa Catarina na localidade de Taquaruçu em Fraiburgo com a presença de mais de 20 mil pessoas. O local foi escolhido pelo Movimento Popular, exatamente para resgatar o passado e mostrar a luta histórica pela Reforma Agrária.

Durante a Guerra do Contestado (1912-16) cerca de 600 pessoas, os fanáticos seguidores do monge José Maria que negavam a ordem capitalista em constituição, refugiaram-se em Taquaruçu, denominada por eles "cidade santa". Porém, a 8 de fevereiro de 1914, 750 soldados enviados da capital Florianópolis, sob ordens do então governador Vidal Ramos, atacaram barbaramente o reduto deixando grande número de mortos.¹¹

A romaria começou às 8:30 horas com os trabalhadores, que lotaram cerca de 500 ônibus vindos de todas as partes de Santa Catarina.

Calculou-se em torno de 20 mil pessoas. A celebração consistiu em uma caminhada que perfazia 4 "estações". Cada "estação" estava representada com um marco. Ali as pessoas paravam, relembavam os fatos ocorridos no passado e os relacionavam com os fatos atuais. Depois cantavam, rezavam e continuavam caminhando em direção a outra "estação".

À tarde foi realizada uma tribuna livre, onde os trabalhadores falaram, cantaram e declamaram, e uma celebração eucarística com quatro bispos entre eles D. José Gomes, de Chapecó.

A 17 de setembro, 200 famílias foram transferidas dos acampamentos de Faxinal dos Guedes, e São Miguel do Oeste para a fazenda Parolim em Itaiópolis. A comunidade local os recebeu com festa.

A 25 de setembro mais uma comissão dos Sem Terra de Santa Catarina foi à Brasília e juntamente com os Sem Terra de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul mantiveram contato com o ministro da Reforma Agrária pedindo maior atenção aos assentamentos e a desapropriação definitiva das fazendas Capão Grande e Estrela de Abelardo Luz e Rio dos Patos em Lebon Régis.

A 10 de outubro, Chapecó recebeu a visita do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que cumpriu extenso programa político e só visitou a fazenda Zandavali onde estão assentadas 35 famílias que haviam sido desalojadas de terras dos índios Caigangues.

O ministro não visitou acampamentos nem assentamentos dos Sem Terra pertencentes ao movimento.

Dante de Oliveira se apresentou otimista e em sua fala à imprensa disse que "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados no Programa Nacional de Reforma Agrária".¹²

Pediu confiança aos Sem Terra dizendo "não se desesperarem, acreditem na sua força, na sua organização e no compromis

so assumido em praça pública pelo presidente Sarney".¹³

Ao que parece, Abelardo Luz é o município preferido pelos Sem Terra, pois em outubro, 56 famílias entraram na fazenda Santa Rosa II de propriedade de E.W. e três semanas depois se juntaram a estas, mais 60 famílias provenientes do acampamento de Faxinal dos Guedes.

Assim estas famílias mais as 150 acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz eram as que ainda aguardavam assentamento definitivo.

Em novembro de 86 melhoraram as perspectivas de assentamento: Dos ocupantes da fazenda Santa Rosa, 62 famílias foram para Friburgo e 14 para Lebon Régis.

Das famílias acampadas defronte a Prefeitura de Abelardo Luz, 35 foram para 670 ha. doados pela proprietária da fazenda Santa Rosa e 62 famílias se juntaram com outras 100 que estavam acampadas provisoriamente na fazenda Estrela, aguardando novas desapropriações.

A família Werneck deveria receber indenização do INCRA, correspondente a 1.200 ha. Porém destes 1.200 ha. resolveu doar 670 ha., um caso realmente inédito no processo de Reforma Agrária do Estado.

Algumas famílias e jovens solteiros fizeram parte de um acordo entre o Movimento dos Sem Terra e Comissões Agrárias Municipais: voltariam para suas terras de origem, e assim que o INCRA tivesse em mãos a emissão de posse de novas áreas, eles seriam as primeiras a serem reassentadas.

Nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1986, representan-

tes do Movimento dos Sem Terra, coordenadores dos acampamentos e dos assentamentos se reuniram em Chapecó para fazer a avaliação do ano de 1986.

Neste Encontro foi tirada uma nota à Imprensa e à População (Anexo V) com o objetivo de tornar público o não cumprimento por parte do governo da Nova República, das metas estabelecidas no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária.

As metas de assentamentos previstas no Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de Santa Catarina foram as seguintes:

ANO HA	1985/86	HA	1987	HA	1989
Número de Famílias	2.900	50.000	5.800	90.000	29.000

FONTE: INCRA - Florianópolis
Setor de Colonização

O número de famílias assentadas em Santa Catarina pelo INCRA é o seguinte:

ANO HA	1985/86	HA	1987	HA
Número de Famílias	1.453	29.145	70*	2.127

*Este dado é de setembro de 87.

FONTE: INCRA - Florianópolis
Setor de Colonização

O Capítulo VIII trata dos assentamentos, no qual colocamos mais detalhes.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO IV

- ¹ GEHLEN, Ivaldo. A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de NONOAI. In: SANTOS, José V.T. (org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, ICONE, 1985, p.149.
- ² POLETTI, Ivo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Luta pela Terra. Cadernos do CEAS, nº 97, maio/jun. 1985, p. 20.
- ³ Ibidem, p. 21.
- ⁴ ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MST de Santa Catarina. As Ocupações no Oeste de Santa Catarina. Chapecô, mimeo. junh/1985.
- ⁵ O ESTADO, 29 maio/1985.
- ⁶ O ESTADO, 31 maio/1985.
- ⁷ Ibidem.
- ⁸ O ESTADO, 12 junho/1985.
- ⁹ O ESTADO, 11 julho/1985.
- ¹⁰ O ESTADO, 12 julho/1985.
- ¹¹ Sobre a Guerra do Contestado ver: AURAS, Marli. Guerra do Contestado. Organização e Irmandade Cabocla. São Paulo & Santa Catarina. Cortez & UFSC, 1984.
- ¹² O ESTADO, 11 out/1986.
- ¹³ FOLHA DE SÃO PAULO, 12 out/1986.

C A P Í T U L O V

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO
OESTE CATARINENSE - ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE LUTA

1. O QUE REPRESENTA

O Movimento dos Sem Terra vem aos poucos sendo conhecido a nível nacional e até internacional.

É um movimento social que vem se projetando com características próprias, e alcançando força significativa no campo com adesão de um número cada vez mais elevado de agricultores.

Atualmente, diferentes tipos de pessoas vem se interessando pelo movimento e manifestando sua opinião.

Transcrevo aqui, o que ele representa na opinião de um político, um intelectual, dois bispos, os coordenadores do Movimento e os próprios agricultores sem terra.

Para A.P.S. superintendente do INCRA, "O Movimento dos Sem Terra é um movimento muito bem organizado, é um ato político, uma forma de pressão. Possui semelhança com um partido político. Embora tenha uma linha partidária não se identifica como partido. Está tendo grande repercussão à nível de Brasil. Formaram uma secretaria do Movimento com representantes da CPT, do Sindicato e até da CUT. A repercussão política tem surtido efeito à nível federal. Devido às pressões que estavam exercendo foi feito até um acordo interministerial para amenizar o problema".¹

Para José de Souza Martins, sociólogo, professor da USP, "a organização dos Sem Terra representa o surgimento de um novo sujeito histórico e define um quadro de conflito, de questionamento do poder, é anúncio de uma nova legitimidade".²

Dom Tomás Balduino, bispo da diocese de Goiás coloca: "Sou testemunho de solidariedade na esperança de crescimento do

Movimento no chão do Brasil todo, para que as massas de manobras possam dar sua plena medida na construção da nova Pátria. O Movimento Sem Terra representa hoje, a grande transformação deste país".³

Dom José Gomes, bispo de Chapecó-SC diz que "o Movimento dos Sem Terra é providencial e necessário para que se crie no Brasil uma Reforma Agrária justa e que atenda as necessidades de milhões de trabalhadores sem terra do país".⁴

Para os coordenadores do Movimento, que apoiam e assessoram os Sem Terra, este possui uma luta específica de grande significado:

- "O Movimento dos Sem Terra para mim é de um lado a existência dos trabalhadores Sem Terra e de outro os grandes proprietários. É por meio disso que passa o Movimento, lutando pela Reforma Agrária",

- "O MST hoje é um Movimento a nível nacional e representa algo muito importante para os trabalhadores Sem Terra. É um Movimento que está conseguindo, através da luta, da organização e da união dos trabalhadores Sem Terra, mostrar para toda sociedade que a Reforma Agrária só acontecerá a partir da organização e da luta dos trabalhadores, principalmente daqueles que são os interessados imediatos na coisa, que somos nós, os Sem Terra",

- "Para mim ele é o Movimento mais avançado, mais bem articulado e organizado dentro do país. É um Movimento que tem tão pouco tempo de vida e já conseguiu despertar a consciência dos trabalhadores, justamente porque tem luta específica que é

a luta pela terra. E a luta pela terra não fica somente na luta pela terra, é a conquista da questão política mais ampla...".

Para os próprios Sem Terra acampados, o Movimento representa algo de muito importante, uma verdadeira transformação em suas vidas; através dele, vislumbram uma Nova Sociedade, liberdade, igualdade, luta conjunta, espaço para reivindicar seus direitos, organização.

Para ilustrar, apresento alguns depoimentos que considere mais significativos:

- "O MST significa luta. A partir da luta vem a vontade e esperança de vencer. O MST proporciona voz e vez para os acampados. Pessoas que eram inibidas conseguem hoje se colocar com muita coragem. Estamos caminhando para uma nova sociedade. Sociedade igualitária que o povo precisa. Formação de grupos coletivos, ter tudo em comum onde o cidadão possa ter vez e voz".

- "O MST para mim representa uma grande alegria porque participando dele a gente fica livre da escravidão. A gente aprende a trabalhar no Movimento e a passar para os outros essa forma, animar os outros a fazer o mesmo...".

- "É um Movimento que representa o futuro da gente. O MST é encaminhar os filhos para uma nova sociedade...".

- "É uma união de todos, esperando a mesma coisa que é a terra...".

- "O Movimento é um grande valor para mim. Os ricos não dão valor para gente, esse pessoal do MST sim...".

- "O MST é de grande importância. Se não tivesse esse movimento continuaríamos explorados. É o início de uma nova so-

cidade que representa igualdade de todos, sem exploração nem egoísmo, é viver mais honestamente...".

Os depoimentos dos acampados concretizam o que DURHAM coloca sobre o "reconhecimento mútuo", através do qual o indivíduo passa da esfera privada para a pública, podendo ouvir, opinar e decidir. Além disso, todos passam a se sentir num mesmo nível de igualdade, o que ocorre em função da mesma carência - terra, e através da vivência em comunidade.⁵

O Movimento proporciona ao grupo uma identidade social, e os acampados passam a se sentir sujeitos da história.

As relações sociais são valorizadas com ênfase na união e formação de grupos que tenham tudo em comum.

A autonomia é vista como o fim da exploração e conquista da liberdade.

Almejam uma sociedade mais democrática, remetendo-a ao futuro e aos seus filhos.

O Movimento conquista aos poucos a confiança dos trabalhadores Sem Terra pois vem se mostrando algo permanente, que não se extingue com a simples conquista da terra. Continua ao lado dos Sem Terra apoiando e assessorando também os assentamentos, repercutindo nas organizações mais amplas para que as necessidades básicas como infra-estrutura, saúde, educação etc. também sejam atendidas.

2. COMO SE FORMA

Segundo depoimentos dos coordenadores do Movimento, ele

se estrutura basicamente com a mesma metodologia em todo o país:

Algumas lideranças já pertencentes ao Movimento, percorrem as comunidades agrícolas fazendo um levantamento dos colonos que não possuem terra. Através de contatos e entrevistas estes colonos são convidados a comparecer nas reuniões realizadas pelo Movimento.

Estas reuniões são realizadas nas Escolas, Igrejas ou Sede de Sindicato da Comunidade, com respectivo apoio destas Entidades.

O grupo passa a se reunir periodicamente para discutir assuntos de seu interesse, ler a bíblia e planejar possíveis estratégias.

Atualmente, o Movimento já possui coordenação a nível Nacional, Estadual e Regional.

Até o início de 1986 só no oeste catarinense, 40 localidades já possuíam Movimento dos Sem Terra organizado.

Também no litoral alguns municípios já contam com o Movimento como Tijucas, Joinville, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Ituporanga e Aurora.

A Secretaria do Movimento do Oeste, nos informou que para uma localidade iniciar um núcleo do Movimento dos Sem Terra, basta ter no mínimo 06 famílias organizadas com a coordenação de um líder.

Os líderes passam por um treinamento. Quando os sindicatos são "autênticos", apoiam a luta e estão do lado dos Sem Terra, são membros do próprio sindicato que dão os treinamentos.

Se não, membros da executiva se deslocam até os locais ou as pessoas vem até o oeste participar dos treinamentos.

3. QUEM ABRANGE

Como o próprio nome diz, abrange os agricultores Sem Terra.

Segundo C. GRZYBOWSKI "Sem Terra são antigos proprietários e filhos de proprietários, parceiros, arrendatários e agregados que, com exceção de um pequeno número reintegrado como assalariados permanentes de granjeiros, não tem mais condições de se inserir na nova organização social da produção no campo e não se sujeitam à proletarização e à favelização nas cidades".⁶

Por sua vez José de Souza MARTINS coloca que é possível distinguir dois grandes grupos de Sem Terra: um, o mais antigo resultante de construções das barragens nos grandes rios e o outro, o número crescente de lavradores sem terra própria para trabalhar, como os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas como são os dos colonos do Sul".⁷

Entre os Sem Terra entrevistados no acampamento aparecem duas categorias: arrendatário e peão.

Por arrendatário eles entendem todos os que trabalham para um patrão como parceiro, meeiro ou agregado, não fazem distinção. Às vezes o patrão só aluga a terra por dinheiro, outras vezes combina em dar a meia, terça ou quarta da colheita. Sempre moram em cima da terra do patrão. Nem sempre ganham as ferrã

mentas ou carroça para trabalharem a terra. Às vezes ganham uma junta de boi emprestada ou uma vaca leiteira para o sustento da família.

A outra categoria, peão, mais comumente usada aqui no sul, se distingue do bóia-fria. O peão é aquele que tem sua casa perto ou em cima da terra do patrão, e só ganha pelo que trabalha (salário). Não ganha produção ou colheita.

Bóia-fria vem de longe (de ônibus ou caminhão) também trabalhar pelo salário sem direito a mais nada.

Entre os acampados do oeste catarinense, a grande maioria foram arrendatários. Os peões ou bóia-frias somam apenas uns 20%.

Há uns dois ou três casos de minifundistas que não possuem terra suficiente para plantar, isto é menos de 5 hectares.

Segundo a Secretaria do Movimento dos Sem Terra de Santa Catarina, em 1986 existiam 140 mil famílias sem terra no Estado.

4. ACAMPAMENTOS - UMA NOVA FORMA DE LUTA PELA TERRA

4.1 - A Estratégia de Acampar

Os acampamentos representam uma nova forma de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais que reivindicam terra.

No final do ano de 1986 somavam mais de 100⁸ os acampamentos dos Sem Terra em todo o Brasil, ressaltando uma forma

inédita de manifestação de um movimento social, ou seja, um novo modo de luta pela terra.

Existem diferentes formas de acampamento. Eles podem surgir através de um planejamento a longo prazo como foi o caso dos Sem Terra do oeste que se reuniram durante dois anos para organizar as ocupações conjuntas, das quais participaram agricultores sem terra de toda a região.

Outros são frutos de expulsões de terras ou ainda para reivindicar regularização de títulos de terras que foram tomados.

E como falou o ex-ministro Nelson Ribeiro, na SBPC em Curitiba - julho/86: "O acampamento é a greve do trabalhador rural, que se encontra destituído de tudo. É uma greve catalítica ou seja pela sua própria presença: eu estou aqui, incomodo, cause um choque com a minha presença mas existo".

Os acampamentos são uma forma de pressão pacífica e ordeira que os agricultores exercem sobre as autoridades e toda a sociedade, para garantirem seus direitos.

"São centenas de pessoas permanentemente a discutir (...) Um acampamento não envolve apenas homens. As mulheres também passam a ter um papel ativo na decisão sobre os rumos do movimento. Elas não ficam em casa esperando os homens 'voltarem da luta' mas vão com seus maridos e seus filhos para frente de batalha (...) Um acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero, ou um aglomerado disforme de gente que não tem mais nada a perder. Ao contrário. A decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo

fê e esperança".⁹

O acampamento é uma forma de dar vida e corpo ao Movimento dos Sem Terra. É mostrar que existem forças ativas à espera da Reforma Agrária.

Acampando, os agricultores se transformam através do Movimento em agentes de construção de sua própria identidade política, se tornam sujeitos ativos do processo de Reforma Agrária.

4.2 - O Cotidiano nos Acampamentos

Os acampamentos são sempre formados por famílias de agricultores Sem Terra que chegam juntos a um mesmo local e vão montando seus barracos ordenadamente um ao lado do outro.

Na montagem dos barracos os colonos procuram ficar próximos dos parentes, amigos ou vizinhos da mesma comunidade que vieram.

Os locais escolhidos para os acampamentos são sempre em volta de uma fonte de água ou riacho.

Os barracos são feitos com suporte de toras de madeiras ou bambú, e cobertos por uma lona de plástico preto (usada para proteger plantações do sol ou da geada). É um material pouco resistente que aos poucos vai rompendo.

Dentro dos barracos os agricultores improvisam camas também feitas de bambú, erguidas do chão devido a chuva e insetos rasteiros, mesas, prateleiras e cadeiras.

Alguns possuem móveis, armário, cômoda ou fogão. Ou-

tros sô uma chapa de ferro segurada por tijolos.

Observa-se uma diferença nos barracos dos que eram arrendatários e dos peões. Os primeiros possuem mais pertences, às vezes um pouco de comida estocada (cebola, batata, açúcar) mandada pelos pais ou parentes que moram no sítio, ou comprada.

Alguns possuem galinhas ou porcos, presos em pequenas proteções de madeira ou bambú por eles mesmos improvisadas. Outros possuem uma vaca leiteira cujo leite serve à família e o que sobra vendem, ou distribuem para as crianças recém-nascidas.

Cachorros também é o que não falta nos acampamentos. Alguns ex-arrendatários possuem umas economias guardadas para comprar alimentos que não vem com o caminhão do INCRA e viajar periodicamente para visitar familiares.

Os ex-arrendatários geralmente são descendentes de imigrantes alemães ou italianos, possuem a tez clara, estatura média forte e aspecto mais sadio.

Os peões por sua vez tem os barracos menores e as lonas em mau estado de conservação. Quase não possuem pertences. Somente uma cama com colchão improvisado, uma mesa e uma chapa de ferro como fogão. A grande maioria é descendente de índio ou caboclo.

Uma vez que a alimentação que vem com o caminhão do INCRA¹⁰ é insuficiente, principalmente quando a família é numerosa, alguns homens vão trabalhar fora, nas fazendas vizinhas, por dia, hora ou empreitada.

Os que permanecem nos acampamentos trabalham nas lavou_{ras} que eles próprios improvisam. Plantam milho, arroz, feijão,

e às vezes batatinha.

A horta fica aos cuidados das mulheres que nem sempre tinham sorte com as verduras por causa do tempo muito seco e quente, e a dificuldade de regar.

O dia-a-dia das mulheres se resume em, após levantar, fazer fogo à lenha para esquentar água para chimarrão, que é um hábito diário, e café.

Tomam café e servem as crianças. Quando não tem pão, geralmente improvisam bolinhos, às vezes com ovos (muito raro) e quase sempre de trigo, sal e água, o que chamam de sequilhos.

Arrumam o barraco e vão para fonte lavar roupa em alguns tanques também improvisados.

Em seguida cuidam do almoço. Enquanto preparam o almoço novamente a cuia de chimarrão é uma constante. Quase nunca é tomada sozinha sempre em pequenos grupos. As mulheres dos barracos mais próximas se juntam e formam uma roda onde vai passando uma mesma cuia.

Quando os homens chegam da roça, perto do meio dia, também vão direto ao chimarrão, antes de almoçar.

Depois do almoço que consiste basicamente de arroz e feijão, as pessoas descansam à sombra dos barracos, principalmente no verão quando o sol é causticante.

Por volta das duas ou três horas, os homens voltam para roça, e as mulheres continuam a lida da casa (barraco). Fazem pão, costuram, cortam lenha para o fogo, buscam água da fonte, cuidam das crianças etc.

As crianças por sua vez são em grande número e logo se "enturmam", formam amizades com as dos barracos vizinhos. Correm o dia inteiro pelo acampamento e improvisam brinquedos com madeiras, galhos, folhas, pedras, etc.

Em alguns acampamentos existem professores (também acampados) que dão uma espécie de aula para as crianças em idade escolar. Além da alfabetização eles aprendem músicas com letras sobre o problema da terra e a Reforma Agrária passando a entender melhor porque estão ali.

As aulas são dadas ao ar livre, à sombra das árvores.

As crianças são as que mais sofrem nos acampamentos em consequência das precárias condições de saúde, higiene, alimentação, expostas ao calor ou frio excessivo sem proteção a não ser as lonas de plástico. Brincam no barro, na lama, na chuva ou no vento e ficam expostas aos mais diversos tipos de doenças.

Apesar disso tudo, elas transparecem satisfação pois estão junto com os pais lutando por aquilo que um dia também irão usufruir: a terra.

Nos domingos a rotina se modifica nos acampamentos. Pela manhã, ocorre uma celebração religiosa coordenada pela comissão de liturgia, onde é lido um trecho do evangelho. Refletem sobre ele, e cantam cantos cujas letras dizem respeito à realidade pela qual estão passando. Às vezes vem um padre das redondezas e celebra missa, o que no início era mais frequente.

O almoço no domingo geralmente é um pouco diferente, com alguma coisa comprada, pelos que trabalham fora, ou mandada

pelos parentes. Outros matam uma galinha.

À tarde formam-se rodas de conversa e chimarrão. As mulheres ficam numa roda e os homens em outra.

O chimarrão de domingo às vezes também é diferente. Quando tem açúcar sobrando, faz-se mate doce queimado, que consiste em queimar o açúcar numa panela e colocar água quente por cima. Esta mistura é colocada na cuia que está preparada com mate, camomila ou hortelã. Quando tem mate doce, as crianças também tomam chimarrão. As famílias que possuem vaca leiteira fazem mate doce com leite. É só substituir a água pelo leite com açúcar queimado. Porém isto é muito raro, nos acampamentos.

Nas conversas de roda das mulheres saem fofocas do acampamento. Elas também gostam de relembrar o passado, como eram os domingos no local onde moravam. Os domingos eram bem divertidos. De manhã iam à missa ou culto e de tarde visitavam os parentes. Além disso sempre tinha uma coisa gostosa para comer como bolos, roscas ou sobremesas os quais nos acampamentos, faz tempo que não vêm. Recordam também que quando eram mocinhas, sempre iam dançar nas "domingueiras".

Aos domingos, alguns acampados também saem para visitar seus parentes que moram em locais mais próximos e outros recebem visitas.

Os homens geralmente passam o domingo à tarde jogando futebol num campo das proximidades, ou baralho. Outros ficam conversando no boteco da vila.

Algumas comissões aproveitam o domingo para se reunir, avaliar e replanejar as atividades.

Quando chega uma pessoa desconhecida no acampamento, todos ficam com desconfiança e cautela com o que vão falar. Depois que a pessoa passa pelo "crivo" da comissão central, conversa com as pessoas, vai se identificando, dependendo da simpatia por parte dos acampados ela é tratada muito bem.

Convidam para a roda de chimarrão, oferecem bolinhos, insistem que ela almoce com eles no barraco, etc. Dizem que gostam muito quando vem visita de fora que os apoia, pois ficam sabendo novidades, aprendem coisas, enfim a rotina do dia-a-dia se torna menos monótona.

Uma vez por semana chega ao acampamento uma camionete que é uma espécie de mercado ambulante. Vende cigarros, balas, chinelos de borracha, fermento, sal, e às vezes banana ou repolho.

No próprio acampamento também existem famílias que fazem do seu barraco um pequeno comércio vendendo cigarros, balas, cachaça, etc.

No início a cachaça era proibida, mas depois foi sendo aos poucos liberada com a promessa de que ninguém iria fazer confusão nos acampamentos quando bebia.

Veza por outra acontecem pequenas brigas, discussões entre vizinhos, fofocas, o que é comum em qualquer comunidade.

A maioria dos acampados tem consciência da necessidade de terem uma convivência pacífica e ordeira até alcançarem a vitória de conseguir terra.

4.3 - Principais Dificuldades nos Acampamentos

1. **Alimentação:** A base da alimentação fornecida pelo INCRA - Secretaria da Agricultura foi feijão, arroz e farinha. Portanto os acampados sentiram muita falta de legumes, verduras, frutas, ovos, manteiga ou algo para passar no pão. As crianças ficaram meses sem leite.

As mulheres que ganharam neném nos acampamentos não puderam amamentá-los por muito tempo por falta de uma alimentação mais forte.

Alguns homens se queixavam que já pela manhã eram obrigados a comer "virado de feijão" (feijão amassado com farinha de mandioca). Faziam o maior esforço para engolir, ganhando até náuseas, e por volta das dez horas tinham que parar de trabalhar na roça porque estavam sem forças e sentindo tontura.

Também as crianças a partir de meses de idade, tinham que comer caldo de feijão porque não tinha outro alimento.

2. **Calor, Frio:** Os barracos cobertos de lona de plástico no verão eram sufocantes porque não deixam passar o ar. Era quase impossível permanecer debaixo da lona.

No inverno (caiu até neve nos acampamentos) a lona não aquecia o suficiente e o chão estava sempre úmido. Não podiam fazer fogo dentro do barraco (para esquentar) por causa da fumaça e perigo de queimar os pertences.

Os cobertores e agasalhos eram escassos e as gripes, resfriados e outras doenças eram constantes, principalmente nas

crianças.

3. **Barracos de Lona:** A experiência de morar em barracos de lona foi uma dificuldade para muitos. Por mais simples que fosse, a casa onde moravam antes apresentava aconchego, limpeza e segurança.

Nos barracos, ao contrário, a família dorme amontoadas, o chão é de barro, há perigo de entrar animais como ratos, e cobras. Quando chove muito molha tudo por dentro e não podem deixar o barraco sozinho porque não tem como fechar.

4. **Falta de Assistência Médica:** No início dos acampamentos, alguns médicos e enfermeiras prestavam assistência aos acampados, mas logo desapareceram.

Pelo menos dez crianças morreram ao longo do acampamento por falta de assistência médica.

Também quando os acampados necessitam ser atendidos em hospitais passam por muita dificuldade pois a maioria não são inscritos no FUNRURAL ou INPS.

5. **Indefinição e Demora no Cumprimento do Acordo:** Segundo um acampado, "se o cumprimento do acordo¹¹ fosse tratado com mais respeito, consideração e dignidade, os outros problemas menores seriam superados com muito mais facilidade. Todos os problemas advêm desta indefinição, desta enrolação que as autoridades e órgãos fazem".

Para a grande maioria dos acampados, a demora no cumprimento do acordo que era assentá-los nas terras definitivas, a

falta de apoio dos políticos e autoridades que só se preocupam com eles "quando é para caçar votos", gerou insegurança, incerteza e desânimo.

O desânimo é manifestado na maioria das vezes pela vontade de desistir do acampamento, ir embora para outro lugar ou voltar para casa dos pais.

Para os acampados, estas dificuldades representaram grande sacrifício pois muitos se submeteram a situações inferiores a que estavam habituados.

A maioria dos acampados não esperava que fosse passar por tanto sofrimento. Uns achavam que o período de acampamento seria bem mais curto, outros vieram mesmo por extrema necessidade pois não tinham para onde ir, sem saber o que os esperava.

4.4 - Fatos que se Destacaram

Durante o tempo em que permaneceram acampados, alguns fatos se fizeram marcantes para os sem-terra do oeste catarinense, segundo depoimentos:

- O sofrimento que passaram, a ansiedade, as privações, enquanto não recebiam resposta sobre a terra,

- As crianças que nasceram durante o acampamento, a maioria nos próprios barracos (calcula-se quase 100 crianças),

- As crianças que morreram por falta de assistência, que são chamados "os mártires do acampamento" (em torno de 10),

- Os 55 batizados realizados num mesmo domingo nos acampamentos,

- O episódio do fogo na ponte: quando estavam chegando em Abelardo Luz para tomar posse da terra, alguns pistoleiros atearam fogo numa parte de madeira por onde os caminhões tinham que passar. Imediatamente as mulheres desceram do caminhão e foram apagar as chamas com panos e galhos de árvore,

- A neve que caiu no inverno de 1985. O chão ficou branquinho. Muita gente viu neve pela primeira vez. O frio foi intenso!

- A organização, a união, a amizade e solidariedade entre os acampados também foi fato que surpreendeu,

- A participação do povo nas decisões, tudo foi decidido em assembléias,

- A religião, a devoção e fé do povo que fizeram até um símbolo dos Sem Terra, uma cruz de madeira,

- Enfim, a vitória de ter conseguido terra, saber que toda a luta e sofrimento não foram em vão, vai ficar marcada para sempre!

A cruz aparece aqui como a simbolização do sagrado, expressando a fé e a luta dos acampados.

A morte das crianças simboliza resistência, a força da fé que eles possuem. Apesar das tristezas e tragédias não desanimam.

O episódio das mulheres apagando o fogo demonstra a política da não-violência ou resistência - pacífica adotada pelos Sem Terra.

A Democracia interna também é valorizada através da união, amizade, solidariedade e organização.

Estas características, e outras, descreverei no próximo capítulo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO V

- ¹ Depoimento obtido em entrevista com o assessor do INCRA de Chapecô A.S. em 27 nov/1985.
- ² AGENDA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - 1987. Executiva do Movimento, São Paulo. Sem página.
- ³ Ibidem.
- ⁴ Ibidem.
- ⁵ DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais. A Construção da Cidadania. Novos Estudos CEBRAP, nº 10, out/1984, p. 28.
- ⁶ GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985, p. 215.
- ⁷ MARTINS, José de S. A militarização da questão agrária. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 98.
- ⁸ AGENDA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 1987, op. cit.
- ⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Nova forma de luta pela terra: Acampar. Revista da ABRA, 15 (2): 55, maio/jul. 1985, p. 55.
- ¹⁰ Ver histórico.
- ¹¹ Ver ANEXO III.

C A P Í T U L O VI

**CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURALS SEM TERRA DO OESTE CATARINENSE**

1. DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER/ORGANIZAÇÃO

Segundo Gene SHARP, o exercício do poder e do controle sobre nós, nos torna politicamente fantoches, impotentes e aniquilados; e a retirada das fontes de poder precisa ser realizada por amplos grupos de pessoas e instituições atuando em conjunto. Sua capacidade de fazê-lo ou não, é altamente influenciada e mesmo determinada pela estrutura societária.¹

Desde o início dos acampamentos, os líderes do Movimento procuraram descentralizar o poder, distribuindo cargos e tarefas e realizando assembléias para todas as decisões que deviam ser tomadas.

Esta descentralização propiciou uma organização em torno da qual os Sem Terra passaram a ter oportunidades de se tornarem sujeitos do processo, participando ativamente da luta pela Reforma Agrária.

Esta organização não foi fácil de ser alcançada. Exigiu compreensão, esforço e disciplina por parte dos acampados que passaram a se sentir sujeitos do processo de Reforma Agrária.

Como coloca R. ABRAMOVAY, "acampar consiste em tomar a ofensiva da luta, é demonstrar que os agricultores são capazes de se transformarem nos agentes de construção de sua própria identidade política. Os acampados, ao se organizarem coletivamente deixam de ser apenas os objetos do processo de Reforma Agrária e tornam-se seu sujeito, eles passam do plano receptivo para o ativo".²

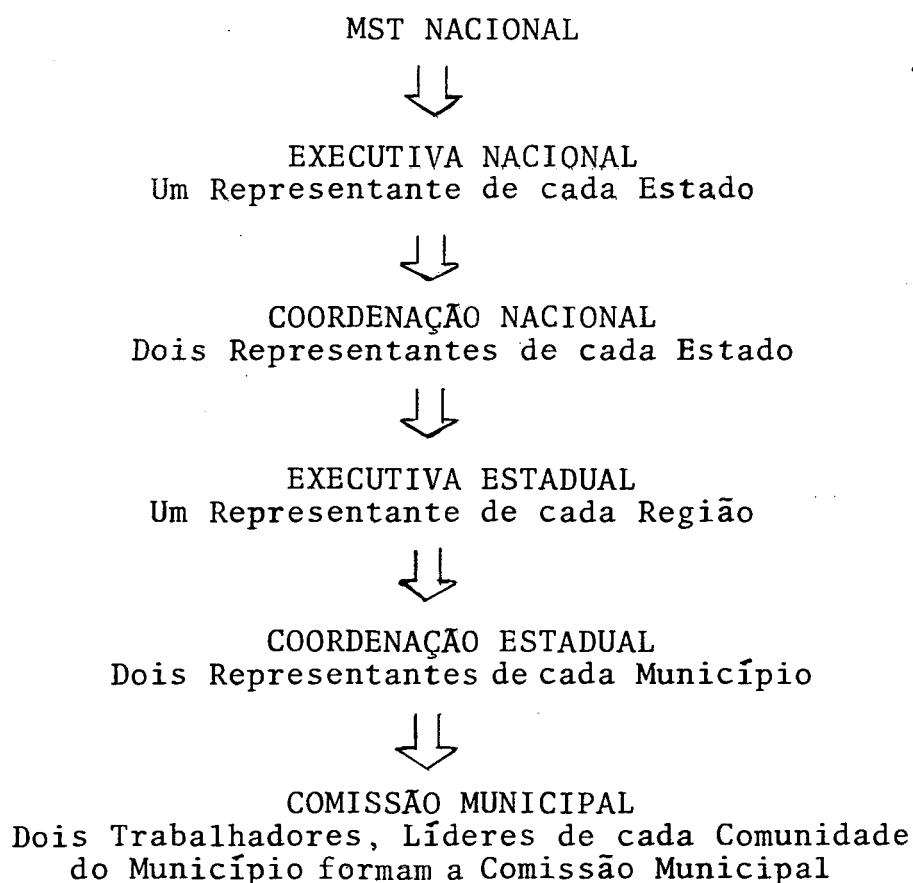
Com o objetivo de uma melhor organização, o Movimento

se estrutura em diversos níveis como demonstram os organogramas a seguir.

O primeiro mostra a relação do Movimento local (município, comunidade) com o Movimento a nível nacional.

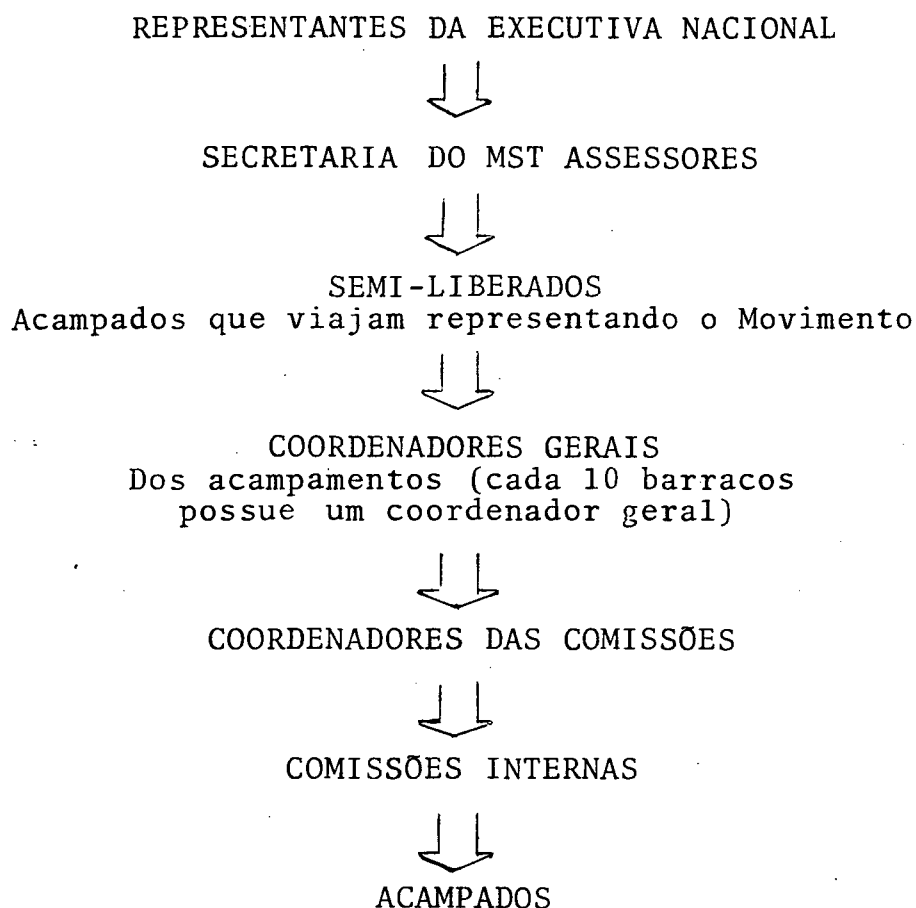
O segundo organograma mostra a relação dos acampados com o Movimento Nacional:

I - ORGANOGAMA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
A NÍVEL NACIONAL*



*Estes organogramas foram fornecidos pelo representante de SC na Executiva Nacional, do MST, F.D. em sua residência - Chapecó, 26.11.85.

II - ORGANOGRAMA DO MST DO OESTE CATARINENSE - ACAMPADOS



Estes organogramas propiciam de certa forma, uma visão de disciplina, um crescimento político, como coloca ABRAMOVAY.

"Esse inegável crescimento político mostra-se, por um lado, na capacidade de resistir de forma organizada no acampamento, o que exige um enorme esforço de disciplina como resolver os problemas de saúde, distribuir os alimentos, angariar fundos, obter apoio, solucionar conflitos internos numa situação tão tensa? Sem uma efetiva participação de todos através de comissões específicas para enfrentar cada problema o acampamento certamente não poderia sobreviver".³

As comissões específicas demonstram a organização interna dos acampamentos: cada acampamento é dividido em comissões que são responsáveis por determinadas tarefas. O objetivo, segundo os Sem Terra, é a descentralização do poder, o despertar das lideranças e oportunidade para o sujeito desenvolver suas aptidões.

No período em que visitamos os acampamentos, os Sem Terra apontaram 14 comissões internas. Porém, sempre que se fez necessário, ao longo do acampamento foram criadas novas comissões.

As comissões que presenciamos são as seguintes:

1. **Coordenação Geral** - coordena as assembléias e resolve os conflitos internos. Conversa com as pessoas que querem visitar o acampamento, para ver o objetivo da visita, de onde vêm, e encaminha para o fim desejado. Se reúne periodicamente com as demais comissões para avaliar o andamento das mesmas.
2. **Comissão de Imprensa** - somente as pessoas que fazem parte desta comissão estão autorizadas a falar com a imprensa.
3. **Comissão de Saúde** - encarregada de ministrar os primeiros socorros e cuidar das pessoas doentes, bem como assessorar o médico e enfermeira que aparecem periodicamente no acampamento. As mulheres que sabem fazer parto - as parteiras - também integram esta comissão.

Todos os membros fizeram um curso de "agentes de saúde" ministrado por uma enfermeira que apoia o Movimento.

Possuem a colaboração de religiosas voluntárias, que moram no acampamento (irmãs). Sempre que possível usam remédios

caseiros como chás, ervas, compressas conhecidas pelos acampados.

4. **Comissão de Alimentação** - encarregada de receber e distribuir toda a alimentação que chega no acampamento.
5. **Comissão da Água** - cuida da fonte de água que serve ao acampamento. Aprenderam a transformar a água em potável, através de métodos rústicos ensinados por agrônomos.
6. **Comissão de Higiene** - responsável pela higiene do local, encarregada de limpar as privadas que eles mesmo construíram e improvisaram, e do destino do lixo.
7. **Comissão das Barracas** - encarregada de montar os barracos e preservá-los, cuidando para mantê-los erguidos e consertando os buracos.
8. **Comissão da Horta** - em geral formada por mulheres que cuidam do plantio e da manutenção.
9. **Comissão da Reza ou Liturgia** - responsável em organizar as rezas e os cantos para as celebrações. Escolher textos bíblicos ou outros, improvisar falas e cantos.
10. **Comissão da Educação** - professores acampados que organizam as crianças em diferentes grupos para ministrar ensinamentos. Improvisam cantos com melodias de músicas infantis, porém com letra adequada à realidade que as crianças estão presenciando.
11. **Comissão da Agricultura** - são coordenadores da plantação de milho, arroz e feijão, cuidam para a roça estar sempre carpi-

da (tirar os matinhos) e possuem um caderno onde marcam quem vai trabalhar na roça e quantas vezes deixou de ir, para no final, ser descontado na distribuição da colheita.

12. **Comissão de Segurança** - encarregados de ver, revistar, quem entra e sai do acampamento, e evitar o uso e porte de armas.
13. **Grupo de Jovens** - se encontra semanalmente para discutir assuntos referentes ao acampamento, bem como temas atuais como conjuntura brasileira, Reforma Agrária e política. Também discutem o que vão plantar e como vão plantar as terras que vão receber. Promovem manifestações e atividades.
14. **Grupo de Mulheres** - se reúnem periodicamente para falar dos seus problemas e do enfrentamento da luta. Discutem temas atuais e igualdade de direitos em relação ao homem. Planejam atividades como festa de Natal, etc.

Estas comissões são consideradas importantes pelos acampados pois participando delas eles se sentem valorizados, úteis, cooparticipantes do que está acontecendo. É o reconhecimento mútuo enfatizado por DURHAM.⁴

Além das comissões anteriormente citadas, o acampamento está organizado em grupos de estudo. Cada 5 barracas formam um grupo de estudo com a finalidade de discutir o acordo firmado com o Governo e o INCRA, encaminhar as ocupações para os respectivos assentamentos, falar sobre Reforma Agrária e planejar o assentamento coletivo.

Cada grupo destes indica duas pessoas que vão repre-

sentá-los nas assembléias gerais, levando o que foi discutido por eles.

Para os acampados, as comissões são muito importantes pois a divisão de tarefas é um processo em direção ao projeto de uma nova sociedade, por eles almejada.

Segundo depoimentos dos acampados, através das comissões o funcionamento de todas as atividades que rodeiam o cotidiano ocorre de forma mais segura e organizada. Cada qual é responsável por determinada tarefa, e os demais ficam tranquilos porque sabem que ela vai ser cumprida. Isto proporciona disciplina e ordem sem o qual seria difícil avançar.

Também são feitos rodízios entre as pessoas das comissões para que todos tenham oportunidade de desenvolver suas aptidões. Muitos acampados expressam imensa satisfação de poderem ser úteis e reconhecidos. É uma oportunidade para emergirem lideranças internas que certamente sem este espaço permaneceriam abafadas.

Esta organização desencadeia um forte sentimento de coletividade, sabem que todos ali presentes estão passando pelo mesmo sacrifício e dificuldades e estão lutando pelo mesmo objetivo, o de conseguir terra.

Todos, sem exceção, colocam que a união e a organização são fatores imprescindíveis para a conquista da vitória.

2. RELAÇÃO COMUNITÁRIA

Além da organização interna pode-se salientar também

a relação comunitária que se expressa principalmente através da solidariedade.

Como já vimos, os acampados estão divididos em arrendatários e peões. Os primeiros possuem mais bens e quase sempre ganham alguma coisa ou comida diferente, dos pais e parentes, ou compram. Os peões dependem totalmente da comida fornecida pelo INCRA.

Também a origem, costumes e proveniência são diferentes entre eles, o que pode causar desentendimento.

Porém, o que se tem observado é que todos fazem um grande esforço para viver em harmonia, sem fazer distinção, pois sofrem o mesmo problema, estão unidos em torno da mesma carência e por isso se tornam iguais como coloca Eunice DURHAM:

"Vimos que os movimentos sociais se articulam pela formulação de uma carência coletiva. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem as mesmas carências. (...) no Movimento, face à mesma carência todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência de comunidade. (...) A igualdade constitui-se desta forma, como representação plena concretizada na comunidade".⁵

Assim acontece nos acampamentos dos agricultores Sem Terra. Todos são considerados iguais pois estão passando pelo mesmo problema, o da falta de terra para plantar e sobreviver.

O tempo de espera para a solução do problema, ou seja as desapropriações, é grande e todos sabem que se não reinar harmonia entre eles, a convivência fica difícil. Por isso, a solidariedade é grande:

Quando uma mulher fica doente ou ganha neném (quase sempre no próprio barraco) todos estão dispostos a ajudar. Cuidam das outras crianças, lavam a roupa, fazem comida, etc.

Quando uma família ganha muita comida dos parentes reparte entre os barracos vizinhos. Emprestam ou trocam coisas como fermento para pão, erva-mate para chimarrão, sal, açúcar, etc.

A cuia de chimarrão é uma constante e é sempre tomada em grupo (entre os barracos mais próximos).

Aos finais de semana reúnem-se em grupos para conversar e tomar chimarrão.

Os homens jogam baralho ou futebol, tocam instrumentos e cantam.

No dia-a-dia também acontecem pequenas discussões, divergência de opiniões, fofocas, o que é normal numa situação como esta. Por exemplo: uma noite dá-se uma grande discussão entre os casais de dois barracos porque um marido achou que o vizinho abusou de sua mulher.

Mais adiante, duas irmãs moram em barracos vizinhos e não se falam por problemas pessoais.

Também já aconteceu de ter sumido uma galinha, ou outros gêneros alimentícios de um barraco, e passam a desconfiar de determinada pessoa.

Outro caso é quando uma família possui vaca leiteira e vende o leite para os acampados. As opiniões divergem, uns acham que eles deveriam doar, outros vender.

São deslizes que acontecem entre o discurso ideológico

"união" e "igualdade" e a prática efetiva.

A respeito disso, Eunice DURHAM coloca: "Diferenças que são ocultadas não desaparecem. Mas deslegitimadas, impedidas portanto de se digladiarem em público, resvalam para o espaço informal das fofocas, das acusações pessoais, das manipulações conscientes e inconscientes que caracterizam a prática destes movimentos tanto quanto a vivência da união com a qual coexistem. Desse modo, os movimentos tendem a apresentar uma dupla face: a pública, que enfatiza a igualdade, a união, o consenso; e a oculta das cisões, divergências, acusações mútuas, discriminações que só são reconhecidas para serem deploradas, mas que contribuem muito para o sabor, a intensidade e a dramaticidade dessa prática coletiva".⁶

A solidariedade é um aspecto da cultura camponesa muito valorizada. No meio rural, as grandes distâncias, a dificuldade de acesso a hospitais, mercados, etc., faz com que a ajuda necessária sempre seja solicitada ao vizinho mais próximo.

No acampamento esta solidariedade se desenvolve com mais intensidade, uma vez que a situação é precária e as dificuldades são muitas. Além disso, há maior disponibilidade de tempo por parte das pessoas, que não estão na mesma "lida" da roça do local onde moravam.

A maioria dos acampados também tem claro que é necessário respeitar a individualidade de cada um. Mesmo que estejam passando pelas mesmas dificuldades, cada pessoa tem seu passado, sua cultura, seus costumes que tem que ser levados em conta, e respeitados.

3. PROJETO DE UMA NOVA SOCIEDADE

Estas características de organização, união, solidariedade estão presentes nos acampados como fatores imprescindíveis para a construção de uma Nova Sociedade, que para eles significam relações societárias diferenciadas das atuais.

Quando perguntamos o que significa para eles o Movimento dos Sem Terra muitos respondiam:

- "É o caminho para uma nova sociedade, sociedade igualitária com formação de grupos coletivos, onde se possa ter tudo em comum, onde o cidadão possa ter vez e voz".

Outro: - "Estou neste acampamento com a esperança de ter um pedaço de terra e construir uma nova sociedade".

Outro ainda: - "Este movimento é de uma importância muito grande para formar uma nova sociedade - mais igualitária, mais justa para todos, sem exploração, com salário justo para todos".

Outro: - "Se não tivesse esse movimento nós continuaríamos explorados. Ele é o único caminho de uma nova sociedade que representa igualdade de todos, sem exploração nem egoísmo, viver mais honestamente".

Para os acampados, os conceitos de uma nova sociedade contêm alguns elementos do imaginário democrático socialista comunista.

Apesar de não mencionarem esses termos, os acampados estão cientes de que na sociedade atual existe muita diferença, discriminação, exploração e miséria. E ali no acampamento estão

tendo uma experiência de liberdade, igualdade e união, e esta relação comunitária para eles, é o primeiro passo para a construção de uma nova sociedade.

O conceito de WEFFORT se aproxima desta utopia, pois coloca que "a democracia leva à transformação da sociedade, contribui para manter a igualdade e acabar com a exploração"; e diz que "o socialismo deve valorizar o sentido da liberdade como realização da dignidade humana".⁷

4. LUTA PELA AUTONOMIA - LIBERDADE

A luta pela autonomia pode ser vista sob dois aspectos:

1. A primeira é a autonomia individual, associada à liberdade que a maioria dos acampados procuram no Movimento dos Sem Terra - se livrar do patrão, da exploração. Tanto os arrendatários como os peões ou bôias-frias anseiam pela liberdade de possuir seu pedacinho de terra onde possam plantar, colher, enfim trabalhar da maneira como querem e não como o patrão manda.

Alguns depoimentos neste sentido:

- "Estamos aqui para ver se a gente se liberta da escravidão, para ter mais liberdade, ter o nosso pedacinho de terra".

- "... vimos a exploração e partimos para melhorar. Ao invés de trabalhar para o patrão, vamos trabalhar para a gente...".

- "... para não continuar sofrendo como nós estávamos sofrendo. Se nós não fizéssemos isso, nunca teríamos um pedaço de terra, sempre seríamos como escravos".

- "Estamos aqui para sair da escravidão e procurar ajudar os outros".

2. A outra autonomia é a almejada pelo grupo como um todo, pelo Movimento dos Sem Terra em relação às instituições, Igreja, partidos e autoridades (políticos).

GOHN acha difícil um movimento social estar totalmente desvinculado:

"É falacioso entender a autonomia dos movimentos populares como estar simplesmente separado, desvinculado de outras organizações da sociedade civil ou política. Cairíamos em posições espontaneístas e voluntaristas".

E mais adiante: "A rigor, autonomia total não existe porque todo e qualquer movimento social é parte de uma totalidade que encerra em si própria germes de estrutura maior na qual se insere".

Concorda, porém que "A autonomia nos movimentos populares não é algo dado, um estado de ser, mas algo a ser conquistado. Trata-se da busca, da conquista do novo, da luta contra o velho (os privilégios, a manifestação, a cooptação).

Ela se manifesta na criação de novas formas de ação, organização, consciência; é importante aos movimentos populares - porque uma vez conquistada - tornará os movimentos fortes e dinâmicos, os quais saberão resistir às investidas das classes dominantes no sentido de desarticulá-los".⁸

Apesar de receberem apoio de algumas entidades, os acampados fazem questão de frisar que o Movimento dos Sem Terra é autônomo, que "caminha com as próprias pernas" em depoimentos como estes:

- "Não sei porque é que todo mundo pensa que quando os agricultores fazem alguma coisa, sempre tem que ter um padre, uma organização ou um intelectual por trás. Eles nos julgam incapazes, nos desconsideram completamente, não entendem que temos capacidade para caminhar com as próprias pernas".

- "Os políticos acham que existe gente atrás de nós, que tem gente fazendo a nossa cabeça, se magoam quando não concordamos que são eles que vão resolver nossa situação.

Nunca acreditam na nossa capacidade!"

Com estas exclamações os agricultores Sem Terra lutam para que seja reconhecida a autonomia do Movimento. Temem que seja tirada aquilo que Tilman EVERS chama "Identidade" do Movimento "qualquer dominação é uma usurpação da identidade".⁹

O papel do agente político ou agente da pastoral, que vem assessorar ou apoiar o movimento, é muito importante nesta questão da autonomia.

O sentido da relação que se estabelece desde o começo deve ser a se conseguir a autonomia do povo e do movimento.

"A luta do povo é desorganizada e suas vitórias são parciais, por isso é dominado. A presença do agente é para reforçar as vitórias e superar, num processo, o regime de dominação. Por isso deve ter sempre presente qual é sua função: permitir que o povo ande com suas próprias pernas, para que possa con

trolar suas condições de vida, de forma direta, coletiva, e não mediante intérpretes e intermediários (...).

A presença do agente no meio do povo deve ser de reciprocidade: cada um dá de sua riqueza: o agente de sua competência e o povo de sua experiência de luta. O trabalho deve ser sempre conjunto, constituindo uma caminhada que não se desestrutura quando o agente se afasta ou não está mais presente. O grau de liberdade do povo se mede pelo grau de independência e de autonomia que alcança em suas lutas.¹⁰

O papel do agente levantado por BOFF, nos reporta ao conceito de Intelectual Orgânico de GRAMSCI: "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político".¹¹

GOMES DE SOUZA coloca que a relação do intelectual com sua classe deve ser de relativa autonomia. Sua função é a de ser o agente capaz de amarrar o econômico ao político e ao ideológico, nas diferentes formações sociais de blocos históricos como correia transmissora viva e ativa".¹²

Os agentes que apoiam e assessoram o Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense, estão ligados à Igreja, à CPT, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ou ao PT. Há uma íntima ligação entre estes quatro mediadores. Os agentes formam um grupo coeso, organizado e dificultam o acesso de pessoas ao Movimento, que não sejam vinculados aos mesmos.

A influência que exercem sobre os acampados é demonstrada através de depoimentos:

- "Partidos? Só o PT. Esse é nosso mesmo, dos trabalhadores.

- "O único partido que nos apoia é o PT. Este é o único que não ilude o povo".

- "Acho que o PT é o único partido que nos apoia. Este nasceu do chão, junto conosco, nas nossas reuniões dos Sem Terra nós discutíamos sobre os partidos e achávamos que o PT era o melhor. Nenhum político coordenava as reuniões, nós mesmos concluimos pelo que ouvimos falar das experiências dos metalúrgicos de São Paulo".

Quanto a Igreja, identificam seu apoio através da prestação de serviços realizados pelos padres e freiras que frequentam o acampamento e a presença do bispo D. José Gomes nas manifestações, bem como seus depoimentos à imprensa, favoráveis aos Sem Terra.

Da CPT, os acampados não sabem falar muito. Só sabem que os principais assessores do Movimento, são vinculados à ela, e que é o órgão pelo qual nasceu o Movimento dos Sem Terra.

Dos Sindicatos, os acampados dizem que receberam apoio dos "autênticos" e que eles forneceram condução, principalmente para levar doentes ao hospital.

Falaremos destes mediadores e sua relação com o Movimento dos Sem Terra no Capítulo VII deste trabalho.

5. DESLEGITIMAÇÃO DO ESTADO

Os trabalhadores rurais Sem Terra vão aos poucos deslegitimando o poder do Estado, o governador, deputados e dirigentes do INCRA, à medida que vão percebendo que os mesmos não possuem barganha para resolver o problema da Reforma Agrária na região do oeste catarinense, onde estão situados os acampamentos.

Depois de muitas reuniões com o governador, com o INCRA, depois da falta de cumprimento de um acordo solenemente assinado e prometido, os agricultores perderam a pouca confiança que ainda depositavam no Estado.

Depoimentos a seguir mostram como os trabalhadores Sem Terra não confiam mais no Estado e, não respeitam mais as leis.

- "A gente teria muito mais capacidade se pudéssemos resolver o nosso problema da terra. A gente vê que o Estado e o INCRA não estão cumprindo nada".

- "Acho que os Sem Terra poderiam resolver sozinhos o problema da distribuição de terras. As nossas leis nunca são respeitadas, só nós que temos que respeitar as deles, sempre".

- "Numa situação emergencial como esta que estamos vivendo não se pode respeitar as leis".

- "As leis do Estado não resolvem nada. Se não fosse nós pressionar o Governo Federal, não sairia nada".

- "As leis devem ser respeitadas se os próprios colonos forem respeitados".

- "As leis devem ser respeitadas em igualdade, só o pe-

queno tem que respeitar, os grandes não precisam...".

A respeito disso, Ivo LESBAUPIN coloca: "O poder é partilhado por setores da burguesia, pelos que dominam na indus-tria, na agropecuária, no comércio, nos bancos. São meus direi-tos que são portanto respeitados, são seus direitos que são pro-tegidos pelas leis.

As leis são elaboradas e voltadas por estes setores da sociedade, por seus representantes. De sorte que a legislação favorece estes setores e desfavorece as classes populares".¹³

Muitos acampados manifestaram revolta quanto a este fato, que sõ os pequenos, sõ eles são obrigados a cumprir as leis. Os grandes, além de não passarem necessidades, não sofrem nenhum controle.

Isto também vem ao encontro do que Maria da Glória GOHN coloca: "Não podemos nos esquecer que o Estado, embora faça con-cessões, luta sempre para a preservação da dominação e da hegemo-nia das classes dominantes".¹⁴

Os trabalhadores rurais constataam que o Estado não res-peita e nem promove os direitos que se atribuem, principalmente o direito de ter um pedaço de terra. E os representantes desse Estado - os políticos que falam em nome dele, a cada ano fazem promessas que dificilmente são cumpridas.

Sendo assim, o confronto com o Estado não é apenas o não reconhecimento de sua legitimidade (embora seja também isso) mas uma avaliação dessa legitimidade, que é medida por sua ca-pacidade de respeitar e promover os direitos que a população es-tá se atribuindo.

Apesar da transição política que o país vem atravessando, com governos de oposição e projetos alternativos, não se percebem mudanças significativas por parte do Estado, principalmente no que se refere à participação popular.

Como coloca Pedro JACOBI: "Em relação ao Estado, marcando as diferenças entre o poder central e o poder estadual, verificamos que apesar das promessas feitas pelos governos de oposição de projetos alternativos, apontando para a necessidade de incorporação de amplos segmentos da sociedade na Democratização do Estado, muito pouco tem se concretizado. A participação passa a ter uma função apenas lubrificante, ocorrendo de uma forma inorgânica e procurando atender uma dimensão puramente institucional e desconsiderando as formas de expressão da sociedade".¹⁵

Assim os acampados tem claro que só conseguirão terra mediante sua organização e exercendo pressão nos órgãos públicos competentes.

6. LUTA PELA CIDADANIA

"A formação dos Movimentos Sociais Latino Americanos se associa também com a formação da cidadania e a constituição da nossa democracia que luta por afirmar-se e consolidar-se".¹⁶

O Movimento dos Sem Terra tem claro que ao lado de sua luta específica pela terra está a luta mais ampla da conquista dos direitos ou seja a luta pela cidadania.

Eunice DURHAM coloca que a "transformação de necessidades e carências em direitos que se opera dentro dos Movimentos

sociais pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania".¹⁷

Apesar de não saberem muito bem o que significa o conceito de cidadania - ser cidadão para alguns Sem Terra é ser o homem da cidade, o granfino, homem rico, que tem poder - os agricultores tem claro que eles possuem direitos e estes não são respeitados, bem como não lhes é permitida participação na política do Estado.

Os colonos possuem uma concepção de direito ligada às necessidades básicas mais prementes como saúde, educação, alimentação, transporte e principalmente a terra.

Para eles, todos os agricultores Sem Terra deveriam ter direito à terra para dela tirarem seu sustento e segundo eles, se tornariam cidadãos depois que ganhassem as terras.

Outros também associam a conquista da cidadania à conquista da liberdade, dizendo que quando saírem da exploração, quando tiverem conforto e um pedaço de terra para a família, então serão cidadãos.

Outros ainda percebem a discriminação de direitos, como se vê nos depoimentos:

- "Cidadão é qualquer pessoa, só que tem uns que tem mais direitos outros menos".

A luta pela cidadania é manifestada também pelo desejo de uma participação política mais efetiva; ou seja de terem um representante político na câmara, assembléia, etc. que possa falar em nome deles; ou ainda participarem da elaboração do Plano de Reforma Agrária, dos projetos de assentamentos, pois se-

gundo os acampados são eles que entendem mais do assunto do que os políticos e autoridades que só trabalham em gabinetes.

Estão cientes de que este espaço político não é fácil de ser alcançado; terá que ser conquistado através de uma luta contínua, até alcançarem seus direitos e ser reconhecida sua cidadania.

7. RESISTÊNCIA ATIVA NÃO VIOLENTA

Gene SHARP afirma que todo governante necessita, por parte de seus súditos e agentes, obediência, cooperação, colaboração e submissão sem o que seriam governantes sem súditos e portanto apenas "objetos de riso".¹⁸

Inúmeras estratégias são utilizadas pelo poder do Estado, para garantir a obediência e cooperação. Estas estratégias são quase sempre acompanhadas de violência e a violência no Brasil, vem sendo uma constante no campo onde se travam disputas de terras.

Os índices de violência e assassinato no campo estão alarmantes e quase sempre vêm acompanhados de estímulos político-institucionais: "No campo, as práticas privadas dos latifundiários e grandes empresários, marcadas pela lei da violência, do autoritarismo e do paternalismo submissor, se sobrepõem à lei civil, aos direitos dos trabalhadores legalmente estabelecidos".¹⁹

Em face a esta política de violência no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se propôs a adotar outro tipo de estratégia: A resistência ativa não violenta, que

pode ser comparada à desobediência civil.)

"Em princípio, a desobediência civil pode ser definida como sendo a desobediência dos cidadãos em suas respectivas sociedades frente a certas condições ou leis por eles consideradas injustas. É acima de tudo, uma atitude de cidadãos possuidores de direitos e obrigações perante o Estado.

Fundamenta-se no princípio da ação não-violenta e visa a destruição da injustiça, da violência e da segregação, bem como a defesa da vida a qualquer preço".²⁰

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra adotaram esta estratégia em parte porque é um Movimento oriundo da Igreja. Portanto, um princípio cristão é não usar de violência para com seu irmão, qualquer que seja o motivo e proveniência.

Outro fato que pesou muito é que alguns políticos e autoridades formaram e espalharam um conceito sobre os acampados chamando-os de ladrões, criminosos, dizendo que abriram todas as portas das cadeias do oeste, de onde saíram os Sem Terra.

Assim, para provar o contrário, que não são desordeiros, mas sim pacíficos e organizados, os acampados tem como "questão de honra" não praticar nenhuma violência, por mínima que seja para não prejudicar a fama dos Sem Terra.

Também ao longo das negociações apesar da demora intensa do cumprimento do acordo, que muitas vezes provocou impaciência e revolta, os acampados tiveram que se controlar para não cometer nenhum ato que pudesse comprometê-los.

A principal característica da resistência ativa não violenta, adotada pelos acampados é a pressão.

A primeira forma de pressão adotada foram as ocupações em terras improdutivas, porém com donos.²¹ Esses donos reagem e o governo se vê obrigado a tomar providências.

Outra forma de pressão é quando os agricultores querem obter informações dos órgãos competentes (ex. INCRA) e este fica ocultando. Tentam primeiro através de contatos verbais. Não conseguindo eles passam a ocupar uma sala da Instituição e ali permanecem muitas vezes dormindo no chão comendo só sanduiche e água, até obterem uma resposta.

O mesmo acontece quando querem agilizar as respostas do Governo e autoridades, cumprimentos de acordos ou assinaturas de contratos. Escolhem um grupo que vai ocupar uma ou mais dependências do órgão, ou organizam pequenos acampamentos em locais estratégicos (em frente ao INCRA, em frente a Catedral de Florianópolis) como forma de pressão e também para sensibilizar a comunidade para que esta se solidarize com eles.

Outra forma de resistência ativa não-violenta foi quando aconteceram as ações de despejo, nos primeiros meses de acampamento. Os "jagunços" e policiais chegaram apontando armas e ordenando que se retirassem. A estratégia usada pelos Sem Terra foi a de que as mulheres e crianças fossem na frente, ao encontro deles, para tentarem conversar e negociar. Como se tratava de mulheres e crianças os "jagunços" não reagiram e puderam negociar.

Não só neste episódio como também em inúmeros outros que os acampados foram ameaçados, as mulheres e crianças passaram a ir na frente como "escudo" dos demais, e foram respeitados.

Segundo os agricultores Sem Terra, ao longo dos dois anos de espera eles muitas vezes se sentiram "vencidos pelo cansaço", e a vontade de "explodir" ou "avançar em alguém" se fazia presente.

Porém, apesar de tudo procuraram se controlar, e conseguiram mostrar até agora que podem resistir pacificamente.

Segundo eles, "a fama dos Sem Terra tem que permanecer limpa pois ainda temos muitas conquistas a alcançar".

BARBÉ, que possui muitas publicações sobre a ação não-violenta, aponta os seus princípios:

"A não-violência ativa supõe:

a) Um treino político permanente, uma análise constante da situação política, econômica e repressiva para descobrir a réplica adequada;

b) A organização de uma força popular poderosa, a partir dos sentimentos mais nobres do homem;

c) Um treino emocional permanente:

- nunca matar;
- jamais ferir com palavras ou atos
- estar sempre unidos, atentos e organizados;
- sair de lutas locais e organizar lutas coletivas;
- agir com firmeza permanente, não renunciar;
- saber arriscar a vida, superar o medo da morte, não fugir, não se esconder. A não-violência não pode ser clandestina; ela se negaria a si mesma pois toda sua força vem da verdade;
- preservar-se do ódio. Orar pelos inimigos, purificar se constantemente;

- desobedecer as leis e às ordens que pretendem destruir o povo e suas organizações".²²

No Brasil a resistência ativa não-violenta está adquirindo cada vez mais adeptos e simpatizantes e está sendo propagada através de livros e publicações.

Também é chamada de Pacifismo, sobre o qual KOLTAI escreveu, e conclamou os brasileiros a juntarem sua voz numa palavra de ordem:

"Não à destruição, não à violência, sim à vida e à paz".²³

Para os acampados, este método teve bastante eficácia para o alcance de suas reivindicações e já está servindo como referência para outros grupos.

8. VALORIZAÇÃO DO PAPEL DA MULHER

"A opressão da mulher, que existiu em todos os sistemas sócio-econômicos, tem um caráter especial no capitalismo. Este sistema dá à mulher um papel na família e utiliza a família para reproduzir-se e manter-se como sistema de dominação".²⁴

FERRO mostra a opressão da mulher em três aspectos:

No aspecto econômico, a mulher é dependente da economia masculina e o seu trabalho doméstico não tem nenhum valor econômico reconhecido.

No campo ela é o suporte da economia popular, porém sem ter o controle da produção. É geradora de riquezas e reproduz

tora da força de trabalho, pois no campo são necessários muitos braços.

A mulher no campo tem um trabalho pesado, sem descanso e com grandes responsabilidades. Possui até 3 jornadas de trabalho: roça do patrão, casa e filhos e plantação própria para subsistência ou horta.

No aspecto político a mulher também está marginalizada. É excluída de cargos diretivos e não se leva em conta sua participação nas decisões. Não se oferece educação política à mulher pois não é considerada sujeito político. A sua dupla ou tripla jornada de trabalho contribui para impedir sua organização.

No aspecto ideológico-cultural, a mulher popular sofre toda a influência da ideologia burguesa onde a mulher é considerada objeto, decoração, prazer puro e simples, o que nem sempre se presta para a mulher camponesa.

FERRO coloca ainda que os meios de comunicação social de massa tudo fazem para manter a mulher na situação de marginalização, alienação e dependência.

Também todo o marco sócio-cultural é masculino. Há uma ideologia machista que faz da estrutura um veículo de submissão da mulher.

A mulher no campo vive ilhada, sem comunicação e em perpétua gravidez. O pai e os filhos homens detêm a autoridade e tomam as decisões.

A mulher do campo também não tem acesso à educação. No máximo cursa até o 1º grau.

Desta forma, constata-se que a opressão sexual da mulher está ligada à opressão econômica, ideológica e política da sociedade capitalista.²⁵

As mulheres acampadas, participantes do Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense confessam que, antes das ocupações, a vida delas era de muito sofrimento e exploração por parte dos patrões e algumas, dos maridos.

Porém, a grande maioria delas coloca que depois de acampadas, suas vidas mudaram:

Os maridos estão sendo menos machões, reconhecendo seus valores, que a mulher tem o mesmo direito, estão dando "chance" de elas participarem das reuniões e assembleias; alguns ficam "cuidando das panelas no fogo" e dos filhos enquanto elas saem.

Colocam que, através da experiência de participação em comissões e assembleias adquiriram maior conscientização da importância e significado desta luta que é conseguir terra.

Algumas que eram tímidas nunca falavam, conseguiram se soltar e agora ocupam lideranças de destaque.

Com o desenrolar dos acontecimentos foi aparecendo a força e a coragem das mulheres que enfrentaram as barreiras, foram de encontro aos "jagunços" e soldados como verdadeiro "escudo" dos demais acampados.

No 3º Encontro Nacional de Avaliação do Movimento dos Sem Terra, as mulheres agricultoras concluíram:

"As mulheres agricultoras entendem que na luta pela mudança da sociedade é preciso juntar todos, não importa se é velho ou moço, homem ou mulher. A partir do momento que a gente co

meça a entender como funciona esse sistema capitalista injusto não podemos nos revoltar sozinhos. É como ficar olhando alguém bater numa criança e não fazer nada".²⁶

Neste mesmo Encontro que foi realizado em Piracicaba, interior de São Paulo, de 19 a 23 de janeiro, o Jornal dos Sem Terra promoveu um debate entre as mulheres, sobre sua participação no Movimento dos Sem Terra.

Destacam-se dois depoimentos:

- "Já imaginaram os acampamentos, as ocupações, as negociações sem a presença das mulheres? Até há pouco tempo a nossa participação era indireta, nós não participávamos das decisões. Hoje nós já estamos nas direções e coordenações estaduais. Isso contribui para o avanço da luta, mas ainda é muito pouco. A gente pode se tornar a base mais forte do movimento".

- "A situação é igual em todo lugar. O que temos que fazer é romper, com a cara e a coragem, todas as barreiras, pois os homens não vão abrir espaços de graça. Nós temos de ir para dentro do sindicato, da CUT, do partido, não ficar só no Movimento dos Sem Terra. A luta não é só terra. É para mudar essa condição de vida explorada da gente. E o primeiro passo é mudar a cabeça de nossos companheiros, de nossos filhos. Eles também foram educados para achar que nós somos fracas, sem capacidade, que somos instrumentos de uso e de enfeite".

Nos acampamentos do oeste catarinense as mulheres também deram depoimentos sobre a sua participação no movimento:

- "Se não fossem as mulheres, os homens não teriam conseguido nem a metade das coisas. As mulheres tem mais força do

que os homens. Exemplo: Aqui no grupo 2, veio um oficial de justiça trazer uma ordem de despejo, e as mulheres é que foram falar com ele. Disseram que poderia vir quem quisesse para despejar que elas enfrentariam".

Aqui aparece a contradição do mito "mulher é sexo frágil". Ela demonstra mais coragem do que o homem em muitas situações nos acampamentos, fazendo papel de "escudo" dos homens.

Outro depoimento:

- "Se não fossem as mulheres seria bem diferente. Se elas não tivessem feito pressão não estávamos nesta altura. A mulher está tendo o mesmo direito que o homem. Sô agora meu marido está reconhecendo que a mulher tem o mesmo direito. Nunca me deixava ir em reunião. Hoje ele disse que cuidava das panelas e do nenem para eu ir na assembléia".

Aqui aparece a mulher lutando pelos seus direitos, conquistando seu espaço. Bem como o homem, se despojando dos valores machistas e assumindo papéis da mulher dona-de-casa e guarda das crianças.

Outro depoimento:

- "É um papel muito importante assumir junto porque não é uma conquista só dos homens. Aqui estamos descobrindo o valor que a mulher tem. Se não fosse as mulheres e as crianças não teríamos nem entrado no acampamento, nem iniciado nossa luta.

As mulheres ainda estão muito marginalizadas na família e na sociedade. Elas ainda não chegaram onde deviam chegar".

Aqui aparece uma conscientização sobre a opressão da mulher na família e na sociedade, e a convicção de que a mulher

deve continuar lutando por seus espaços.

Para os homens acampados, o papel da mulher também mudou de significado. Aos poucos foram descobrindo que suas mulheres eram portadoras de capacidades que estavam abafadas e agora emergiram, depois das ocupações.

Alguns depoimentos interessantes mostram isso.

- "É muito importante o papel da mulher. Se a minha mulher não estivesse junto não saberia o que fazer. Acho que a mulher tem mais coragem do que o homem. Com o filho no colo, amamentando, vão na frente.

Se precisar enfrentar elas vão na frente. Tem mulheres em todas as comissões. O fato de a mulher estar na luta, enfrentar a vida é muito importante. Tem mulher ficando que nem na Nicarágua, comandante de Guerrilha".

Este depoimento foi dado por um jovem solteiro (acampado):

- "Eu acho que se a gente conseguiu alguma vitória foi graças à participação de toda família, principalmente da mulher.

No caso particular nosso, da ocupação de terra, a mulher teve uma participação muito grande desde a entrada da fazenda enfrentando os pistoleiros, passando por dificuldades, necessidades e mostrando a coragem e a capacidade que a mulher tem dentro dela. Quando ela quer entrar para luta, quando ela quer desenvolver isso, tem muito mais capacidade que o homem, pega a coisa com mais garra. Uma coisa que eu estou vendo aqui, é que as mulheres estão segurando a barra da família. O marido, por ele, já teria ido embora, mas elas bateram o pé e disseram: não, ago-

ra que nós já sofremos até agora, vamos ficar firmes, se quiser pode ir embora que nós vamos ficar".

Mostra mais uma vez que a força e a coragem da mulher superam a dos homens.

Neste próximo depoimento o homem reconhece a marginalização da mulher no campo.

- "Super importante o papel da mulher aqui. Mais do que importante porque especialmente a mulher do colono não tem oportunidade de conhecer o mundo, o comércio. Não tem estudo. A minha só saía de casa para ir à Igreja, mais nada. Quase todas as mulheres daqui tiveram que confiar na palavra do marido, saindo das terras. Agora são elas que estão enfrentando o perigo: o fogo na ponte, os pistoleiros e outros".

Dos 19 homens entrevistados somente dois atribuíram o papel da mulher aos afazeres domésticos: "É importante porque faz a comida, lava roupa, cuida das crianças e da casa".

Os demais homens e todas as mulheres - total 35 - valorizaram o papel da mulher por sua iniciativa, força e coragem, principalmente nas barreiras funcionando como "escudo". A maioria colocou que se não fosse a insistência das mulheres, os homens já tinham desistido de esperar por terra.

A organização das mulheres tem se ampliado a nível nacional. Recentemente estão surgindo novos movimentos em torno das questões específicas das mulheres do campo: "Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais" ou "Mulheres Agricultoras". As reivindicações estão centradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicali-

zação, à terra, à previdência social, etc.

"Em Santa Catarina existe o Movimento de Base das Mulheres Agricultoras do oeste catarinense e Região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. Atualmente, conta com núcleos em aproximadamente 40 municípios, e luta pela sindicalização das mulheres, seu direito à aposentadoria, direito à assistência médica e à indenização nos acidentes de trabalho. Surgiu em Chapecó, em 1981, articulado à oposição sindical (vitoriosa em 82) e adquiriu autonomia como movimento desde fins de 1982".²⁷

Em agosto de 1986, 20 mil mulheres agricultoras de Santa Catarina reuniram-se em Xanxerê na chamada "Concentração Estadual do Movimento da Mulher Agricultora de Santa Catarina".

O "Encontro" teve por objetivos básicos exigir da "Nova República" a Reforma Agrária, o reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural com direitos à Previdência Social, entre eles aposentadoria de um salário mínimo aos 45 anos de idade, e o fim da violência contra todos os trabalhadores".²⁸

As mulheres também se viram vitoriosas quando foi eleita em 86, pelo PT, a única deputada do Estado - Luci Choinaski, agricultora e representante do Movimento de Mulheres.

9. A FÉ COMO SUPORTE PARA ENFRENTAR A LUTA

"A comunidade é o lugar da celebração da fé. É nela que fazemos memória de Jesus, como ele mandou: quando dois ou três estão reunidos em meu nome eu estou presente no meio deles. Na comunidade recebemos a força que levou Jesus ao sacrifício de

si mesma, (A Eucaristia) e a consciência luminosa de suas idéias e de suas palavras (a Bíblia). Nela sentimos a força de nossos irmãos (pão da amizade) presentes conosco durante e após a celebração".²⁹

Todos os acampados entrevistados colocam que a fé foi o principal motivo de eles aguentarem a luta: se não fosse a fé, eles já tinham desistido.

A fé aqui simboliza a esperança, segurança, certeza de que Deus vai atender seus pedidos.

"O pobre sempre jogou em Deus a sua segurança, a esperança de realização daquilo que ele não tem, e nisto foi ajudado pela Igreja, tremendamente".³⁰

A fé dos acampados porém, não é mais aquela fé ingênua. Todos já sabem que não basta ficar sentado esperando que Deus vai resolver todos seus problemas. Eles sabem que é preciso lutar, se organizar, se unir para conseguir o que tanto esperam, que é a terra.

E desta união fazem parte as celebrações. No início das ocupações elas eram muito frequentes. Vinham padres, irmãs religiosas participar das mesmas para animá-los falando palavras encorajadoras.

Todos os acampados participavam ativamente das celebrações. Elas faziam parte do dia-a-dia. Todas às tardes, antes de escurecer, os Sem Terra se reuniam numa clareira onde estava improvisado o altar: Uma grande cruz de madeira e uma imagem de Nossa Senhora. Ali todos rezavam, cantavam e liam trechos da Bíblia, que condiziam com a sua realidade. As celebrações signifi-

cavam para os acampados nova força, esperança, confiança de que iam receber a terra logo, ao mesmo tempo em que simbolizava a união: Todos juntos ali reunidos como irmãos, passando pelo mesmo problema, partilhando as dificuldades.

Era ali o ponto de encontro diário, onde todos se animavam mutuamente, onde ficavam sabendo quem estava precisando de ajuda.

A grande cruz de madeira passou a ser o símbolo dos Sem Terra - símbolo de luta e de vida, e cada vez que morria alguém nos acampamentos, amarravam um pano branco na cruz e aquela pessoa era considerada mais um "mártir da caminhada".

As celebrações sempre foram feitas adequadas à realidade dos acampados, com leituras, cantos e encenações que dizem respeito a terra, e isto os animava:

- "As celebrações estão sempre relacionadas com a realidade nossa, falam sobre terra, caminhada, luta, não é só aquele rezar automático".

- "A gente percebe nas celebrações, a fé das pessoas. As celebrações são participativas e adequadas à realidade. Na hora do ofertório oferecem terra, a cruz da caminhada, neve no dia em que caiu, ferramentas, etc.".

- "As celebrações foram muito interessantes e importantes. Eu nunca tinha visto celebrações assim antes, fora do acampamento, onde se fala de Reforma Agrária que é o nosso assunto aqui, da luta".

As celebrações também ajudaram a clarear dúvidas dos acampados. Foram esclarecidos assuntos e palavras cujo signific

do era desconhecido:

- "Se não fosse a fé nós já tinha demolido. Nas celebrações se fala do tipo de luta, do significado do sofrimento que não é resignação. Foi explicado para nós o que é comunismo - divisão de bens, partilha, ter tudo em comum. Aqui só se sabia que comunista comia criançinha".

Quando 1400 soldados vieram até o acampamento com uma ordem de despejo, mandar que se retirassem, os acampados formaram uma procissão com a cruz e a imagem de Nossa Senhora na frente, e passaram pelos soldados rezando e cantando cantos religiosos.

Com o passar do tempo as celebrações foram diminuindo e passaram a ser feitas somente aos finais de semanas. A presença dos padres e religiosas também diminuiu. Alguns atribuíram o fato ao longo tempo de espera (2 anos), e outros colocaram que as lideranças estão sempre fora e que os Sem Terra foram divididos em grupos:

- "No começo, a fé era mais animada. Ultimamente está fracassando bastante. Pouca gente nos cultos. Os padres e irmãs também não tem vindo mais tantas vezes, mas acho que eles ensinaram e nós aprendemos. Na minha comunidade já era mais ou menos assim. Aqui confrontou bem mais com a esperança e a realidade do pobre. Algumas passagens da bíblia que nunca apareciam antes, estão aparecendo aqui nas celebrações".

- "A fé ajudou muito através da coragem. Aguentamos esta luta conjunta. A mesma história da bíblia de antigamente. As celebrações estão sendo muito boas, muito válidas, mas enfraque-

ceram depois da divisão dos grupos porque as lideranças estão fora, e está tendo trabalho demais".

Este depoimento mostra a dependência nas lideranças para fazer celebrações, enquanto que o anterior enfatiza que os padres e irmãs ensinaram e eles aprenderam.

Outro aspecto interessante que apareceu relacionado com a fé, é que através das celebrações os acampados foram vendo e descobrindo quem estava a favor e quem estava contra como alguns colocaram:

- "A fé está ajudando muito. As celebrações estão sendo marcantes porque mexe com o que já aconteceu na bíblia, fazendo uma comparação. Na bíblia mostra que existem pessoas que são contra nós, os pelegos...".

- "Existem muitos padres e religiosas contra nós, os pelegos. Aqui nós estamos vendo quem é contra e quem é a favor".

- "... O padre da minha Igreja nunca falava sobre Reforma Agrária. Os sermões dele não combinavam com a nossa realidade".

Assim, os acampados descobrem quem dentro da religião é favorável a eles, e quem é indiferente.

Descobrem quem prega uma religião alheia à vida deles, e quem através da religião ajuda para que eles fiquem mais fortes ainda. Assim, eles estabelecem uma divisão: não uma divisão de que você foi batizado nesta Igreja ou naquela, mas uma divisão entre quem ajuda e apoia, e aqueles que atrapalham.

Esta experiência nos mostra que o Ecumenismo acontece na luta concreta e não em belos documentos.³¹

A grande maioria dos acampados são católicos, devido à origem do Movimento dos Sem Terra que surgiu da Comissão Pastoral da Terra ligada à Igreja Católica. Já nas comunidades de onde vieram os Sem Terra participavam de Grupos de Reflexões e frequentavam a missa.

Entre os 35 entrevistados havia dois que não eram católicos. Eram crentes, porém participaram de todas as celebrações, inclusive eram os dois que animavam os cantos, um com gaita e outro com violão.

Concluindo as características, a eficiência das comissões demonstrou a organização interna dos acampados, que desde o início se preocuparam em descentralizar as tarefas. Desta forma criaram oportunidade para despertar lideranças e desenvolver aptidões.

A solidariedade, ajuda mútua e harmonia entre as famílias expressou a relação comunitária que ocorreu, onde todos se sentiram em nível de igualdade.

O Projeto de uma Nova Sociedade se apresenta para os acampados como uma Sociedade mais humana, onde haverá mais justiça, igualdade, honestidade, união e solidariedade.

A autonomia é almejada em dois níveis: a individual, ou seja trabalhar independentemente, sem patrão, e a do grupo como um todo em relação aos mediadores. Aqui entra o papel do agente que deve ser de reciprocidade.

A Deslegitimação do Estado ficou evidenciada à medida

que os Sem Terra foram percebendo que o Governo, deputados, dirigentes do INCRA e outras autoridades não puderam cumprir o acordo com eles firmado.

Concluíram que só conseguirão terra mediante organização e pressão.

Os acampados tem claro que ao lado de sua luta específica pela terra está a luta mais ampla da conquista dos direitos ou seja a luta pela cidadania. Associam a conquista da cidadania com a da liberdade de poderem trabalhar no seu próprio pedaço de terra, com igualdade de direitos e com a participação nas decisões políticas.

Não ocorreu violência entre os Sem Terra pois tinham como "questão de honra" não colocar em jogo a reputação do Movimento. Além disso seguiram o princípio cristão de "não ferir o seu irmão".

O reconhecimento e valorização das mulheres foi muito positivo pois todas elas passaram por mudanças significativas em suas vidas e sua participação passou a ser efetiva em todos os níveis.

A Fé foi um fator sem a qual os acampados não teriam conseguido aguentar.

Porém uma fé consciente, da qual faz parte a luta, organização, união e participação.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO VI

- ¹ SHARP, Gene. Poder Luta e Defesa. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 60.
- ² ABRAMOVAY, Ricardo. Nova Forma de Luta pela Terra: Acampar. Re vista ABRA, 15 (2): 57, maio/jul. 1985.
- ³ Ibidem, p. 57.
- ⁴ DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais e Construção da Cidadania. In: Revista Estudos CEBRAP, nº 10, out/84, p. 28.
- ⁵ Ibidem, p. 28.
- ⁶ Ibidem, p. 30.
- ⁷ WEFFORT, Francisco. Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 107.
- ⁸ GOHN, Maria da Gloria. A Força da Periferia. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 40-1.
- ⁹ EVERS, Tilman P. Identidade, a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. Novos Estudos CEBRAP, 2 (4): 18, abril/1984.
- ¹⁰ BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez Povo. Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. 2 ed., 1986, p. 130.
- ¹¹ GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3 ed., 1979.
- ¹² GOMES DE SOUZA, Luis A. Classes Populares e a Igreja nos caminhos da História. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 58.
- ¹³ LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 153.

- ¹⁴GOHN, Maria da Glória, op. cit. p. 85.
- ¹⁵JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos e a Crise. Da exploração Social à Participação Popular Autônoma. Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil, FESP, Rio de Janeiro, 1 (2): 236, julho/set. 1985.
- ¹⁶SANTOS, Theotonio dos. A Crise e os Movimentos Sociais no Brasil. Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil, FESP, op. cit. p. 155.
- ¹⁷DURHAM, Eunice, op. cit. p. 29.
- ¹⁸SHARP, Gene. Poder, luta e defesa. Teoria e Prática da ação não violenta. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 42.
- ¹⁹IBASE. Violência no Campo. Campanha Nacional pela Reforma Agrária, 1985, p. 19.
- ²⁰KOLTAI, Caterina. Por que Pacifismo? São Paulo, Moderna, 1987, p. 24.
- ²¹Relatado no Histórico.
- ²²BARBÉ, Domingos. A Graça e o Poder. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 217-8.
- ²³KOLTAI, Caterina, op. cit. p. 62.
- ²⁴FERRO, Cora. A Mulher Latino-Americana, a Práxis e a Teologia da Libertação. IN: TORRES, Sérgio. Igreja que surge da Base. São Paulo, Paulinas, 1982, p. 50.
- ²⁵Ibidem, p. 50-3.
- ²⁶Jornal Dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, março/87. p.12.

- ²⁷GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Vozes & FASE, 1987, p. 48.
- ²⁸Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, agosto/87, p. 18.
- ²⁹BARBÉ, Domingos. A Não-Violência Ativa. Revista de Cultura Vozes, 77 (8): 45, out/1983.
- ³⁰MELIGA, Larte D. & JANSON, Maria do Carmo. Encruzilhada Natulina. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 88.
- ³¹Ibidem, p. 92.

C A P Í T U L O V I I

OS MEDIADORES EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO DOS SEM TERRA

1. A IGREJA

Para analisarmos a Igreja como mediadora¹ do Movimento dos Sem Terra primeiramente faz-se necessário distinguir Igreja institucional e Igreja particular.

Igreja instituição é o conjunto de atores religiosos em interação entre si e com as demais instituições. É a Igreja hierárquica regida pelo direito canônico, papa, bispos, padres, que seguem determinadas regras ou normas universais.

[Igreja particular são as diferentes comunidades que abrangem determinada área geográfica, um ou mais padres, seguindo orientação de um bispo e os fiéis moradores daquele local.] Estas Igrejas podem assumir um trabalho pastoral (no âmbito das classes populares) em diferentes formas e níveis porém não são obrigadas a fazê-lo.

É importante salientar também que, em relação à questão agrária no Brasil, até 1973 a Igreja instituição apoiava o Estado, nas suas concepções e posições sobre o assunto.

Mas, a partir de 1973, a Igreja muda de posição, produzindo vários documentos através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, tais como:

- Ouvi os clamores do meu povo
- O grito das Igrejas

São documentos que mostram um estado de insatisfação com a situação e uma tentativa de ter um diagnóstico do conjunto social no campo para, a partir daí, atuar no conflito com o Estado.²

Através da CNBB, o processo de mudança da Igreja começou a se desenrolar pois a entidade transformou-se no "guia do rebanho em sua luta pela democracia".³ Quatro documentos⁴ consecutivos apresentados entre julho de 1974 e o final de 1979 comprovam:

- Igreja e política: subsídios teológicos;
- Subsídios para uma política social;
- Comunicação Pastoral ao povo de Deus;
- Exigências cristãs de uma Ordem Política.

A CNBB desempenhou, ainda, um papel importante e inovador dentro das estruturas de direção da Igreja:

"Sancionou formalmente novas instituições através dos quais segmentos sociais críticos entre seus fiéis poderiam mobilizar-se contra a investida feroz do regime, em sua maior parte de natureza econômica".⁵

Três dessas instituições foram:

- Conselho Indígena Missionário - CIMI - estabelecido em 1972;
- O Encontro Nacional Inter-Eclesial - 1974, para reunir as diversas CEBs com o propósito de "trocar experiências";
- A Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975.

As três entidades se tornaram autônomas da CNBB, mas através dos bips que dela faziam parte na qualidade de membros e funcionários - permaneceram como entidades indissociáveis da própria CNBB.

A partir daí, um novo grupo hegemônico, que pode ser chamado "Igreja do Povo" passa a se formar respaldado pela Teologia da Libertação.

Leonardo BOFF coloca: "Antes que houvesse o teólogo da libertação havia a comunidade comprometida com a justiça social, o leigo engajado com os processos de conscientização e libertação das periferias das cidades e no campo, o bispo que denunciava profeticamente as estruturas iníquas da desigualdade social. A teologia emergiu depois, como palavra segundo, qual momento de reflexão, animação, crítica e aprofundamento desta prática libertadora. A teologia da libertação não é outra coisa que a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os pobres e oprimidos".⁶

Assim, a Igreja que se constitui de pobres e oprimidos, passou a se chamar Igreja popular. Esta Igreja superou em grande parte uma relação paternalista para com o pobre, lhe proporcionando espaço para canalizar a forma social e eclesial que possuem.

Leonardo BOFF apresenta um conceito sociológico de Igreja Popular:

"A Igreja Popular é constituída majoritariamente, mas não exclusivamente por pessoas que antes compunham as imensas massas marginalizadas no campo social e que se organizaram em movimentos populares ou pelos fiéis mal assistidos e dispersos que, no campo eclesial formaram uma vasta rede de comunidades e grupos de reflexão e de ação.

Juntamente com o povo e estas comunidades eclesiais caminham fracções importantes da institucionalidade da Igreja, co-

mo bispos, padres e religiosos. A este conjunto chamamos de Igreja Popular".⁷

Coloca também que a Igreja do Povo é uma Igreja que luta pela libertação. O que o povo e os pobres mais almejam é superar a pobreza que os impede de viver. Percebem que a pobreza é uma injustiça social e que contradiz o projeto de Deus. Para a Igreja Popular se tornou uma evidência que a libertação integral querida por Deus passa pela comunhão dos bens (Cf. At. 2, 44; 4. 32-34); importa superar tanto a pobreza quanto a riqueza na direção das relações justas e fraternas.

Os acampados do oeste catarinense se identificam com esta Igreja Popular, pois lutam por justiça e liberdade e praticam a solidariedade e a partilha dos bens.

Concordam que a Igreja sempre apoiou o movimento. Muitos o conheceram através da Igreja. Identificam o apoio através dos padres, irmãs religiosas e do bispo de Chapecó, D. José Gomes.

Fazem distinção dentro da Igreja entre os que apoiam e os que não apoiam: "padres pelegos e não pelegos". Todos percebem que o bispo D. José Gomes está do lado deles, apoiando e correndo risco de vida, sendo ameaçado.

Alguns colocam que os padres e irmãs ajudaram a conscientizar os acampados e esclarecer muitas questões importantes, o que não deixa de ser uma influência do pensamento de certa ala da Igreja, sobre os colonos.

Mas em geral, os depoimentos sobre o papel da Igreja junto ao Movimento, foram em relação ao ânimo, força e coragem

que os agentes lhe davam, e as campanhas junto às paróquias arrecadando alimentos e agasalhos.

- "A Igreja nos tem dado muito apoio. A irmã tem sofrido conosco. Atende os doentes, reparte tudo o que tem, principalmente comida. D. José Gomes nem se fala. Está correndo risco de vida por nós".

- "O apoio da Igreja está sendo muito importante, por aqueles que entendem. Nunca poderemos pagar o que eles fizeram por nós. Animação, palavras de conforto, encorajavam nos piores momentos. O bispo também deu força. Sempre dizia: "Firmes na luta". As irmãs estão se sacrificando, sofrendo igual a nós".

- "Aqui no oeste tivemos muito apoio da Igreja. Tanto moral como de agasalho e alimentos. Faziam campanha junto às paróquias".

- "A Igreja tem um poder grande. Ela é uma faca de duas pontas. Tanto corta para direita como para a esquerda. Tem padre pelego que dá contra, outros estão conosco na luta. Estes mostraram a relação da nossa caminhada com a bíblia".

Não se pode negar que a Igreja é um poder. Mesmo quando vai morar no meio do povo a Igreja exerce poder. Não é um poder coercitivo, mas sim um poder que significa capacidade de influência, de persuasão. Ela passa a conscientizar as pessoas a seu modo, a explicar os termos e fatos dentro do seu modo de ver as coisas.

- "Os padres nos explicam o tipo de luta, falam que o nosso sofrimento não pode ser de resignação. Explicaram para nós o que era comunismo - comunhão de bens, partilha, ter tudo em co

mum".

Mas apesar de exercer esta influência, a Igreja está propiciando algo de novo junto a este tipo de trabalho. Gente simples trabalhadora, analfabeta, começa a partilhar o poder local, começa a ter acesso a um nível de poder que antes era absolutamente fechado. A Comissão de Reza por exemplo, faz o papel do padre quando ele não está presente. Coordena as celebrações, faz leituras bíblicas e coloca em discussão, etc.

Depois do golpe de 64, a Igreja sem dúvida desempenhou um papel bastante importante no momento de inexistência de espaços alternativos para a organização popular, tanto nos sindicatos, partidos, como nas Comunidades de Base. Ela funcionou como elemento impulsionador de uma maior participação e organização das camadas populares.

"Também no campo se comprometendo com a luta pela terra, a Igreja sempre teve êxito na mobilização de populações camponesas porque ela fala uma língua que é entendida pelos trabalhadores, e isso a torna um elo essencial nas lutas populares do campo".⁸

Quando indagados como vieram a participar do Movimento dos Sem Terra, muitos acampados responderam: "Foi nas reuniões da Igreja"; "Foi através do pessoal da Igreja". Reconhecem que chegaram ao Movimento através da Igreja.

Com relação à mesma pergunta, alguns mencionaram ao mesmo tempo "Através da Igreja e Sindicato".

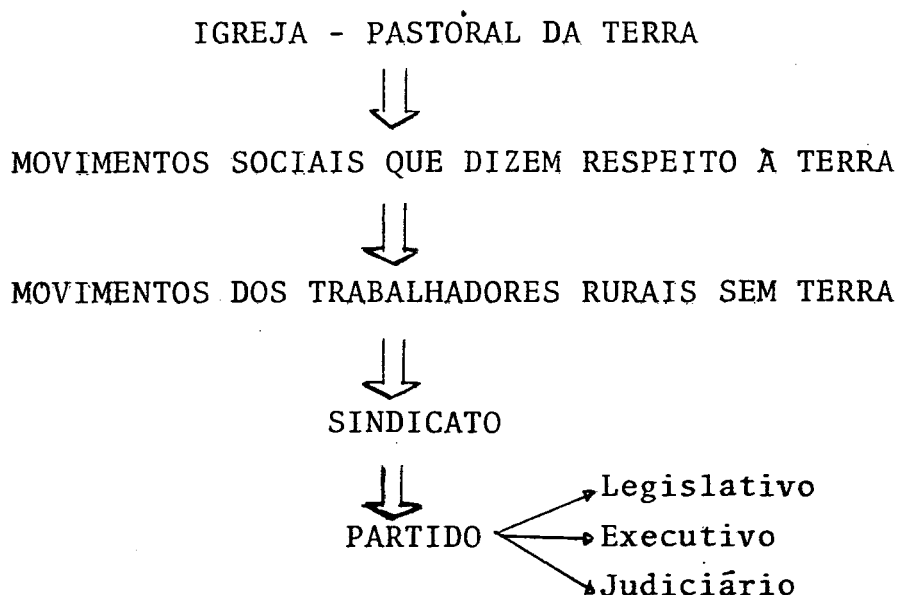
DURÃO aborda esta questão: "Por mais que a Igreja não constitua uma tendência política, ela se identifica com determi-

nadas tendências políticas que estão se tornando claras no interior do Movimento Sindical, sendo que, no tocante ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, tem se dado claramente uma identidade com os setores mais combatidos e mais mobilizadores e frequentemente ela tem desempenhado um papel de pressão".⁹

Isto também ocorre com os partidos políticos onde a Igreja, a partir de 1976, começa a dar um passo na formação política, através de cartilhas - que são um vasto trabalho de publicações voltadas para as classes populares, a que se costuma chamar imprensa mimeografada ou imprensa popular. São boletins, folhetos, cadernos, etc., publicados em todo o país.

Através das cartilhas a Igreja admite que faz política também e se coloca na "Oposição".¹⁰

D. José Gomes, em palestra proferida no ITESC - Instituto Teológico de Santa Catarina - em 16.09.86 mostrou que há uma relação entre os Mediadores e os movimentos sociais no campo.



Como mostra o esquema, uma coisa está associada à outra. No oeste catarinense o que ocorre geralmente é que os mesmos indivíduos, membros da Igreja como líderes, estão engajados na luta pela terra participando do Movimento dos Sem Terra. São inscritos também no Sindicato e filiados a um partido (geralmente o PT).

Como vimos anteriormente, os integrantes da Igreja do Povo lutam por justiça e liberdade. E os canais pelos quais podem manifestar-se são atualmente os sindicatos e partidos.

Com respeito aos militantes cristãos engajados em várias entidades podem surgir controvérsias.

Em Chapecô, por exemplo, alguns agentes são ao mesmo tempo membros da Igreja, funcionários da Comissão Pastoral da Terra - CPT, filiados ao Partido dos Trabalhadores - PT (saíndo inclusive como candidatos nas eleições de 86), membros da oposição sindical e assessores do Movimento dos Sem Terra.

Quando uma pessoa participa ao mesmo tempo de várias entidades, ela corre o risco de não conseguir distinguir os vários espaços, confundindo e misturando as coisas. Por exemplo, ela pode achar que a melhor maneira de ser cristão é estar no partido.

Ou ainda corre o risco de ser sectária e achar que só a sua religião presta ou seu partido é o melhor de todos e não abre espaço para mais ninguém.

DURÃO coloca a respeito disso: "O que preocupa quanto aos militantes cristãos populares é a existência de um certo sectarismo face aos grupos de esquerda, uma forma camuflada de anti

comunismo. Isso ocorre devido a uma "ideologia pastoral" que é algo falso enquanto ideologia, mas real enquanto fenômeno - e ela leva a uma pretensão de hegemonia de ter o "controle da área".

De repente, na área onde nós trabalhamos aparecem outros que não pensam como nós, que tem outra matriz ideológica e aí começa o problema".¹¹

Para os acampados, o importante é distinguir quem está à favor deles ou contra eles, independente da ideologia.

Recentemente uma nova questão começou a ser debatida entre a Igreja e o Movimento Sem Terra. A questão diz respeito a uma crise de relacionamento que estariam experimentando a Igreja e o Movimento Popular.

"Os problemas surgem de ambos os lados: A Igreja enfrenta dificuldades para assimilar uma nova conjuntura na luta popular, com os movimentos avançando politicamente e adquirindo maior autonomia. As lideranças populares confundindo autonomia com afastamento da Igreja, de suas atividades e celebrações, correndo o risco de isolamento".¹²

Frei Sérgio, assessor do Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul coloca que o Movimento dos Sem Terra desde o seu início em Ronda Alta (1979) até hoje, teve um grande crescimento político.

Diante disso, a Igreja que ocupava um papel preponderante na luta dos trabalhadores rurais, passou a ter um papel menos importante no plano político. Surge, então, uma nova conjuntura com os Movimentos Populares adquirindo maior autonomia formand

do suas próprias lideranças que passaram a falar em nome desses movimentos, papel até então reservado à Igreja.¹³

Pe. Inácio, Assessor da Pastoral Operária de Curitiba coloca:

"No Paraná, o que eu percebo é que o avanço político das lideranças dos trabalhadores - muitos oriundos de Movimentos da própria Igreja, como CEBs e CPT - põe a fé, a participação na comunidade e na Igreja, num Plano Secundário de vida. As lideranças não conseguem levar as duas experiências ao mesmo tempo e acabam lutando pela política, pelo Movimento dos Sem Terra, pelo Sindicato, pelo Partido. Isso cria conflitos de relacionamento porque nem todos os membros de uma comunidade tem o mesmo nível de participação social".¹⁴

A representante de Santa Catarina Maria Isabel, agente de Pastoral e assessora do Movimento dos Sem Terra de Chapecô também dá sua opinião:

"Em Santa Catarina o problema é o mesmo: o trabalhador avança politicamente, mas em termos de fé, de participação na comunidade, na Igreja, fica para trás. Também é porque muitas vezes a Igreja não caminha com ele e ainda acha que deve dar orientação para o acampamento dos Sem Terra, para o assentamento, para a comunidade. Não compreendeu que os trabalhadores já estão em condições de dar a direção aos seus movimentos, e que está reservado a ela agora um outro papel.

Nós da Igreja queremos a libertação do povo, por isso nós deveríamos ter hoje, como palavra de ordem, como questão fundamental, continuar apoiando o Movimento Popular com todas as

forças sem inibir o crescimento político das lideranças, sem tutelar o Movimento. E do lado dos trabalhadores Sem Terra a palavra de ordem deve ser evitar o isolamento que é isso que o governo e os latifundiários querem, para então reprimir".¹⁵

Realmente este afastamento foi constatado junto aos acampados como eles próprios colocaram nos depoimentos: "No início, as celebrações eram muito mais frequentadas". Ou "Houve um esvaziamento grande nas celebrações", ou ainda "Antes a gente se reunia à noite em algum barraco e rezávamos o terço, agora ninguém mais quer rezar".

Um fator a ser considerado é que de início, as celebrações eram mais frequentadas porque havia insegurança, medo do que poderia acontecer e as pessoas se "agarravam" na fé. E também por que diariamente, na hora da celebração todos se uniam e se animavam mutuamente. Havia a presença de padres e irmãs que muitas vezes traziam notícias de fora, e reforçavam a esperança de conseguir terra.

Várias causas podem ser apontadas sobre um relativo afastamento dos Sem Terra da Igreja.

Uma causa da falta de participação poderia ser a dependência dos acampados, para a efetivação da prática religiosa, em relação aos padres e irmãs religiosas que no início participavam quase que diariamente das celebrações, encorajando, animando e coordenando as próprias celebrações.

Apesar de terem a comissão de reza ou liturgia, foi colocado que os líderes, ou seja os integrantes dessa comissão - viajam muito, estão sempre fora, e sozinhos ninguém toma inicia

tiva.

Uma outra causa apontada pelos próprios Sem Terra é o desânimo, o longo tempo de espera - 2 anos -, alguns ficaram à beira da loucura de tanta espera e sofrimento. A paciência se esgotou.

E, nessa fase de angústia, incerteza, desânimo, fica difícil continuar no mesmo ritmo de participação, com a mesma fé, a pessoa tende a desacreditar em tudo.

Outro aspecto que ainda foi colocado por parte dos assentados, é que em alguns lugares, o padre responsável pela paróquia os aceita, mas não dá apoio necessário, não está do lado deles, não consegue aceitar de todo as características da Igreja-Povo, o que torna difícil uma participação efetiva dos Sem Terra, agora paroquianos, tendendo a afastá-los cada vez mais.

Portanto, tanto a Igreja através de seus agentes, como os participantes do Movimento dos Sem Terra devem, juntos, se avaliar e descobrir novas formas de participação.

Apesar dos Sem Terra considerarem de suma importância o apoio da Igreja, alguns temem que este apoio interfira na autonomia, como vemos neste depoimento:

"Não sei porque, toda vez que a gente faz alguma coisa, todo mundo pensa que tem que ter um padre por trás. Achrom que não somos capazes de andar com nossas próprias pernas".

2. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT

A CPT nasceu de um Encontro Pastoral sobre a Amazônia Legal, realizado em Goiânia em junho de 1975.

Nasceu marcada com uma missão Eclesial: colaborar para que as Igrejas locais conhecessem a realidade da vida de seu povo.¹⁶

As "linhas de ação" da CPT são fixadas em Assembléias Nacionais, cujas diretrizes definidas são seguidas por todas as CPTs regionais.

Existem porém especificidades de cada região em relação à problemática enfrentada no campo.

Outra especificidade dos regionais da CPT tem a ver com sua constituição: "como organização ecumênica e não sendo compulsória, a CPT existe naquelas dioceses e paróquias em que haja bispos, padres, pastores, freiras, agentes pastorais, assessores e lideranças de colonos interessados e engajados na pastoral rural."¹⁷

Assim, os principais objetivos da CPT são:

- criar condições e estimular o povo a organizar-se, construindo instrumentos livres e autônomos em todos os níveis;
- possibilitar em linguagem adequada o conhecimento da realidade, das causas dos problemas e dos direitos dos trabalhadores do campo, alguns deles reconhecidos nas leis existentes.

Junto ao Movimento dos Sem Terra do oeste catarinense, a CPT também atuou como mediadora política e no desenvolvimento da organização interna dos grupos.

Por ocasião das ocupações, quando houve intervenção da justiça e da polícia, a CPT intensificou sua atuação permanecendo ao lado dos acampados, apoiando-os e defendendo os seus direitos.

A CPT também interveio na metodologia de trabalho dos acampamentos no início das ocupações, incentivando a formação de grupos, comissões e realização de assembléias para encaminhar as propostas.

Quando indagados sobre CPT, a maioria dos acampados não sabe o significado da sigla CPT nem conhecem a instituição, mas sabem que deu apoio.

Alguns colocam que o Movimento dos Sem Terra - MST, nasceu da CPT e outros reconhecem que ela é um órgão de apoio. Outros ainda sabem que os líderes do MST pertencem à CPT.

- "Não estou muito por dentro da CPT, mas a maior parte do Movimento Sem Terra são os mesmos. Acho que o MST nasceu da CPT e por isso deram apoio sempre".

- "A CPT é um órgão dos Sem Terra. Só sei que deram apoio".

- "Já ouvi falar muito em CPT mas não sei o que é. Só sei que as pessoas da CPT passam no acampamento para dar força e coragem para nós".

- "O MST é descendente da CPT e o papel dela é muito forte e importante na luta. O pessoal sempre deu força e incentivo para os acampados".

- "A CPT é do mesmo Movimento dos Sem Terra. Ela deu uma ajuda muito grande despertando-nos de que a terra é um dom

de Deus. A CPT simboliza a luta pela terra".

Os assessores do Movimento que pertencem à CPT se preocupam com a autonomia:

- "Nesta região, a CPT está dando o apoio que sempre deu, dentro daquele espírito de que o Movimento já tem sua autonomia, que é um Movimento que caminha com suas próprias pernas, e a CPT faz aquele trabalho que as outras entidades fazem que é assessorar, colaborar, ajudar para que o Movimento cada vez mais ande e alcance os objetivos a que se propõe".

Com relação à autonomia, muitos questionamentos já foram levantados: "A organização é dos próprios Sem Terra ou é uma 'frente' da Pastoral da Terra".

Ivo Poletto, assessor da CPT, coloca que o ponto de partida deve ser este:

"A Pastoral assumiu, estimulou e apoiou todos os passos de organização dos Sem Terra. E os apóia até hoje, na forma de Movimento. Convicta de que a conquista da Terra só se efetivará e só será construtiva se realizada pelos trabalhadores Sem Terra com respaldo dos demais oprimidos, ela colocou tudo o que pôde, a sua disposição comprometendo-se na luta".¹⁸

Outro assessor do Movimento coloca:

- "Eu sou coordenador da CPT na Diocese, faço parte da equipe estadual da CPT e sou assessor do MST. Quando os acampados me enxergam me identificam mais como sendo do MST.

Então não tem muito sentido eu dizer para os acampados: Sou da CPT, a CPT está fazendo isso...

O objetivo mesmo é fortalecer o Movimento, o que importa mesmo é que o MST cresça. A CPT é um serviço da Igreja que está aí à disposição; assim eu faço assessoria ao Movimento, a serviço da Igreja", o que importa é que o trabalhador cresça, que o MST cresça e que o pessoal saiba o que está sendo feito, e saiba que é um serviço da Igreja".

Este realça o vínculo da CPT com a Igreja. Porém, é só com uma ala da Igreja, o que é confirmado por I. POLETO:

"A própria CPT não reconhece os trabalhos da Igreja que não seguirem suas concepções, perspectivas e métodos. A CPT agrupa uma ala progressista da Igreja e da sociedade que não é outra coisa senão o entrelaçamento do processo interno da Igreja com o Movimento mais amplo da sociedade".¹⁹

A CPT do oeste de Santa Catarina, tendo como presidente o conceituado bispo D. José Gomes, tem se destacado como órgão defensor e de apoio em vários movimentos:

- Movimento contra as barragens
- Movimento de ocupação de terras
- Movimento pelas condições de produção e comercialização
- Movimento pela Cidadania (luta pelos direitos à saúde e previdência social).

Em todos eles a CPT marca presença, e a sua atuação não pode deixar de ser pensada como uma ação política pois aponta direção para as lutas e as formas de organização.

Desta luta participam agentes com diferentes práticas e ideologias, o que por vezes provoca disputas.

Como já vimos, no oeste catarinense as mesmas pessoas participam da Igreja, da CPT, do MST, do Sindicato e do Partido, o que resulta em um grupo fechado que dificulta a entrada de pessoas que não possuem a mesma ideologia, como coloca o coordenador da CPT:

- "A pessoa ou intelectual que vier nos procurar deve estar articulada de uma ou outra maneira nas práticas populares e/ou ser conhecida por alguém dos movimentos. Senão, corremos o risco de ter espiões, política, SNI, UDR infiltrados. Um pouco de desconfiança sempre se deve ter".

Em parte eles tem razão no que diz respeito a infiltrações. Por outro lado esta é uma questão delicada, pois se nenhum intelectual pode ter acesso aos movimentos, a prática não poderá ser repensada nem realimentada em função de uma teoria.

GRZYBOWSKI coloca ainda que "as dubiedades são muitas dentro da CPT e crescem à medida que o espectro de opções político partidárias aumenta, novas formas de ação política se abrem, e os integrantes das equipes da CPT se engajam concretamente em partidos".²⁰

O papel dos agentes da CPT necessita de uma reavaliação constante de suas práticas para que a verdadeira função da instituição possa ser desempenhada, que é "ajudar o povo a caminhar com as próprias pernas, ele próprio se organizando e decidindo".²¹

3. PARTIDOS POLÍTICOS

Falar sobre a relação dos partidos políticos e os movimentos sociais é um assunto bastante complexo pois seria necessário caracterizar melhor cada movimento.

Como nos reportaremos ao Movimento dos Sem Terra, gostaríamos de situá-lo como fazendo parte da chamada Pastoral Popular.

Esta se constitui de "todas as iniciativas da Igreja no âmbito das classes populares, nas quais o povo encontra um espaço para assumir sua responsabilidade na vivência de uma fé comprometida com os problemas da justiça. Exemplo: Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).²²

Como a Pastoral Popular foi praticamente o único espaço político de articulação das forças populares no período de fechamento político no Brasil, as forças populares encontraram na Igreja um espaço de discussão, de prática democrática, bem como apoio e abrigo a diversas lutas.

Assim, "foi se formando uma nova prática política, a partir da pastoral popular caracterizada pela participação real das bases populares que discutem, analisam, decidem, planejam e executam ações a partir da realidade concreta da vida do povo e não a partir de esquemas pré-elaborados externamente".²³

Com a abertura e conseqüente formação de novos partidos, a pastoral popular continuou sendo o "esteio" para formação e organização de grupos.

A partir de 1979, observa-se um fenômeno interessante:

milhares de pessoas da pastoral popular se engajam na política partidária, sem ter tido experiência partidária anterior nem interesse por política.

Sua principal motivação era religiosa: "... Foram entendendo que Deus não quer a miséria e viram que tinham que lutar contra a miséria de várias formas".²⁴

Dom Pedro Casaldáliga também coloca: "Uma opção cristã séria leva também a consequências político-partidárias. A política ainda se desenvolve principalmente através dos partidos. O cristão consciente e engajado age politicamente e também partidariamente".²⁵

Este engajamento porém requer reflexão, estudo e sobretudo espírito crítico pois são muitos os obstáculos à participação partidária.

A política ainda é entendida por muitas pessoas, como "coisa suja", "coisa dos grandes", dado o exemplo ao longo da história.

Em pesquisa realizada junto aos membros da pastoral popular, GALLETTA constatou a preferência por dois partidos: a grande maioria optou pelo PT enquanto que alguns optaram pelo PMDB.

As principais razões de opção pelo PT foram:

- o caráter "classista" do PT;
- um partido construído de "baixo para cima";
- presença mínima de políticos profissionais no PT e experiências negativas com o MDB;

- Recusa dos padrões tradicionais dos partidos de esquerda.

Por sua vez, as causas de opção pelo PMDB foram:

- realidade social (interior/área rural/inexistência do PT);
- PT dominado por intelectuais e grupos desligados da base popular;
- o voto útil ou "vamos entrar para ganhar";
- Os laços políticos do PMDB;
- A influência das organizações de esquerda (PCB, PC do B, MR8, etc).²⁶

No Movimento dos Sem Terra também constata-se que a grande maioria das lideranças estão no PT e colocam como causa o fato de ele ser um partido construído "de baixo para cima", o único que é formado por trabalhadores e respeita os trabalhadores:

- "Partidos? Só o PT. Os outros só vem fazer política e tirar votos, o PT não. Este nasceu do chão, junto conosco. Nas nossas reuniões dos Sem Terra nós discutíamos sobre os partidos e achávamos que o PT era o melhor. Nós mesmos, pelo que tínhamos ouvido falar das experiências dos metalúrgicos de São Paulo".

- "Dos partidos políticos, o único que recebemos apoio foi do partido dos próprios trabalhadores. Realmente, quem se declarou a favor do pessoal foi o próprio partido deles. Nós não

chegamos a pedir apoio dos partidos porque quem tem compromisso com os trabalhadores deve dar apoio aos trabalhadores. Não é o trabalhador que tem que correr atrás. Quando o partido é comprometido com os trabalhadores eles devem estar juntos".

Não se pode negar a influência que os líderes do Movimento estão exercendo sobre os demais acampados. O único partido mencionado, e muitas vezes com ênfase, foi o PT.

Pode-se ver ao longo dos acampamentos, inscrições do PT em barracos, mesas, árvores, bem como bandeiras, cartazes e material de propaganda.

Nos encontros, manifestações, comemorações, quando ocorre a "tribuna livre" são gritadas palavras de ordem: "Partido, partido, é dos trabalhadores". E os símbolos do PT também marcam presença ali, como bandeiras, broches, emblemas e cartazes.

Nas eleições de 1986, Santa Catarina teve vários candidatos do PT representantes dos agricultores que receberam apoio do Movimento.

José Fritch, assessor do Movimento dos Sem Terra e vice-presidente da CPT, candidato a deputado federal, foi o mais votado com 32.227 votos, porém não se elegeu.

Luci Terezinha Choinaski representante do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina foi eleita deputada estadual com 6.068 votos. Recebeu amplo apoio do Movimento sindical e do Movimento dos Sem Terra.

Vilson Santin (acampado, sem terra) representante dos Sem Terra, foi o segundo candidato mais votado do Estado com 4.893 votos. Foi candidato a deputado estadual.

Em todo o Brasil, o PT elegeu 17 deputados federais e 37 estaduais, muitos deles trabalhadores rurais.

Um dos pontos a serem revistos pelo PT é a sua metodologia. O trabalhador comum não tem chance de participar efetivamente. A política continua sendo assunto de poucos entendidos.

Por exemplo, num encontro, assembléia ou convenção do PT, o homem simples, operário ou agricultor não entende as questões que estão sendo discutidas. A linguagem é difícil. É preciso pensar numa metodologia nos encontros do PT onde todos possam participar.

"A pedagogia de participação do PT é muito teórica, não é uma pedagogia de participação de massa".²⁷

Outra questão problemática no PT são os "grupelhos" ou "tendências" radicais que se formam no seu interior e prejudicam a proposta do partido.

Os grupos se fecham e se isolam, ao invés de se unir em torno do mesmo objetivo ou proposta.

No oeste de Santa Catarina também se observa divisão.

Diferente de outros lugares onde o partido tem tradição operária, no oeste catarinense o PT é formado na sua grande maioria por trabalhadores rurais, quase todos ligados à Pastoral da Terra.

Assim, esse grupo, por enquanto o mais forte, segue uma linha de "ideologia pastoral" - "trabalho político mais ideologicamente indefinido, supondo como ideologia o discurso pastoral acentuadamente ético".²⁸

O outro grupo, segundo um líder dos Sem Terra, de ideologia marxista, possui um jogo tático de fazer do partido uma via para conquista do poder. Segue uma linha vanguardista, revolucionária.

GALLETTA coloca que "o processo de superação da ideologia pastoral deve ser ao mesmo tempo, o processo de conhecer o marxismo, porém numa atitude ativa, visando a superação de suas deficiências, particularmente o chamado "marxismo-leninismo".²⁹

Clodovis Boff também coloca que "a síntese cristianismo - marxismo tem tudo para ser o grande desafio histórico-cultural do segundo milênio. Porém é necessário um estudo sério do marxismo, feito com espírito crítico para que sua contribuição para o trabalho pastoral possa ser resgatada e vice-versa".³⁰

Para os acampados do oeste catarinense não estão muito claras as propostas do PT nem possuem conhecimento da teoria que fundamenta o mesmo.

Só sabem que até agora é o partido que mais apoia pois está sempre presente nas manifestações e atos públicos. Na festa em comemoração aos dois anos de ocupação, a deputada Luci esteve presente.

Alguns líderes dos Sem Terra, quando perguntados sobre partidos disseram que agora estão investindo na Central Única dos Trabalhadores - CUT pois é um órgão que está mostrando coerência com as propostas dos trabalhadores e defendendo os seus interesses.

Constata-se entre os acampados e algumas lideranças certa dificuldade em distinguir órgãos políticos como partido

político e Central Sindical.

Quando indagados sobre partido, remetem logo a resposta para CUT.

4. SINDICATOS

A estrutura sindical brasileira é definida pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1942. De acordo com a lei existem três tipos de entidades, a saber:

1. Sindicatos de categoria profissional de base municipal;
2. Federações - composta por todos os sindicatos da mesma categoria profissional no âmbito estadual;
3. Confederações - congrega no Plano Nacional, as federações pertencentes a grandes setores de atividades.³¹

No Brasil, até 1960 os sindicatos ainda não haviam chegado ao campo exceto alguns movimentos como as Ligas Camponesas no Nordeste,³² e MASTER no Rio Grande do Sul. A partir da década de 1960 foi criado o Sindicato Rural e teve grande estímulo com o surgimento do FUNRURAL que trazia os benefícios da Previdência Social ao campo. A partir de 1971, a gestão da Previdência Rural foi entregue aos Sindicatos.

A adesão aos Sindicatos pelos trabalhadores rurais no início, tinha basicamente como finalidade auferir os serviços médicos e odontológicos proporcionados pela entidade.

Este caráter assistencialista teve o seu auge nos sin-

dicatos após o golpe de 64, quando aplicavam os recursos obtidos com a contribuição sindical em assistência médica, jurídica e odontológica, cursos, bibliotecas e colônias de férias.

Em 1973, apesar das condições adversas ao período Médice, o Movimento Sindical Rural realizou o IIº Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, tendo como bandeira de luta a Reforma Agrária.

A partir de 1978, os trabalhadores das grandes empresas automobilísticas de São Paulo, começaram a se rebelar contra a política social e trabalhista do regime autoritário.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) inicia e lidera uma nova corrente sindical conhecida como "novo sindicalismo" ou "sindicalismo autêntico".

Este novo sindicalismo "opôs-se à política de fixação pelo Governo dos reajustes anuais de salário e pregou a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação de organismos estatais. Exigiu a volta ao direito irrestrito de greve e liberdade e autonomia sindicais em relação ao Ministério do Trabalho. Defendeu a criação dos organismos nos locais de trabalho enfim, propôs um sindicalismo mobilizador, participante e democrático".³³

Em virtude da repressão governamental, a tentativa de promover a alteração radical da estrutura sindical se viu fracassada, porém deixou um grande saldo de organização e contestação da condição operária.

Em maio de 1979 é realizado o IIIº Congresso da CONTAG que foi um catalizador das lutas que vinham se desenvolvendo no

campo brasileiro e das novas forças que começaram a se desenvolver no seio do Movimento Sindical.

Neste Congresso expressava-se uma nova concepção de sindicato que aproximava trabalhadores rurais dos urbanos e já se percebiam divisões entre o movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Em agosto de 1981 a classe trabalhadora é unificada através da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT, de cujo primeiro encontro participaram 348 sindicatos do campo - 1200 delegados, de um total de 5.247 delegados de outras associações e sindicatos em geral.

Foi criada a Central Única dos Trabalhadores - CUT em agosto de 1983 e as divergências político partidárias entre elementos das cúpulas sindicais provocou uma divisão clara e nítida dentro do Movimento Sindical.

A CUT se preocupou em ampliar suas bases no sindicalismo rural através do estímulo de oposições sindicais e fundação de novos sindicatos em lugares que dispunham apenas de "extensões de base", na tentativa de construir um sindicalismo mais combativo".³⁴

Para os sindicalistas que se dizem combativos uma coisa está certa: só participam da CUT os sindicatos combativos, que não são "pelegos".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Oeste (SC) coloca:

"O Movimento Sindical Combativo se preocupa com um sindicato onde o trabalhador realmente tenha participação. Para is-

so estamos criando e organizando Sindicatos a partir das bases, de baixo para cima. (...) Uma grande luta que estamos levando junto com a CUT é a aprovação da convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que prevê uma nova estrutura sindical, livre e autônoma".³⁵

Percebe-se claramente que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Oeste Catarinense estão ligados à CUT.

F.D. de Chapecó (SC), membro nacional do Movimento dos Sem Terra e da Secretaria Nacional da CUT Rural coloca:

"A CUT em Santa Catarina está muito ligada ao meio rural, já que a grande maioria dos sindicatos combativos do Estado estão no campo. Nós estamos construindo uma CUT mais forte e organizada tomando os sindicatos que estavam nas mãos dos pelegos".

Coloca também que está havendo uma articulação dos Sindicatos rurais do Sul.

"A articulação sul envolve cerca de 150 sindicatos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo, e foi criada com a finalidade de se impor como uma alternativa aos sindicatos pelegos dessa imensa região. Através dessa articulação pretendemos ainda ampliar o alcance dos movimentos de massa, acabando com as manifestações isoladas e de pouco peso de antigamente".³⁶

No Oeste Catarinense os Sem Terra também fazem parte dos Sindicatos Combativos. Um líder do Movimento (acampado) coloca:

"Na última eleição do Sindicato dos Trabalhadores Ru-

rais (STR) de Chapecõ, a chapa 1, combativa que estava na direção da entidade, deu um banho de votos: 2.717 contra 1.221 dos pelegos. Ficou clara a luta de classes: os trabalhadores de um lado e de outro a Prefeitura, os partidos (PMDB, PFL, PDS), os políticos da burguesia, as empresas e cooperativas. (...) Essa vitória terá reflexos em todo o Estado pois o STR de Chapecõ é o maior do Estado e o terceiro do Brasil".

Também falou sobre a articulação dos Sindicatos do Sul:

"Esta articulação é bem diferente do que pensam e do que fazem os dirigentes das federações rurais e da CONTAG não estão a serviço dos Trabalhadores. A CONTAG por exemplo agora está nessa de apoiar a Nova República, que nada mais é do que a máscara da velha República.

O crescimento do Movimento dos Sem Terra e do Movimento Sindical levará a um esvaziamento das diretorias, das federações e da CONTAG, e ao fortalecimento da CUT no campo.

Ocorre que em todo o país quem está na frente das lutas dos trabalhadores é a CUT, ao contrário das federações e da CONTAG".³⁷

No 2º Congresso Nacional da CUT realizado de 31 de julho a 03 de agosto de 86 no Rio de Janeiro, compareceram 1.860 delegados de trabalhadores rurais, representantes de 343 associações e sindicatos.

Por sua vez, os sindicatos que não são considerados combativos, no oeste catarinense, estão apontando o Movimento dos Sem Terra como um Movimento paralelo ao Sindicato.

Os Sem Terra porém, revidam colocando:

- "O Movimento dos Sem Terra surgiu justamente por falta de atuação do sindicato pelego. Mas a gente entende que tem que passar pelo sindicato. Onde ele não atua, temos que tomar a direção".³⁸

- "O Movimento dos Sem Terra segue uma luta específica em busca da Reforma Agrária. Os sindicatos que não assumem as lutas concretas dividem. Muitas vezes nem é culpa dos companheiros. É que em muitos casos o MST avançou mais do que o sindicato, pois eles ficaram parados sem formação política.

Nesses casos temos que unificar, ganhar o sindicato pelego e fortalecer o sindicalismo junto com os Sem Terra".³⁹

No geral, a opinião da maioria dos acampados é a mesma: "Só os sindicatos pelegos nos vêem como Movimento paralelo. Os sindicatos combativos não, estamos junto com eles".

Outra novidade que está ocorrendo em Santa Catarina é a sindicalização da mulher agricultora. Em Santa Catarina, através do Movimento das Mulheres Agricultoras, elas conseguiram efetivar a sindicalização da mulher, em assembléia ocorrida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, no dia 14 de novembro de 1984.

Foi aprovada a mensalidade do casal onde cada um pagará 50%.

Este depoimento de um sindicalista ilustra a importância da sindicalização da mulher: "O sindicato está dando um apoio muito grande para o Movimento das Mulheres Agricultoras, acompanhando toda a organização, fazendo reuniões e tratando do assunto com as delegacias sindicais, para que os homens tomem

consciência da importância da mulher participar do Movimento das Agricultoras e da Luta Sindical.

Com a sindicalização da mulher, o sindicato terá força dobrada. O Movimento das Mulheres luta também pela aposentadoria e pelo reconhecimento da mulher agricultora como trabalhadora rural".⁴⁰

A relação do sindicato com o partido político também é vista como importante para os Sem Terra.

Porém, somente o Partidos dos Trabalhadores é mencionado como o único compatível com as propostas dos sindicatos combativos e da CUT.

Os acampados do oeste catarinense colocam que o Movimento dos sindicalistas "autênticos" e os sindicatos "autênticos" da região estiveram presentes em todos os momentos da luta, dando apoio, colaborando, decidindo juntos, participando das reuniões com o INCRA e continuam se colocando à disposição.

Alguns acampados identificaram o apoio dos sindicatos através de solidariedade prestada, arrecadações em agasalho e alimento, caminhões e lonas emprestadas e condução (carro) para levar doentes do acampamento para o hospital.

Frisavam porém, que este apoio foi só dos Sindicatos "autênticos".

Concluindo sobre os Mediadores: A Igreja a partir de 1973 muda de posição em relação à questão agrária no Brasil, pois até então ela apoiava o Estado. Lança vários documentos que mostram insatisfação com a situação e cria instituições para lutar pela democracia. Emprasta o seu teto para os movimentos se orga-

nizarem e às vezes até fala em nome deles.

É a "Igreja do Povo" respaldada pela Teologia da Libertação com a qual os acampados do oeste catarinense se identificam pois o objetivo dela é lutar por justiça, liberdade, praticar a solidariedade e partilhar os bens.

Os Sem Terra identificam o papel da Igreja através da presença e apoio do bispo, dos padres e das irmãs junto aos acampamentos. Muitos reconhecem que foi através da Igreja que começaram a participar do movimento, mas apesar disso pretendem autonomia quando colocam: "não sei porque, cada vez que fizemos alguma coisa todos pensam que tem um padre por trás".

A CPT que surgiu em 1975 com o objetivo de criar condições e estimular o povo a organizar-se também esteve do lado dos Sem Terra assumindo, estimulando e apoiando todos os passos da organização. Está ciente que o Movimento luta por autonomia e pretende caminhar com suas próprias pernas.

No oeste catarinense alguns líderes participam ao mesmo tempo da Igreja, da CPT, do Movimento Sem Terra, do Sindicato e do Partido, o que resulta em um grupo fechado dificultando o acesso de outras pessoas.

Em relação a partidos políticos, a partir de 79 verifica-se que milhares de pessoas da pastoral popular se engajaram na política partidária e sua principal motivação era religiosa, através de convites como este de D. Pedro Casaldáliga: "O cristão consciente e engajado age politicamente e também partidariamente".

Em pesquisa realizada por R. GALLETTA foi constatado

que os membros da pastoral popular optaram por dois partidos: o PT e o PMDB.

No Movimento dos Sem Terra constata-se que a grande maioria das lideranças estão no PT e colocam como principal causa que é um partido construído "de baixo para cima" e o único que é formado por trabalhadores e respeita os trabalhadores.

O PT é apontado pelos acampados como o único partido que deu apoio ao Movimento.

Não se pode negar a influência que os líderes estão exercendo sobre os demais acampados: inscrições do PT em barracos, árvores, mesas, bandeiras do partido, etc. Também nos encontros, comemorações são gritadas palavras de ordem e os símbolos do PT marcam presença.

Nas eleições de 1986, Santa Catarina teve vários candidatos do PT representantes dos agricultores que receberam apoio do Movimento.

Os líderes militantes do PT possuem certa responsabilidade em relação ao Movimento, pois os rumos deste dependem em grande parte da influência da ideologia daqueles.

Os Sindicatos Rurais foram criados na década de 60 e tiveram grande estímulo com o surgimento do FUNRURAL. Porém, após o golpe de 64 passaram a ter mero caráter assistencialista. A partir de 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos lidera uma corrente sindical conhecida como "Novo Sindicalismo" ou "sindicalismo autêntico" que vai influenciar inúmeros sindicatos tanto na cidade como no campo.

A partir de 1983 o Movimento Sindical fica dividido em

tre CONCLAT e CUT por causa de divergências político partidárias entre as cúpulas.

Os Sem Terra do oeste catarinense estão ligados à CUT e estão fazendo uma articulação entre 150 sindicatos do sul do país com a finalidade de impor uma alternativa aos sindicatos pelegos desta região. Os membros do Movimento dos Sem Terra colocaram que o Movimento surgiu justamente por falta de atuação do sindicato pelego.

Os Sindicatos Rurais autênticos enfatizam a participação das bases inclusive a da mulher, autonomia em relação ao Estado e integração com os movimentos sociais.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO VII

¹No senso comum identifica-se mediação com intermediação, isto é o comportamento de estar no meio de forma neutra na resolução de uma questão. Tomo a palavra aqui, significando as instituições que apoiam formalmente o movimento, seja através de assessoria ou outro tipo de apoio moral, material, etc.

²MARTINS, José de Souza. Igreja face a Política Agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda. Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1985, p. 119.

³CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, P. & MAINWARING, S. A Igreja nas bases em Tempo de Transição. 1974-1985. Porto Alegre, L&PM, 1986, p. 23.

⁴Ver estudos da CNBB nº 2 "Igreja e política: Subsídios Teológicos" 4 ed. 1980 (orig. 1974) e nº 24 "Subsídios para uma Política Social" 4 ed. 1982 (orig. 1979). Ver também Documentos da CNBB nº 8 "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus" 3 ed. 1977 (orig. 1976) e nº 10 "Exigências Cristãs de uma ordem política" 9 ed. 1981, (orig. 1977).

⁵DELLA CAVA, Ralph, op. cit. p. 23.

⁶BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez povo. Ecclesio gênese: A Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis, Vozes, 2 ed. 1986, p. 54.

⁷Ibidem, p. 54.

⁸MARTINS, José de S. op. cit. p. 124.

⁹DURÃO, Jorge E.S. Igreja e Movimentos Populares Rurais. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) Igreja, Movimentos Populares, Política no Brasil. São Paulo, Loyola, 1983, p. 39.

- ¹⁰ SOUZA, Herbert. Igreja, Partidos Políticos e Eleições 82. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) op. cit. p. 77.
- ¹¹ DURÃO, Jorge, op. cit. p. 40.
- ¹² Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, fev./março 1987, p. 4.
- ¹³ Ibidem, p. 4.
- ¹⁴ Ibidem, p. 5.
- ¹⁵ Ibidem, p. 5.
- ¹⁶ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT, Pastoral e Compromisso. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 71.
- ¹⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. A CPT e os colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985, p. 257.
- ¹⁸ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, op. cit., p. 74-5.
- ¹⁹ POLETTI, Ivo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a luta pela terra. Cadernos do CEAS nº 97, Salvador, maio/jun.1985, p. 24.
- ²⁰ GRZYBOWSKI, Cândido, op. cit. p. 269.
- ²¹ Ibidem, p. 270.
- ²² Ibidem, p. 269.
- ²³ PERANI, Cláudio. Pastoral Popular. Poder ou Serviço? Cadernos do CEAS nº 82. Salvador, nov/dez. 1982, p. 7.

- ²⁴ GALLETTA, Ricardo. Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil. São Paulo, Paulinas, 1986, p. 16.
- ²⁵ Ibidem, p. 16.
- ²⁶ Ibidem, p. 22-4.
- ²⁷ SAMPAIO, Plínio. A "Nova Política" na esfera "macro". In: GALLETTA, Ricardo. Pastoral Popular e Política Partidária. São Paulo, Paulinas, 1986, p. 87.
- ²⁸ GALLETTA, Ricardo, op. cit. p. 65.
- ²⁹ Ibidem, p. 66.
- ³⁰ BOFF, Clodovis, apud. GALLETTA, Ricardo, op. cit. p. 66.
- ³¹ ALMEIDA, M. Hermínia T. Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a mudança. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M.H.T. Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 192.
- ³² Vide BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ³³ ALMEIDA, Maria Hermínia T. op. cit. p. 202.
- ³⁴ SILVA, José Graziano. Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 49.
- ³⁵ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, fev./março/87, nº 60, p. 6.
- ³⁶ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, abr/1987, nº61, p. 17.
- ³⁷ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, março/1986, nº 50, p. 14.

³⁸Ibidem, p. 6.

³⁹Ibidem, p. 6.

⁴⁰Jornal Cheiro de Terra. CPT. Florianópolis, nov/dez. 1984, nº
33, p. 4.

C A P Í T U L O V I I I

ASSENTAMENTOS - 2^a ETAPA DO PROCESSO

1. O PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - SC

O documento preliminar - 1º Plano Regional de Reforma Agrária - Santa Catarina, 1986 - foi elaborado pela diretoria regional do INCRA de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, em dezembro de 1985.

Este documento foi redigido a partir de contribuições de lideranças do Estado e posteriormente submetido a Entidades e lideranças envolvidas com o desenvolvimento do meio rural, resultando em um consenso da expectativa média em relação à Reforma Agrária em Santa Catarina. Consta de 69 páginas e foi enviado como todos os outros Planos Regionais, ao MIRAD.

A Casa Civil, sob chefia do Ministro Marco Maciel assumiu o controle de todos os Planos Regionais e devolveu o de Santa Catarina sintetizado em 5 folhas.

O decreto que declara a área rural do Estado de Santa Catarina como zona prioritária para efeito de execução e administração da Reforma Agrária, foi assinado pelo presidente José Sarney, no dia 19 de maio de 1986.

O processo de Reforma Agrária em Santa Catarina, porém, já foi deflagrado emergencialmente a partir de setembro de 1985, com a declaração de interesse social para fins de desapropriação de 11 imóveis rurais, antes mesmo da aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985.

"Esta decisão governamental de antecipar a Reforma Agrária em Santa Catarina teve como causa principal o estado de

tensão social que se estabeleceu na região do oeste catarinense, materializado por ações organizadas de ocupação de fazendas improdutivas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a formação de acampamentos reunindo cerca de 2.000 famílias".¹

Depois da assinatura do Plano, o primeiro passo para implantar a Reforma Agrária no Estado foi a formação da Comissão Agrária, prevista pelo Estatuto da Terra.

Em apoio a esta Comissão Estadual foram formados os Conselhos Agrários Municipais (Anexo VII) com a finalidade de prestar assessoria à Comissão Agrária, participando da formulação e execução dos programas à nível municipal.

A meta do 1º Plano Regional de Santa Catarina é atender prioritariamente 47.873 famílias beneficiárias, número composto por parceiros, arrendatários, assalariados temporários e sem terras. Destas, aproximadamente 2.900 famílias seriam beneficiadas em 1986.

No início, dois Programas tiveram prioridades:

1. Programa Básico de Assentamento para as famílias acampadas.

2. Programa Complementar de Regularização Fundiária para os posseiros: famílias que moram muito tempo em determinada área, que têm direito à usucapião.

As diversidades regionais não foram respeitadas no Plano: aquelas populações que possuem tradição comunitária poderiam receber terra na forma de propriedade em comunhão e aquelas outras que preferissem a terra individual obteriam propriedades familiares. O novo Plano restringe as possibilidades de assentamen

to a somente duas:

- Propriedade familiar: pequena propriedade onde as atividades são exercidas pelos membros da família.

- Unidade associativa: várias famílias assentadas num mesmo local formam uma Associação em comum.

Em Santa Catarina, até o final de 1986 foram desapropriados 22 imóveis em 11 municípios somente para assentar os acampados do Movimento Sem Terra.

Foram desapropriados outros em função das famílias beneficiadas com o Programa de Regularização Fundiária, porém vou me ater somente aos imóveis desapropriados para as 1.200 famílias que ocuparam as terras no dia 25 de maio, que foram objeto do nosso estudo. Na Tabela V constam os imóveis desapropriados.

TABELA V

IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA AS FAMÍLIAS SEM TERRA ACAMPADAS NO OESTE CATARINENSE

MUNICÍPIO	IMÓVEL	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA HA.
São Miguel do Oeste	Entre Rios	70	1.030 ha
	Jacutinga	30	388 ha
	Rabo de Galo	32	405 ha
São José do Cedro	Lageado Grande	60	1.299 ha
	Barra Escondida	30	490 ha
Anchieta	Sanga Azul	13	215 ha
	Aparecida	17	280 ha

Abelardo Luz	Sandra	58	1.039 ha
	Santa Rosa I	80	1.241 ha
	Santa Rosa II		1.128 ha
	Papuan I	27	362 ha
	Papuan II	60	969 ha
	Capão Grande	75	1.285 ha
Ponte Serrada	Derrubada	30	601 ha
Matos Costa	Putinga	170	4.412 ha
Lebon Régis	Rio Timbó	45	712 ha
Friburgo	Faxinal dos Domingues I	32	516 ha
	Faxinal dos Domingues II	40	900 ha
	Rio Mansinho	10	242 ha
Itaiópolis	Parolim	190	5.536 ha
Irani	Fazenda Velha	20	515 ha
Chapecó	Fazenda Zanoavali	33	412 ha

Fonte: Secretaria do Movimento dos Sem Terra - Chapecó/SC.

Estes imóveis estão desapropriados oficialmente, isto é, para cada imóvel existe um processo elaborado pelo INCRA que é enviado a Brasília para ser assinado pelo presidente. Assinado o decreto de desapropriação, o INCRA se torna proprietário e efetua a "Emissão de Posse" para os Sem Terra. Uma vez emitida a posse pode ser iniciado o assentamento no referido imóvel.

Nem todas as desapropriações ocorreram pacificamente. Muitos proprietários reagiram contra, pois não querem vender compulsoriamente um bem de valor.

O proprietário da fazenda Capão Grande de Abelardo Luz não se conforma em vender a terra. Ela foi desapropriada através

de um decreto pelo presidente Sarney em 02 de janeiro de 1986. Até junho de 1987, os assentados esperaram sem definição pois o proprietário entrou mais de três vezes na justiça, sempre ganhando a causa.

Em Friburgo também o proprietário da Fazenda Rio dos Patos não quis cedê-la para desapropriação. O mesmo não teve outra alternativa senão trocá-la por duas outras: Faxinal dos Domingues I e II.

Um grupo de proprietários tentou impedir ou interromper os programas de desapropriação solicitando intervenção de políticos, porém não conseguiram.

Depois de assentadas, as famílias recebem "Concessão de Uso" pois, segundo o INCRA, "a constatação de que um percentual significativo dos beneficiários de projetos de assentamentos e de áreas de regularização fundiária, efetivados pelo INCRA nos últimos anos, negociam com terceiros seus títulos definitivos, levando à reaglutinação destas áreas, permite o estabelecimento de regra básica, segundo a qual em nenhuma hipótese haverá a concessão de título definitivo antes de decorridos 10 anos, a contar do ano de assentamento".²

No Plano Regional também consta que ficará assegurada a implantação de uma infra-estrutura mínima para todos os projetos de assentamento, no âmbito do projeto ou alcance da comunidade assentada:

- vias de acesso ao projeto
- estradas vicinais internas
- centro de convivência

- posto de assistência médica
- escola de 1º grau
- energia elétrica na sede do Projeto
- armazéns

A implantação da infra-estrutura deverá ser financiada pelo Poder Público através de seus órgãos especializados.

Além dos meios físicos, todas as comunidades resultantes de assentamentos rurais deverão ser beneficiadas com os seguintes serviços:

- assistência à saúde
- assistência educacional de 1º grau
- assistência técnica
- cursos de treinamento de mão-de-obra rural
- comercialização dos produtos agrícolas
- armazenagem

A concessão desses benefícios será responsabilidade dos Governos Estadual e Municipal, podendo o Governo Federal convênir com Governos locais a execução dos mesmos, seja com recursos técnicos ou financeiros.

O Plano diz ainda que o Crédito Fundiário do Fundo de Terras - SC, viabilizará o acesso à terra de forma estabelecida, na lei estadual.

Estes são alguns dados do Plano que deveriam ser aplicados nos assentamentos do Estado.

Estivemos em vários assentamentos conversando e entrevistando agricultores e lideranças. Vejamos como está a situação dos assentamentos e das famílias.

2. ASSENTAMENTOS - A DURA REALIDADE

O INCRA, tendo em mãos o cadastro das famílias acampadas no oeste catarinense, elaborou os seguintes critérios de pontuação para os assentamentos:

- estado civil
- nº de filhos e idade
- força de trabalho (nº de filhos em idade de trabalhar)
- se já pertenceu a sindicato ou entidade afim
- faixa etária
- tradição de agricultor,
- produção ou pecuarista
- não ter tido terra
- não ter passagem pela polícia.

O Movimento dos Sem Terra porém tinha elaborado outros critérios para o assentamento, ou seja, era o de assentamento em grupos que já estavam organizados nos acampamentos e que ao longo dos quase 2 anos de espera já vinham se reunindo, discutindo e combinando como e o que iriam plantar na terra.

Estes grupos eram diversificados. Em cada um havia lideranças e eram mesclados de agricultores com mais idade, menos idade; mais experiência com terra (arrendatários) e menos experiência (peões); pessoas que tinham vindo de uma mesma comunidade (município), conhecidos, parentes e amigos.

O Movimento também tinha definido que os filhos maiores de 18 anos que também têm direito à terra permanecessem no mesmo grupo com os pais para morar perto e poder ajudá-los. Po-

rêm, os critérios do Movimento não foram levados em consideração nos primeiros assentamentos.

Um deles foi o de Ponte Serrada, onde os agricultores estão encontrando problema no trabalho conjunto. Além de receberem uma terra de péssima qualidade, foram assentadas famílias muito numerosas - pais idosos e filhos muito novos sem experiência com terra. Também não tinham líderes que coordenassem as atividades e animassem o grupo.

Segundo um assentado de Ponta Serrada, "esta estratégia de não colocar nenhum líder já foi previsto pelo INCRA para nós 'se arrombá'".

Mais tarde, depois de uma avaliação conjunta do INCRA com o Movimento dos Sem Terra, e com a opinião de um técnico de Brasília, os assentamentos passaram a ser efetuados seguindo o critério do Movimento.

De um modo geral, as principais dificuldades nos assentamentos são:

- falta de atendimento às doenças;
- alimentação irregular e insuficiente. Recebem Cr\$800 por família, mensalmente, para comprar alimentos. Esta quantia não foi reajustada há dois anos;
- falta de escolas em funcionamento na área. Distâncias muito grandes de tudo ou do centro mais próximo;
- demora e atraso na demarcação dos lotes, sem o qual não podem começar a plantar;
- estado deplorável das estradas de acesso, que, quando

chove, ficam intransitáveis;

- grandes dificuldades para o plantio. Terra muito acidentada, ácida ou arenosa;

- problemas com a extração da madeira dos locais de assentamento, pois é um valor econômico maior do que a terra.

Em alguns casos a terra destinada para os assentamentos possui árvores em toda sua extensão. Como o preço da madeira está bastante elevado, os ex-donos da terra querem extraí-la sem deixar a cota de 20% estabelecida pelo IBDF.

Em Entre Rios, por exemplo, a EMPASC avaliou que as terras são acidentadas e de péssima qualidade, de tal forma que algumas famílias ficaram com 2 hectares aproveitáveis quando o módulo mínimo deveria ser 20 hectares.

Um assentado coloca: "São barrancos e morros que só plantando com espingarda e colhendo com um laço. Além disso qualquer chuva desbarranca a terra e a plantação é arrastada". Uma avaliação feita por técnicos da EMPASC acham que as terras ali, tem no máximo 5 anos de produtividade.

Em Itaiópolis, uma assentada afirmou que estão estranhando o tipo de solo que é muito arenoso, e o local onde foram assentados - Fazenda Parolim fica 90 km de distância do centro mais próximo, para onde precisam recorrer quando necessitam de algum recurso, principalmente Hospital e Maternidade. Duas crianças nasceram no meio do caminho da Maternidade devido às péssimas condições da estrada e à longa distância. Também os jovens sentem falta de lazer e não podem se entrosar na comunidade mais próxima devido à distância.

Disse-nos ainda que o local fica muito longe da terra natal de todos. Não podem visitar os parentes nem receber visita. São 400 km até Chapecô. Alguns até já pensaram em desistir, se não fosse pela força dos líderes em mostrar a importância da vitória que alcançaram, já teriam ido embora.

E conclui: "Eu acho que nós vamos ser uma semente lá onde nós ficamos. Já criei um amor tão grande com o povo que vive comigo que não posso me separar deles. Estou entre minha família e o povo. Quando vou para casa (Xanxerê) meu pai chora e me dá vontade de ficar. Mas quando penso na luta que passamos para conseguir as terras, eu quero voltar".

A fazenda Parolim, desde o início de sua desapropriação apresentou problemas.

É o imóvel mais distante da terra natal dos assentados - 400 km ou mais. É um fator psicológico que deve ser levado em consideração, que quando a pessoa está triste e desanimada - como eles, com a longa espera e indefinição - é importante poder sair um pouco, visitar parentes ou receber visitas. Isto foi constatado em cartas que nos mostraram ou pediram para escrevermos, chorando de saudades.

A longa distância e o elevado custo da passagem os impedem de viajar. Ocorre o fenômeno da desterritorialização. O indivíduo fora de seu território sente-se perdido, sente-se em dissonância. "Essa dissonância gera uma dor psíquica peculiar, das mais agudas que podemos observar. A dor de uma confusão específica de seu não estar. Do mesmo modo que o projeto de vida era, originalmente, uma função do território que o sujeito habitava, também o futuro era uma dimensão temporal cuja fantasia se cons

trua a partir da raiz territorial. A ausência de enraizamento, portanto, impede a existência da construção fantasiada do futuro, tanto quanto a do projeto".³

Outra dificuldade é o processo de assimilação da cultura do povo local, que para eles é muito diferente. Alguns jovens já desistiram de esperar. Não podem plantar porque os lotes não estão demarcados. Não existe divertimento ou qualquer coisa que possam fazer no local; voltam para suas terras ou vão para os centros das cidades trabalhar de operários.

Na fazenda Parolim existem cerca de 400 nascentes, a maioria do Rio Itajaí-Açú. Isto está provocando reações nos grupos ecológicos que querem transformar a área em Reserva Florestal.

Pela Análise da EMPASC somente 30% das terras da fazenda Parolim são agriculturáveis, portanto só comporta 40 a 50 famílias e no momento 190 famílias estão aguardando demarcação dos lotes. Passados 2 anos das ocupações, as famílias ainda estão em barracos provisórios aguardando definições.

A madeira também está sendo um entrave. Os agricultores Sem Terra do local começaram a vender madeira ultrapassando a cota determinada pelo IBDF, porque não tinham mais como sobreviver, e como forma de chamar atenção pressionando as autoridades competentes para uma definição.

O objetivo foi alcançado: Em junho de 87, o superintendente do INCRA organizou uma comissão com a finalidade de estudar o caso da fazenda Parolim, que chegou à seguinte conclusão:

Dos 5.536 ha da fazenda, somente 1.900 ha poderão ser

ocupados. Isto significa que, das 190 famílias, somente 40 a 50 poderão permanecer no local. As demais deverão ser remanejadas para outras terras, a serem negociadas. Até outubro de 1987 nenhuma família tinha sido remanejada para o local definitivo.

Em Friburgo - Faxinal dos Domingues os assentados avaliam que a terra é mais ou menos fértil. O problema é a falta de infra-estrutura. Água, só de uma fonte. As estradas estão péssimas.

Enquanto que na maioria dos assentamentos os barracos são individuais, aqui em Faxinal dos Domingues os agricultores estão morando em barracões coletivos provisórios. Cada barracão possui 24 m de comprimento e 6 m de largura abrigando de 6 a 8 famílias. Cada "peça" tem 4 m por 6 m onde ficam os móveis, fogão e pertences de cada família.

Um assentado colocou-nos: "Nosso assentamento foi em grupo e estamos trabalhando a terra em sistema coletivo. Estamos criando abelhas e já está próxima a primeira colheita do mel. A Comissão da Apicultura se encarrega de tudo".

Outro Sem Terra de Friburgo colocou-nos: "Um dos maiores problemas que está acontecendo no nosso assentamento é a perseguição das lideranças. Os 'jagunços' dos latifundiários nos perseguem e nos ameaçam de morte. Eu, quando tenho que viajar para participar de uma reunião, só saio durante o dia e acompanhado. Quando chego à noite vou para a Igreja e peço para o padre me levar em seu carro, para o meu barraco. Agora, o mais triste de tudo isso, é que alguns assentados do próprio Movimento dos Sem Terra estão sendo comprados pelos latifundiários e estão passando para o lado deles".

Falando mais tarde com a secretária do Movimento dos Sem Terra sobre este assunto, ela colocou-nos:

"É, são os "lumpen", criados e surgidos com o capitalismo. É o problema do capitalismo que tirou toda a dignidade da pessoa humana que vende seu próprio companheiro para sobreviver. É impossível organizar um assentamento com estes "lumpen" que se vendem para os proprietários. São ameaças de dentro do próprio movimento".

Em outro assentamento, o da fazenda Sandra em Abelardo Luz, o pessoal está começando a se animar.

Apesar de ser um local bastante acidentado e com muito mato, os assentados procuram as clareiras e os lugares mais planos para plantar. Por todo o caminho que se percorre na fazenda, se vêem árvores pelo chão, alguns tratores trabalhando. É a "destoca" ou seja, tirar os tocos (troncos) do chão para poderem plantar.

Na entrada do assentamento há uma placa enorme do INCRA com o nome do imóvel, quantia de hectares e número de famílias assentadas.

Segundo Sr. M. (assentado), "as terras sem preparar não produzem nada, precisam de muito calcário. As estradas até aqui nós que arrumamos, com picareta".

Neste assentamento funciona um grupo coletivo com 6 famílias que, junto com as demais 52 famílias assentadas, formam a associação. O Sr. M. fala com orgulho que a associação já possui 10 fornos de carvão, um caminhão e um apiário com 80 caixas de abelhas.

Quase todos os assentamentos já possuem ou estão formando a Associação, que é uma organização jurídica para repassar recursos econômicos e viabilizar melhor os assentamentos.

Três agrônomos estão acompanhando os assentamentos e orientando na formação das associações.

Grupo coletivo e associação diferem. O primeiro é formado por famílias que moram bem próximas, trabalham a terra e criam animais coletivamente dividindo as tarefas entre si. Já a Associação é uma organização jurídica que possui CGC podendo efetuar compras de grande porte para todos, por um preço abaixo do custo, recebe e repassa recursos econômicos e divide os lucros entre os associados.

Um dos líderes de Ponte Serrada, assentamento feito com os critérios do INCRA, disse que somente 12 famílias vão participar da Associação, por causa da dificuldade de integração entre as famílias decorrente do não seguimento dos critérios do Movimento.

O pessoal de mais idade está criando dificuldades pois não aceita inovações nas técnicas de trabalho. Os líderes estão tentando trabalhar com os filhos que, apesar de terem pouca experiência, aceitam mais as mudanças.

Já na fazenda Sandra, o Sr. M. falou-nos sobre os grupos coletivos e disse que a prática está sendo diferente da teoria que pregavam nos acampamentos.

"Eu acho que para um grupo coletivo dar certo tem que ser formado por famílias novas, com filhos pequenos que vão se acostumando com o processo, pois com famílias mais velhas não

está dando muito certo. Os filhos grandes acham que estão trabalhando para os outros. O grupo coletivo daqui está dando certo até agora porque é formado quase só por coordenadores do Movimento".

D.I., uma assentada, falou-nos que de certa forma alguns coordenadores do Movimento insistiam muito na formação de grupos coletivos, na época dos acampamentos:

"Mudou o pensamento do grupo coletivo, falar é uma coisa, a prática é outra. Mudaram as lideranças, foi dada liberdade e mudaram bastante. Antes tinham que seguir os conselhos dos coordenadores".

Um aspecto que deve ser levado em consideração é que os assentados sempre foram agricultores que trabalharam para os outros, em terras de outros.

Assim, ter um pedaço de terra e cuidar dela individualmente, tem um significado especial para eles.

Não deixa de ser também uma influência da Sociedade Capitalista que incute o senso de posse e competitividade nos indivíduos.

Mesmo assim, são poucos os que não aceitam o assentamento coletivo, em geral as pessoas mais idosas.

Indagados sobre a ajuda financeira que estão recebendo, o Sr. L. falou-nos: "Todos os assentados vão receber dois tipos de financiamento:

1. Verba do FINSOCIAL repassada pelo BNDS para o INCRA: Cz\$ 15.000 por família e um salário de Cz\$ 800 por mês, durante um semestre.

2. Verba do PROCERA - Programa Especial de Crédito Rural para a Reforma Agrária. Cada assentamento elabora um projeto (estão fazendo através das associações) reivindicando verba para melhoria da terra, investimentos em ferramentas, máquinas e outros; e custeio.

Os recursos também são passados através do BNDS, com prazo para pagamento de 8 anos, com um período de carência de 3 anos e juros de 3% ao ano capitalizados durante o período de carência.

As escolas nos assentamentos também funcionam de forma precária. Em alguns já foi construído provisoriamente, de madeira e serve ao mesmo tempo de capela e local para reuniões.

A dificuldade que os assentados estão enfrentando atualmente é em relação às professoras que vem de outros municípios lecionar no local. Os assentados decidiram em assembléia que só leciona professor do Movimento dos Sem Terra, pois entre eles existem muitos em condições de dar aula. O problema é serem contratados e conseguirem a vaga necessária.

O Movimento tem como norma valorizar a capacidade de seus membros e sempre que possível deixá-los exercer atividades e tarefas necessárias, segundo aptidões de cada um.

Existem muitos acampados que foram professores antes das ocupações.

No assentamento de Itaiópolis, a esposa de um agricultor Sem Terra dá aula para as crianças e disse-nos que está passando muitas dificuldades.

Em primeiro lugar, as classes são conjugadas, isto é,

as crianças de 1^a, 2^a, 3^a e 4^a série ficam na mesma sala. E os grandes não tem paciência de esperar que ela alfabetize os menores.

Depois, a supervisora educacional do município visita periodicamente a escola e reclama que os alunos não apresentam rendimento suficiente, que ela tem que exigir mais dos alunos e fazer mais provas.

O baixo índice de aprendizagem destas crianças pode estar relacionado principalmente ao grau de desnutrição que apresentam, pois a alimentação dos Sem Terra desde o início das ocupações é precaríssima. Crianças a partir de um ano de idade só tem feijão e arroz para comer.

O longo inverno que fez em 86, intenso frio com geadas a que ficam expostas as crianças nas construções provisórias onde entra vento, frio e chuva, a falta de agasalho, os traumas e as dificuldades (abandono e falta de definição) pelo qual estão passando - também podem interferir na aprendizagem.

Em todos os assentamentos os próprios agricultores estão construindo a sede da Agrovila que ficará sempre onde se situa a escola, capela, sede da associação e mercado. Também um centro social é aspiração de todos.

Quando perguntados sobre os Conselhos Agrários Municipais, ninguém conhecia. Alguns confirmaram a existência, mas disseram que nenhum representante dos Sem Terra participa dos mesmos.

Em Abelardo Luz, uma professora com muitos anos de experiência, casada com um agricultor Sem Terra, pediu para parti-

cipar do Conselho Agrário Municipal. Não quiseram aceitar. Somente depois de muita insistência, ela passou a fazer parte do Conselho.

Disse-nos: "É um "cambalacho" que fizeram contra nós, não aceitam nossos representantes. Isto é coisa dos latifundiários".

Quanto aos latifundiários, eles estão começando a se organizar pois sabem que o Movimento dos Sem Terra não parou com os assentamentos. Em várias cidades do Estado estão criando a UDR - União Democrática Ruralista.

A secretária do Movimento dos Sem Terra falou-nos:

"Fazem ameaças aos pequenos proprietários dizendo que vão perder suas terras se não se aliarem a eles. Estão comprando os pequenos proprietários. Recebemos aqui na secretaria um panfleto com calúnias e ameaças. Ninguém teve coragem de assinar, só colocaram UDR".

Para que os fazendeiros e latifundiários se preocupem de tal forma, penso que é sinal que os agricultores estão bem organizados. É sinal que o Movimento dos Sem Terra está forte, alcançando seus objetivos e representa uma ameaça para eles.

Foi realizado em Cascavel, no Paraná, o IIº Encontro Nacional dos Assentados, de 7 a 10 de abril de 1986.

Compareceram 162 delegados, representando 64 assentamentos de dez Estados. Neste Encontro escolheram a nova Coordenação Nacional, composta por oito lavradores, e aprovaram um documento público de seis pontos em que manifestam seus problemas, reivindicações e objetivos. Além desses pontos, aprovaram tam-

bém duas resoluções estimulando a participação, nos assentamentos, das mulheres e dos jovens.

O documento foi entregue ao Ministro da Reforma Agrária, no dia 20 de abril, pela Comissão Nacional dos Assentados.⁴

Apesar das dificuldades que já passaram os assentados com os quais conversamos dizem que valeu a pena toda a luta e sofrimento e que não se arrependem de ter entrado no Movimento Sem Terra.

Eis alguns depoimentos:

- "Me sinto muito bem. Hoje conheço os direitos que nós tínhamos. Vivia sempre esmagado. Antes só tinha direito à vida. Agora sei que também tenho direito de viver". (Depoimento de um assentado).

- "O que aprendemos nesta caminhada foi o Direito que temos, 95% dos trabalhadores não sabem o direito que tem e não conhecem os órgãos públicos: as mordomias, corrupções de políticos, esbanjamento de dinheiro. Eu vi nas viagens que fiz pelo Movimento. Podiam repartir..." (Depoimento de um dos líderes de um assentamento).

- "Estou vivendo esta luta dentro da luta. Não só observando ou assessorando, mas sim vivendo. Aprendi que só os trabalhadores podem fazer mudanças, não podem esperar nada de cima. Me sinto realizada apesar de ter que aprender muito ainda. Uma dificuldade que eu tenho quando trabalho com o povo é repassar minhas idéias. E um ponto positivo que eu tenho é que estou sempre disposta a trabalhar e participar, não esquecendo de distribuir as tarefas..." (Depoimento de uma líder assentada - solteira).

ra).

No dia 25 de maio de 1987, foi comemorado dois anos das ocupações. A concentração se deu na fazenda Sandra em Abelardo Luz.

Os assentados fizeram encenações sobre o dia da posse e sobre as dificuldades que passaram ao longo dos dois anos de espera.

O bispo de Chapecó, D. José Gomes esteve presente na celebração e os animou com palavras de estímulo e esperança.

Durante a apresentação das oferendas, os assentados ofertaram o produto das primeiras colheitas: um pouco de verdura, milho, uma garrafa de leite e um vidro de mel.

Houve tribuna livre para quem quisesse falar e no final os assentados apresentaram composições musicais (rancheiras) e poesias com o tema sobre Reforma Agrária e ocupações.

A coragem destes trabalhadores se deixa medir pela força e persistência que possuem em permanecer na luta até alcançar o objetivo final - o de conseguir terra para trabalhar.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS - CAPÍTULO VIII

- ¹INCRA. O INCRA e a Reforma Agrária em Santa Catarina. Florianópolis. Mimeo., 1985-86, p. 4.
- ²INCRA. Plano Regional de Reforma Agrária. Florianópolis, mimeo. dez. 1985, p. 47.
- ³LENT, Carmem. Entre a primeira e a segunda fundação: a migração psíquica. Uma visão de crise em Psicologia. In: BURSZTYN, Marcel et alii (org.) Que Crise é esta? São Paulo, Brasilien^{se}, 1984, p. 209.
- ⁴Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. São Paulo, maio/1986, nº 52, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Sem Terra está sendo visto pela maioria dos agricultores que dele fazem parte, como sinônimo e projeto de uma nova sociedade.

O Movimento tem se apresentado para eles como um espaço de politização da vida social, criando oportunidades de participação, igualdade e reconhecimento mútuo.

Durante muito tempo o homem do campo foi considerado submisso, resignado, humilde e ignorante.

Participando do Movimento dos Sem Terra ele descobre espaços nos quais é reconhecido, aceito, respeitado e valorizado. Passa a se sentir sujeito de sua própria história e vai descobrindo seus direitos, lutando pela cidadania.

O papel da mulher também passou a ser valorizado no Movimento.

A mulher do campo que possui três jornadas de trabalho: roça do patrão, casa e filhos e plantação própria para subsistência, sofre discriminação e opressão nos níveis social, econômico, ideológico e político.

São mínimas suas chances de participação.

Através do Movimento dos Sem Terra, as mulheres estão descobrindo a sua força e capacidade e começam a exercer papéis de lideranças e participar das decisões. Também os maridos ou companheiros estão reconhecendo que elas possuem os mesmos direitos.

A organização e sindicalização das mulheres no campo merecem um estudo mais aprofundado pois é um movimento que está se projetando com destaque.

Também a religiosidade expressa através do simbólico e a fé dos acampados significando esperança, são outros aspectos que merecem ser aprofundados.

Como explicar esta fé, sem a qual nenhum dos acampados conseguiria "aguentar" esperando 2 anos?

Para os participantes do Movimento dos Sem Terra, conquistar a terra para dela tirar seu sustento é o principal objetivo da luta e do sofrimento pelo qual estão passando.

Eles têm claro, porém, que a incorporação da cidadania plena passa por uma Reforma Agrária ampla, que vai além da mera distribuição de terra, e sua participação econômico-social dependerá do tipo de Reforma Agrária a ser implantada no país.

Todos sabem que existem instrumentos legais adequados para a realização da Reforma Agrária, como: o pagamento do Imposto Territorial, o Estatuto da Terra, o Plano Nacional de Reforma Agrária e outros.

Porém, o jogo de forças favorável ao grande proprietário ainda é muito forte na Nova República, impedindo sua aplicação.

O surgimento da União Democrática Ruralista - UDR, acabou em pouco tempo com o diálogo entre proprietários e trabalhadores rurais instalando um verdadeiro clima de guerra.

Os conflitos de terra tendem a aumentar ao invés de diminuir. Ao contrário do que se esperava, a Nova República não liberalizou as tensões no campo. Os dados nos comprovam que elas se agravaram.

Os grandes donos de terras estão também presentes na

constituente, pressionando a favor de seus interesses; em suma, a Reforma Agrária no país tem deixado transparecer o jogo do poder.

Neste contexto surge a pergunta: ainda existem possibilidades de conquistar espaços, ainda há chances de conseguir alguma mudança?

É cada vez mais explícito que num país como o nosso, marcado pela tradição de prepotência latifundiária, as mudanças sociais no campo vão depender dos setores nelas interessados, vão depender da união e força política do Movimento Popular.

Apesar da Reforma Agrária já estar incorporada na prática política dos movimentos sociais no campo, sendo hoje uma das frentes de luta por uma sociedade mais democrática no Brasil, é necessário que haja uma maior articulação entre os Movimentos para que se possa constituir esta força política.

O preconceito em relação a partidos políticos e outros mediadores, a dificuldade de locomoção devido a grandes distâncias do nosso território e as diferenças culturais são fatores que podem desfavorecer esta articulação.

O histórico do Movimento dos Sem Terra nos mostra que através da pressão conjunta, organizada, ele obteve grandes avanços.

Tanto as 2.000 famílias do oeste catarinense (1985) como as 300 famílias da fazenda Burro Branco/SC em 1980, só o conseguiram porque acamparam pressionando as instituições e autoridades.

Acampando, os agricultores descobriram uma forma de

pressão pacífica e ordeira, exercida sobre as autoridades e a sociedade para garantirem seus direitos.

Organizados e unidos, os acampados deixam de ser mero objeto do processo de Reforma Agrária para se tornarem um de seus sujeitos.

O Movimento dos Sem Terra tem se projetado à nível nacional e recebe adesão de um número cada vez mais significativo de agricultores. O seu êxito como movimento organizado e suas vitórias alcançadas tem causado temor aos grandes proprietários, uma vez que em alguns países como Cuba, Nicarágua e outros, a grande força da revolução foram os camponeses.

Desta forma, os latifundiários também já se organizaram numa entidade representativa - a UDR, para lutar na defesa de seus direitos.

A UDR se apresenta hoje como um grande contra-movimento que também merece ser estudado. Se apresenta como um "opositor de classe disfarçado em protetor da propriedade rural", pois vai ao encontro de pequenos proprietários tentando convencê-los de que a Reforma Agrária será feita nas suas terras.

Coloca os pequenos proprietários frontalmente contra a Reforma Agrária e contra os Sem Terra, que com isto passam a somar forças para a sua entidade em defesa de seus interesses.

A participação dos agricultores no Movimento dos Sem Terra não se extingue quando recebem a terra, ou com os assentamentos.

O Movimento continua apoiando e assessorando também os assentamentos nas suas reivindicações mais amplas como infra-es-

trutura, assistência à saúde, educação, etc.

O papel dos mediadores neste processo também poderia ser aprofundado. O que significa esta relação: mediador? Até que ponto estas instituições são na realidade somente mediadoras?

A Igreja progressista, a CPT, os Sindicatos e os Partidos Políticos continuam apoiando e assessorando o Movimento dos Sem Terra.

Foi com forte respaldo da Igreja e da CPT que o Movimento nasceu. A "Igreja do povo" sempre procurou lutar pela libertação, sempre se preocupou em desenvolver práticas de democracia e igualdade através das Comunidades Eclesiais de Base.

Um ponto porém que merece ser avaliado, é que a Igreja no campo tem dedicado especial atenção aos Sem Terra e deixando de lado os pequenos proprietários que passam a se sentir inseguros em frente à proposta de Reforma Agrária do Governo.

O que ocorre é que a UDR está ocupando este espaço.

Junto aos Sem Terra, porém, a Igreja e a CPT vem exercendo esforço conjunto em apoiar o Movimento sem tutelá-lo e sem inibir o crescimento político das lideranças.

O Novo Sindicalismo denominado autêntico ou combativo, que tem ligação direta com a CUT, também está apoiando o Movimento. Os agricultores por vezes não conseguem diferenciar o sindicato da CUT e do partido político (PT), de certa forma porque as lideranças são as mesmas.

Os Sem Terra na sua grande maioria mencionam o PT como único partido que lhes dá apoio. Em parte isto ocorre por influ-

ência dos líderes do Movimento que são militantes do PT.

Gostaríamos de lançar como questionamentos finais deste trabalho para fins de estudo, as seguintes observações:

- Será que uma ala específica do PT não está pretendendo dar novos rumos políticos para o Movimento dos Sem Terra, querendo aplicar uma teoria marxista de cunho vanguardista e revolucionário, o que se constitui em ameaça para as atuais características do movimento, como participação, descentralização do poder, resistência ativa não violenta e outras?

- Existe uma preocupação em aprofundar o estudo do marxismo com espírito crítico para que sua contribuição para o trabalho pastoral possa ser corretamente resgatada?

- O trabalhador comum está tendo chance de participar efetivamente nos encontros e reuniões do partido, para que ele também possa entender sobre política com mais facilidade numa linguagem acessível?

Enfim, os mediadores possuem a difícil tarefa de apoiar e assessorar o Movimento dos Sem Terra, sem tirar sua autonomia.

São veículos de integração, participação, informação e aprendizagem para os agricultores que dela fazem parte.

Os trabalhadores rurais, por sua vez, se colocando receptivos para esta integração, estarão facilitando a articulação entre os diferentes movimentos sociais para que juntos possam vir a constituir a força política capaz de efetuar mudanças na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O Velho Poder dos Barões da Terra. In: KOUTZI, Flávio (org.) Nova República. Um Balanço. São Paulo L&PM, 1986.

_____. Nova forma de luta pela terra: acampar. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, São Paulo, 15 (2) maio/jun. 1985.

_____. Lutas Sociais no Campo. Ensaio de Opinião. São Paulo, Paz e Terra 11 (9), 1979.

AGENDA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - 1987. Executiva do Movimento dos Sem Terra. São Paulo, 1987.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. Sindicalismo Brasileiro, entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO MOVIMENTO SEM TERRA-SC. As Ocupações no oeste de Santa Catarina. Chapecó, mimeo., jun/1985.

AURAS, Marli. Guerra do Contestado. Organização e Irmandade Cabocla. São Paulo & Santa Catarina, Cortez & UFSC, 1984.

BARBÉ, Domingos. A Graça e o Poder. São Paulo, Paulinas, 1983.

_____. A Não-Violência Ativa. Revista de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, 77 (8) out. 1983.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984.

BOFF, Leonardo. E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce do povo. Petrópolis, Vozes, 1986.

- BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1982.
- BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1982.
- _____. Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BRITO, Maria Noemi C. Mulheres no sul: movimento e ação (1975-1984). Porto Alegre. UFRGS, mimeo., 1985.
- CALDART, Roseli Salete. Sem Terra com Poesia. Petrópolis, Vozes, 1987.
- CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais. Algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CAMACHO, Daniel & MENJIVAR, Rafael (coord.) Movimentos populares em centroamérica. San José, EDUCA, 1985.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, 1 (3) fev/1987.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI. Quem tem medo da Reforma Agrária. Dossiê das reações ao 1º PNRA. Rio de Janeiro, maio/ago. 1985.
- _____. Reforma Agrária contra a fome. Tempo e Presença. Nº 200 ago/1985.

- _____. Terra é mais que um pedaço de chão. Tempo e Presença. Nº 211 ago/1986.
- CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. Dossiê Reforma Agrária - 1985. São Paulo, 1985.
- CENTRO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SC - CEPA. Estrutura Agrária. Evolução em Santa Catarina - 1960-1980. Florianópolis, dez/1984.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Projeto Popular de Reforma Agrária. Cadernos de Estudo - CPT, nº 10, Goiânia, julho/1984.
- _____. Conflitos de Terra no Brasil - janeiro a dezembro de 1984. Assessoria da CPT, Goiânia, mimeo. fev/1985.
- _____. CPT, Pastoral e Compromisso. Petrópolis, Vozes, 1983.
- CONSELHOS COMUNITÁRIOS. Decreto nº 2.840 de 16 de junho de 1977. Diário Oficial do Estado de SC. Florianópolis, 28 jun/1977.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como valor universal. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- DELA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura 1974-1985. In: KRISCHKE, P. & MAINWARING, S. (org.) Igreja nas Bases em Tempo de Transição. Porto Alegre, L&PM, CEDEC, 1986.
- DE LA CRUZ, Rafael. Movimentos Sociais. Encontro e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.
- DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981.
- _____. Elementos Metodológicos da Pesquisa Participante. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1984.

- D'INCAO, Maria Conceição. A questão do bôia-fria. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- D'INCAO, M.C. & CARVALHO, Abdias V. de. Reforma Agrária, Significado e Viabilidade. Petrópolis & São Paulo, Vozes & CEDEC, 1982.
- DOIMO, Ana M. et alii. Os Novos Movimentos Sociais. Teoria e Prática. São Paulo, ANPOCS, mimeo., 1985.
- DURÃO, Jorge E.S. Igreja e Movimentos Populares Rurais. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) Igreja Movimentos Populares e Política no Brasil. São Paulo, Loyola, 1983.
- DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais. A construção da cidadania. Novos Estudos CEBRAP, nº 10, out/1984.
- ESTERCI, Neide (org.) Cooperativismo e Coletivização no campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- EVERS, Tilman. Identidade. A face oculta dos Novos Movimentos Sociais. Novos Estudos CEBRAP 2 (4), abr/1984.
- FERREIRA, Antonio C.M. Atuação na Igreja junto aos trabalhadores rurais. Revista Ensaios de Opinião. São Paulo, Paz e Terra (11) 9, 1979.
- FERRO, Cora. A mulher latino americana, a práxis e a teologia da libertação. In: TORRES, Sérgio. A Igreja que surge da base. São Paulo, Paulinas, 1982.
- FIGUEIREDO, Vilma (coord.) Questão e Reforma Agrária nso anos 80. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, nº 77, abr/jun/1984.
- FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa. Aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO Carlos R.(org.) São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1982.

GALLETTA, Ricardo. Pastoral popular e política partidária no Brasil. São Paulo, Paulinas, 1986.

GEHLEN, Ivaldo. A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de NONOAI. In: SANTOS, José V.T. (org.) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, ICONE, 1985.

GOHN, Maria da Glória. A força da periferia. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOMES DE SOUZA, Luís A. Classes Populares e a Igreja nos caminhos da história. Petrópolis, Vozes, 1982.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado. Rio de Janeiro, Forence Universitária, 1982.

GOSS, Jean & GOSS-MAYR, Hildegart. A não-violência Evangélica: força da libertação. Encontro de Bispos da América Latina. São Paulo, Loyola, 1979.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3 ed. 1979.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no campo. Petrópolis, Vozes & FASE, 1987.

_____. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985.

GUANZIROLI, Carlos E. Reforma Agrária. Análise do Plano do Governo Sarney. IBASE, nov/1985.

GUATTARI, Félix. As Novas alianças: Movimentos Sociais & Movimentos alternativos. Revista Desvios nº 5, março 1986.

- GUTIERREZ, Fernando Calderon. Os Movimentos Sociais frente a crise. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.
- IANNI, Octávio. A luta pela terra. Petrópolis, Vozes, 2 ed.1979. (Coleção Sociologia Brasileira nº 8).
- _____. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, José V.T. (org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, ICONE, 1985.
- IBASE. Violência no campo. Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Petrópolis, Vozes, 1985.
- IBASE. Políticas Governamentais. Maio de 1985 a jan/fev. 1987.
- INCRA. O INCRA e a Reforma Agrária em Santa Catarina. Florianópolis, mimeo., 1985-86.
- INCRA. Plano Regional de Reforma Agrária. Florianópolis, mimeo. dez/1985.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos e a Crise. Da Explosão Social a participação social autônoma. Política e Administração. Movimentos Sociais no Brasil. FESP, 1 (2) julho/set.1985.
- JORNAL CHEIRO DE TERRA - CPT. Florianópolis, maio 1985 a junho 1987.
- JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. São Paulo, jun/1985 a jun/1987.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, maio/1985 a junho/1987.
- JORNAL O ESTADO. Florianópolis, maio/1985 a junho/1987.
- JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, junho/1986 a junho/1987.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, maio/1985 a junho/1987.

KARNER, Hartmut. Movimentos Sociais. Revolução no Cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.

KERBAUY, Maria Teresa M. Mulher, Representação partidária e movimentos sociais. São Paulo, ANPOCS, mimeo., out/1985.

KOLTAI, Caterina. Por que Pacifismo? São Paulo, Moderna, 1987.

KOUTZI, Flávio (org.) Nova República, um balanço. Porto Alegre, L&PM, 1986.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Rio de Janeiro, Perspectiva, 1975.

LACLAU, Ernesto. Democracia e luta socialista na América Latina. A Questão da Democracia. São Paulo, Rio de Janeiro, Paz e Terra & CEOEC, 1980.

_____. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, nº 2, out/1986.

LANDI, O. Sobre Languages, Identidades y Ciudadanias Políticas. In: LECHNER, N. (org.) Estado y Política en América Latina. México, Silgo XXI, 1981.

LEAL, Laurindo (org.) Reforma Agrária na Nova República. Contradições e Alternativas. São Paulo, Cortez & EDUC, 1985.

LEFFORT, Claude. A Invenção Democrática. Os limites do totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LENT, Carmem. Entre a primeira e a segunda fundação: a migração psíquica, uma visão de crise em Psicologia. In: BURSZTYN, Marcel et alii. (org.) Que crise é esta? São Paulo, Brasiliense, 1984.

- LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MACEDO, Carmem C. Tempo de Gênese. O povo das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MARTINS, José de S. A Militarização da questão agrária. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes 1981.
- _____. A Reforma Agrária e os limites de democracia na Nova República. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- _____. Igreja face a política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanda. Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
- _____. O Cativo da Terra. São Paulo, LECH, 1981.
- MELIGA, Laerte D. & JANSON, M.C. Encruzilhada Natalino. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MINC, Carlos. A Reconquista da terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- MIRAD. Conflitos de Terra em 1985. Brasília, fev/1985.
- MIRAD. Proposta para a elaboração do 1º PNRA da Nova República. Brasília, maio 1985.
- MOISÉS, José A. Lições de Liberdade e opressão: o novo sindicalismo e a política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, J. A. et alii. Alternativas populares de democracia: Brasil anos 80. Petrópolis, Vozes, 1982.
- NUN, José. O outro reducionismo. Revista Ensaio. Marx Hoje. São Paulo, 5 (11/12), 1983, ed. especial.

- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. Religião e dominação de classe. Petrópolis, Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Rosiska & OLIVEIRA, Miguel. Pesquisa Social e Ação educativa. Conhecer a realidade para poder transformá-la. In:BRANDÃO, Carlos R. Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 2 ed. 1982.
- ORGANIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA DAS NAÇÕES UNIDAS - FAO. Conferência Mundial sobre Reforma Agrária. Roma, mimeo. julho/1979.
- PAIVA, Vanilda (org.) Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
- PANDOLFI, Maria Lia C. de A. Movimento de trabalhadores rurais do nordeste (1970-1984). Recife, mimeo. dez/1985.
- PAULILO, Maria Ignez. A Integração no sul do Estado de Santa Catarina. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, mimeo. 1987.
- PERANI, Cláudio. Pastoral Popular. Poder ou Serviço? Cadernos do CEAS, nº 82, Salvador, nov/dez. 1982.
- PETRINI, João Carlos. CEBs: Um novo sujeito popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- PINSKY, Jaime (org.) et alii. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, 2 ed. 1979.
- POLETTO, Ivo. O Movimento Sem Terra e a luta pela terra. Cadernos do CEAS, nº 97. Salvador, maio/jun. 1985.
- POZZOBON, Dornelles A. Aspectos da Estrutura fundiária de Santa Catarina. Florianópolis, mimeo. 1986.

RESENHA: SEM TERRA Grupo Agrário: CAMP, Porto Alegre. jun/1985 até jun/1987.

RIBEIRO, Nelson F. Caminhanda e Esperança na Reforma Agrária. A questão da terra na Constituinte. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

SADER, Emir. Quem tem medo do nacionalismo? Folha de São Paulo, 06 fev. 1984.

SAMPAIO, Plínio. A "nova política" na esfera "macro". In: GALLETTA, Ricardo. Pastoral Popular e política partidária. São Paulo, Paulinas, 1986.

SANTOS, José V.T. (org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, ICONE, 1985.

SANTOS, Theotônio dos. A crise e os movimentos sociais no Brasil. In: Política e Administração: Movimentos Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, FESP 1 (2) junho/set. 1985.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.

_____. Movimentos Sociais. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, UFSC, 1984.

_____. O Movimento dos trabalhadores rurais do sul do Brasil. Florianópolis, mimeo. out/1985.

SCHERER-WARREN, I. & REIS, Maria José. As Barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social. Boletim de Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, maio/jun. 1986.

_____. As Barragens do Uruguai e a mobilização popular. UFSC, mimeo. 1985

SEMINÁRIO SOBRE DEMOCRACIA E MOVIMENTO POPULAR. Lima, DESCO 1981.

- SERRÃO, Ubiratan M. et alii. Peste suína. Boletim de Defesa Sanitária Animal. Ministério da Agricultura, Brasília, ed. especial.
- SHARP, Gene. Poder, luta e defesa. Teoria e prática da ação não-violenta. São Paulo, Paulinas, 1983.
- SILVA, José Graziano da. Para entender o PNRA. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SILVA, César A. Freisleben da. Santa Catarina, Reforma Agrária nela. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas 12 (6) nov/dez. 1982.
- SILVA, Luis Antonio Machado da. Para repensar o paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos. Campos do Jordão, ANPOCS, mimeo. out. 1986.
- SOUZA, Herbert. Igreja, Partidos Políticos e eleições 82. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) Igreja, Movimento popular, política no Brasil. São Paulo, Loyola, 1983.
- TELLES, Vera S. Movimentos Sociais. Reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.
- TOURAINÉ, Alan. O Pós-Socialismo. Porto, Afrontamento, 1981.
- VIOLA, Eduardo J. A Problemática do Estado e do Regime político. Um ensaio desde a ótica da democracia política. Cadernos de Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, 1981.
- VIOLA, E.J. & MAINWARING, S. Novos Movimentos Sociais. Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org.) op. cit.
- WEFFORT, Francisco. Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense, 1984.

A N E X O I

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES
SEM TERRA PARA OS ACAMPAMENTOS*

*A formulação das questões servirá para nossa orientação. Elas serão dirigidas aos entrevistados em forma simplificada, tornando-as compreensíveis mediante vocabulário acessível.

1. Acampamento de _____
2. Sexo _____ Idade _____
3. Número de familiares _____
4. Procedência _____
(local onde morava antes)
5. Em que sistema trabalhava na terra _____
(parceria, arrendamento, etc.)
6. Porque você está neste acampamento? _____
7. Como você(sua família) começou a participar do Movimento dos Sem Terra? Como conheceu? Através de quem?
8. O que caracteriza para você o Movimento dos Sem Terra? Qual a importância e o que ele representa?
9. O que você achou da organização interna do acampamento, as divisões de tarefas, as comissões, como foram formadas?
10. O que você achou da coordenação do acampamento? Das lideranças? Como foram escolhidos os representantes, tanto da coordenação como das comissões?
11. Como você se sentiu nestes 5 meses de acampamento? Quais as principais dificuldades que passaram?
12. Como e quem você acha que poderia ter resolvido mais rapidamente o problema da distribuição de terras no caso de vocês?
13. O que foi que mais marcou você neste acampamento?
14. Como você viu o papel da mulher no Movimento? Cite alguns exemplos que você considerou a participação das mulheres importantes.

15. E o papel das crianças? Como você as viu fazendo parte do acampamento?
16. Como você viu o papel da Igreja em relação ao Movimento?
17. Como você concebeu a FÉ, a religião no acampamento, o que achou das celebrações?
18. Como você viu o papel da CPT em relação ao Movimento, qual a sua importância, deu o apoio esperado?
19. Você acha que o Movimento aceitou o apoio de sindicatos, partidos? Quais e de que forma? Você achou importante?
20. Como você viu o papel dos políticos e autoridades em relação ao movimento?
21. Como você acha que os políticos vêem o Movimento dos Sem Terra e o que esperam dele?
22. Você acha que cabe somente ao Estado, a solução do problema da distribuição da terras? Acha que as leis do Estado devem ser respeitadas mesmo numa situação destas?
23. Como você concebe o direito a terra, o direito a propriedade que os agricultores deveriam possuir?
24. Como você acha que foi a distribuição de alimentos e roupas ao longo destes 5 meses?
25. Como viu o papel da Imprensa em relação ao Movimento?
26. O que você pensa sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo desde o seu lançamento até agora?
27. Qual a sua opinião sobre Reforma Agrária. Como você elaboraria o plano?

28. O que você acha necessário para que os trabalhadores conquistem uma Reforma Agrária mais justa?
29. Como você idealiza ou imagina os assentamentos definitivos?
30. O que será necessário para que os participantes do Movimento Sem Terra se considerem satisfeitos, nos assentamentos?
31. Qual o papel que você desempenhou neste acampamento. Você sentiu que foi útil, importante?
32. O que você achou desta luta, desta organização, desta ação conjunta? Acha que teria obtido o mesmo resultado se tivesse lutado sozinho?
33. Qual a repercussão que o Movimento dos Sem Terra conseguiu junto a opinião pública?
34. Quais as conquistas que vocês já alcançaram e quais pretendem alcançar?
35. Como você concebe Cidadania, ser cidadão?
36. Você acha que aprendeu alguma coisa, passou a entender mais sobre política em geral, depois de acampado?
37. Que mensagem você daria aos companheiros Sem Terra que ainda estão pensando em se organizar e para aqueles que acabaram de fazer ocupações (na fazenda ANONI, RS)?

A N E X O II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ASSENTAMENTOS

1. Local do as assentamentos
2. Sexo _____ Idade _____ Nº de filhos _____
3. Local em que estava acampado
4. O que está achando da terra que recebeu para assentamento de definitivo? O que ela tem de infra estrutura e o que falta para ter as mínimas condições de sobrevivência?
5. Está satisfeito com o local que foi assentado? É perto de sua terra natal?
6. Como está a organização das famílias que estão assentadas aqui. Conseguiram permanecer em grupo como pretendiam?
7. Como estão trabalhando a terra? Em sistema coletivo ou individual? O que estão achando da política de assentamento do INCRA? Os assentamentos da forma como estão sendo feitas estão favorecendo a união comunitária, associativismo, cooperativismo?
8. Como está sendo a divisão das tarefas, ainda permanecem as comissões?
9. Como foi com as sementes para o plantio? A época em que foram assentados ainda deu para plantar os produtos principais? O que estão plantando ou produzindo? Quais as consequências?
10. Como vê o papel do INCRA e do governo no cumprimento do acordo firmado em maio de 85?
11. O que está achando da Nova República do Sarney, dos políticos? Como está achando o encaminhamento da Reforma Agrária pelo governo?

12. Você acha que ocorreu alguma violência - com vocês ou entre vocês - todo esse tempo, desde a ocupação até agora? O que é violência para você?
13. Você acha que alcançou o objetivo de toda a luta e sofrimento que passaram nos acampamentos? Valeu a pena participar do Movimento dos Sem Terra, das ocupações e do acampamento?
14. De quem vocês estão recebendo apoio nesta fase de assentamento? O que representa a importância do apoio ou falta de apoio?
15. O que você achou da experiência que está vivendo desde o dia da ocupação - maio/85? O que aprendeu e como se sente? Pontos positivos e negativos.
16. O Movimento teve candidatos nas últimas eleições? Quais? Receberam apoio dos assentados?
17. Os assentados receberam apoio (verba) do BNDS? Qual foi a quantia destinada e para que fins?
18. Você conhece as Comissões Agrárias e Conselhos Agrários Municipais? Estão colaborando nos assentamentos? De que forma os assentados participam deles?

A N E X O III

**ACORDO ENTRE AS ENTIDADES DO GOVERNO
E REPRESENTAÇÕES DO MST**

Luz e São Miguel D'Oeste para nelas assentar provisoriamente as famílias que ocuparam áreas até a data de hoje, conforme processo de cadastramento desenvolvido pelo INCRA, e localizadas nos municípios de São Miguel D'Oeste, Romelândia, Mondai, Abelardo Luz, Maravilha, Descanso e Quilombo;

2) Dotar as áreas de infra-estrutura mínima compatível com as condições de provisoriedade da localização das famílias nas áreas antes mencionadas.

Pelo presente documento, o Governo Estadual, ao reiterar sua intenção em participar do Plano Nacional de Reforma Agrária, de acordo com as normas estabelecidas pelo Estatuto da Terra, reafirma sua posição de não admitir atos desordenados que coloquem em risco a ordem pública no meio rural.

II - O MIRAD - INCRA comprometem-se a:

1) Agilizar os processos de desapropriação já existentes em áreas anteriormente identificadas, encaminhando tais processos para declaração de área prioritária e posterior desapropriação num prazo de noventa dias;

2) Dimensionar o processo desapropriatório para atingir as condições técnicas usualmente adotadas para elaboração de projeto de acordo com o critério modular e implementá-lo considerando as condições operacionais do INCRA e a adequação dessa meta ao Plano Nacional de Reforma Agrária, visando beneficiar progressivamente, de acordo com as áreas li-



Handwritten signature
Celestino Roque Pires

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

beradas, duas mil famílias;

3) Efetivar avaliação quinzenal con junta das etapas de desenvolvimento do processo, pelas partes , tendo como referencial o prazo de cento e vinte dias visando o assentamento efetivo das famílias.

III - O Movimento dos Trabalhadores Ru - rais Sem Terra do Estado de Santa Catarina, compromete-se a:

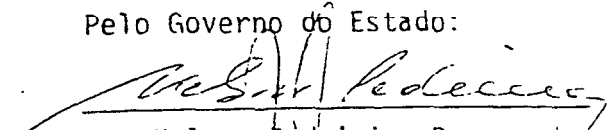
1) Promover a transferência das fa - mílias ocupantes das áreas aqui referidas para os locais de assen tamento provisório. As famílias mencionadas deixarão as áreas com o apoio do Governo do Estado;

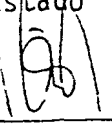
2) Apoiar o cadastramento a ser rea lizado pelo INCRA.

IV - Fica assegurada a participação dos representantes dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todas as fa ses do processo.

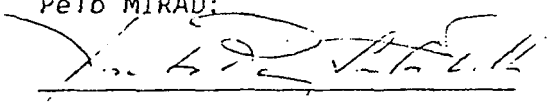
Florianópolis, 03 de junho de 1.985


Pelo Governo do Estado:



Dr. Nelson Pedrini - Procurador
Geral do Estado


Dr. Wilson Pedro Kleinubing
Secretário da Agricultura e Abas
tecimento - SC

Pelo MIRAD:


Dr. José dos Reis Santos Filho
Assessor Especial do Ministro


Dr. Luiz Edson Fachin - Procurad
Geral do INCRA

(Segue fl. 4 assinaturas) ./.


A N E X O I V

NOTA DE ESCLARECIMENTO À POPULAÇÃO EM 01.05.86

NOTA DE ESCLARECIMENTO
 ***** *** *****

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem através desta nota esclarecer à Imprensa e à População que dia PRIMEIRO DE MAIO as famílias acampadas em Florianópolis retornarão para os acampamentos, no oeste.

Tal decisão se deve ao seguinte:

- 1º) Nossas exigências no que dizia respeito ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram em parte atendidas, como: Assentamento de 602 famílias nas áreas já desapropriadas. Sendo que o Transporte para as áreas será efetuado sob a responsabilidade do INCRA.
- 2º) Infraestrutura - apesar de ser provisória - conseguimos através da pressão, que seja melhorada.
- 3º) Através da nossa luta e organização conseguimos sensibilizar grande parte da opinião pública para os problemas sérios que enfrentamos e a luta justa e legítima pela Reforma Agrária ampla e sob o Controle dos Trabalhadores.
- 4º) Conseguimos arrancar do INCRA e do governo federal a certeza de que o acordo assinado no dia 03 de junho de 1985 - entre Movimento dos Sem Terra, INCRA, MIRAD, e governo do estado - será cumprido.
- 5º) Nossa luta continua para que sejam desapropriados imediatamente os 5.600 ha que já estão com o presidente da República. Nesse sentido, a partir de agora nossa pressão será direta em Brasília.

Se através desta luta conseguimos vitórias importantes, se deve sobretudo ao grande apoio recebido em Florianópolis, pela Comunidade e as várias entidades que estiveram lado a lado nesta batalha.

Conclamamos que continuem firmes, pois a nossa luta é a mesma no
 CAMPO E NA CIDADE.

FLORIANÓPOLIS, PRIMEIRO DE MAIO DE 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DE ENSINO SUPERIOR, ALISC, MOVIMENTO ECOLÓGICO LIVRE, SINDICATO DOS ENG. AGRÔNOMOS, DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES-UFSC, UNIÃO CATARINENSE DOS ESTUDANTES, ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUADOS, PASTORAL UNIVERSITÁRIA, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR, CENTRO ACADÊMICO DE AGRONOMIA, CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE LETRAS, CENTRO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL, CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO, CENTRO ACADÊMICO DE ENG. MECÂNICA, CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE QUÍMICA, ESTUDANTES DE HISTÓRIA, CIÊNCIAS SOCIAIS, ENFERMAGEM, PEDAGOGIA, PARTIDO DOS TRABALHADORES, ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFSC, CENTRO DEMOCRÁTICO E POPULAR PAULO WRIGHT, PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO, ABRA, OAC.

Nossos sinceros agradecimentos a estas e outras entidades que nos apoiaram e apoiam na luta pela REFORMA AGRÁRIA - A C A M P A D O S .

A N E X O V

NOTA À IMPRENSA E A POPULAÇÃO EM 21.12.86



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Estadual - Santa Catarina

Rua Florianópolis, 938 - Cz. P. 643 - CEP 89800 - Chapecó - SC

Fone (0497) 22-2498 - Telex 492560 MSTB

NOTA À IMPRENSA E A POPULAÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina reunido, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1986, para fazer a avaliação da sua atuação no ano de 1986, torna público o não cumprimento, por parte do Governo da Nova República, das metas estabelecidas no 1º PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, onde está previsto o assentamento de 150 mil famílias, com toda infra-estrutura, no ano de 1986.

Sendo que, foram assentadas precariamente, em torno de 10 mil famílias. Em Santa Catarina, que há cerca de 140 mil famílias Sem Terra, e a meta é de assentar, neste ano 2.900 famílias. Dessas foram assentadas, sem nenhuma infra-estrutura, em torno de 1200 famílias. Esses assentamentos foram possíveis em função da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através das ocupações ocorridas em Maio de 1985, que possibilitou a assinatura de um acordo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Governo Estadual e Federal.

Neste acordo, assinado em 03 de Junho de 1985, previsto o assentamento das 2.000 famílias em 120 dias, que até hoje não foi cumprido.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, empenhado na viabilização da REFORMA AGRÁRIA, está preocupado com a prática do Governo em relação aos assentamentos e faz as seguintes denúncias:

1. Falta de infra-estrutura nos assentamentos : Moradia, Escola, Estradas, Assistência Médica e Técnica, Armazéns, Silos ...

2. A destruição total das madeiras feitas pelos madeireiros, sem que o INCRA e o IBDF tomem medidas para impedir essa depredação.

3. O não cumprimento, por parte do INCRA, do parecer técnico da EMPASC, que estabelece um módulo mínimo de ha. por família, em cada área.

4. A falta de condições mínimas para se produzir, praticamente em todas as áreas. Sendo que a maioria das áreas necessitam de destoca e correção de solo (adubo e Calcário) para que possam produzir.

5. A morosidade do INCRA em dividir os lotes em cada área.

6. Na maioria das áreas há um maior número de famílias do que a área comporta.

7. A perseguição das lideranças e a tentativa de acabar com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Também denunciemos a queima de 16 casas e a destruição de plantações de posseiros nos municípios de Garuva e Campo Alegre. Bem como a morosidade em devolver a terra do campo de instrução Marechal Hermes no município de Papanduva aos legítimos proprietários.

Apesar de todas as dificuldades impostas aos assentados (como atraso em entregar sementes e liberar créditos), foram trabalhados em média 1 ha. por família.

Isso comprova claramente que o governo não tem a mínima intenção em fazer a Reforma Agrária. Por isso é fundamental que continuemos organizados, pois a Reforma Agrária só sairá com a nossa luta organizada.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA /SANTA CATARINA.

ASSEMBLÉIA DE AVALIAÇÃO - 21 DE DEZEMBRO/1986 - CHAPECÓ - SC

A N E X O VI

**PROPOSTAS DO IV CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES
RURALS NÃO CONTEMPLADAS NO PLANO**

Propostas do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais não contempladas no Plano.

14 - Que as terras e benfeitorias dos latifúndios sejam desapropriados por interesse social e pagas em títulos da dívida agrária, enquanto as terras griladas ou com títulos duvidosos sejam confiscadas. Que os trabalhadores lutem para que a constituinte amplie o uso do instrumento do confisco.

15 - O movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais deve conservar a sua independência face aos órgãos estatais como o MIRAD e o INCRA. Exigimos do atual governo que a RA seja totalmente desvinculada do CSN ou interferência de órgãos ligados à repressão. Exigimos a imediata extinção do GETAT/GEBAM e a revogação das exposições de motivos 005 e 006 do CSN.

17 - Que seja elaborado e posto em prática, em todo o território nacional, um PNRA, com etapas bem delimitadas, começando já e com prazo máximo de 05 (cinco) anos para terminar, tendo em vista a gravidade dos problemas que atingem a grande massa de trabalhadores rurais, deixando de existir apenas na letra da lei e pronunciamentos governamentais.

21 - Que, desde já, o Governo adote medidas para impedir o crescimento dos latifúndios e empresas rurais:

- a) Proibindo, definitivamente, a substituição de área de produção de primeira necessidade por qualquer produção incompatível com a alimentação humana;
- b) Proibindo a expansão de canaviais nas áreas ocupadas com a produção de alimentos;
- c) Proibindo o desmatamento de florestas naturais para reflorestamento, produção de carvão ou formação de pastagens;
- d) Fiscalizando as empresas rurais e verificando se elas estão cumprindo sua função social e que sejam coibidas as manobras utilizadas para classificar latifúndios como empresas rurais;
- e) Proibindo a implantação de loteamentos urbanos e chácaras de recreio em terras agriculturáveis;
- f) Proibição definitiva de vendas de propriedades a empresas brasileiras ou multinacionais;
- g) Todas essas áreas devem ser consideradas prioritárias para efeito de RA;
- h) Proibição definitiva de vendas de terras a empresas brasileiras ou multinacionais e também a pessoas físicas e jurídicas que têm como objetivo a concentração de terras para fins de especulação

imobiliária.

26 - Que a desapropriação, por interesse social, dos latifúndios se ja feita com indenização baseada no valor declarado ao INCRA, a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos.

28 - Exigir que o Governo Federal declare de interesse social, para fins de desapropriação, todas as áreas tidas como latifúndio, compreendidas em um raio de quarenta (40) quilômetros dos eixos das rodovias federais e estaduais, rios e faixa nacional de fronteiras, respeitadas as terras indígenas.

30 - Que a terra seja distribuída gratuitamente.

32 - Que as terras ocupadas com o plantio de cana e outras áreas de monocultura, de acordo com o trabalhadores rurais dessas áreas, sejam desapropriadas por interesses social, conforme o Estatuto da Terra.

34 - Que, em ordem de prioridade, o processo de RA englobe simultaneamente as seguintes terras:

- a) Das empresas rurais;
- b) Áreas de ocupação de arrendatários, parceiros, posseiros e ocupantes;
- c) Nas terras agriculturáveis que são inexploradas e ociosas;
- d) Nas terras da Igreja;
- e) Terras da União.

35 - Deverão ser assentados com prioridades:

- a) Os trabalhadores que lutaram na resistência pela terra;
- b) Arrendatários, parceiros e assalariados rurais;
- c) Filhos de pequenos proprietários cuja área que possuem não comporta mais a mão-de-obra familiar.

37 - Que a RA também atinja os trabalhadores que foram expulsos do meio rural e hoje estão na cidade e querem voltar para o campo.

39 - Que sejam assentados anualmente pelo menos 2 milhões de famílias em terras produtivas com a participação de representantes das entidades sindicais.

42 - As terras desapropriadas ficam proibidas de ser objeto de contrato de compra e venda, salvo permuta por área agrícola e nos casos em que o trabalhador comprovar a sua não adaptação à terra. Neste caso, deve ser repassada a área a outro trabalhador que não tenha terra e a queira fazer produzir mediante a indenização das benfeitorias, sob a coordenação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

45 - Exigir a inclusão de um dispositivo na lei que institua a perda sumária da propriedade acima de 3 módulos rurais pela não utilização de pelo menos 50% da terra agriculturável e que a mesma seja repassada para os Trabalhadores Rurais sem terra ou com pouca terra.

75 - Exigir a eliminação imediata da preservação de grandes proprie

dades dentro das áreas desapropriadas.

76 - Que os trabalhadores que participaram da luta pela desapropriação sejam os primeiros a serem assentados.

88 - Exigir que a política de colonização seja revista. Ela deve ser uma política complementar à RA. Deve ser organizada apenas por órgãos oficiais, com a participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e não por colonizadores particulares.

103 - Exigir a demarcação das áreas ocupadas por posseiros, acompanhada pelas entidades de Classe e que a entrega dos títulos definitivos dessa terra seja feita no prazo de um ano.

106 - Que todos os Cartórios (tabelionatos) sejam estatizados e o poder público responsabilizado por suas faltas.

115 - Exigir o fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais; os incentivos e isenções fiscais bem como os chamados programas especiais devem desaparecer ou serem reorientados em benefício do trabalhador rural.

124 - Desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos e que estão sendo expulsos e substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela expansão de canaviais para a produção de álcool carburante ou pelas empresas de reflorestamento.

126 - Que seja estabelecido o prazo mínimo de 5 anos para os contratos agrários de lavouras brancas e de sete anos para lavoura permanente, de acordo com as peculiaridades da região e observadas as disposições legais do Estatuto da Terra.

127 - Que seja observado na parceria o pagamento da parcela de 5% dos produtos quando o proprietário concorrer com apenas a terra nua.

133 - Combate aos problemas causados pelas secas e enchentes no Nordeste através da transformação da atual estrutura agrária injusta, mediante uma RA ampla, massiva, imediata e drástica, com a participação dos trabalhadores rurais, acompanhada de medidas de desenvolvimento agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, nos termos das decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

134 - Medidas agrárias de caráter específico, que possibilitarão reduzir de forma substancial os efeitos danosos das secas sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais:

- a) Desapropriação das áreas úmidas e vazantes, distribuindo-as aos trabalhadores rurais, com assistência técnica e creditícia;
- b) Desapropriação por interesse social de áreas em conflito;
- c) Aceleração da titulação de terras para os trabalhadores rurais, com a participação dos sindicatos;
- d) Assentamento de trabalhadores rurais nas terras públicas, realizando obras que as tornem em plena condição de ocupação;

- e) Prioridade à produção de alimentos para abastecimento regional;
- f) Fim da política de apoio indiscriminado à expansão das pastagens e da pecuária;
- g) Programas de combate aos efeitos da seca que tenham como objetivo a transformação da estrutura agrária e que garantam a mudança do atual quadro de miséria da região;
- h) Programas de estudos técnicos sobre o desequilíbrio ecológico causado pelas secas ou pelas cheias do Nordeste.

135 - Medidas agrícolas específicas que possibilitarão reduzir de forma substancial os efeitos danosos das secas sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais:

- a) Crédito, para investimento, com prazo de 20 anos e 5 de carência, a juros acessíveis, aos agricultores de até 100 ha, desde que comprovem trabalhar em regime de economia familiar;
- b) Crédito de custeio, a juros acessíveis, nas épocas oportunas;
- c) Anistia dos débitos bancários para os trabalhadores rurais, relativa aos anos em que houve seca;
- d) Prioridade aos pequenos produtores na concessão de crédito agrícola por bancos oficiais;
- e) Prioridade à produção de alimentos para abastecimento regional.

151 - Que seja suspensa a construção de novas barragens a fim de não agravar ainda mais o problema da falta de acesso à terra aos trabalhadores rurais.

157 - Que as construções de barragens, além de sua finalidade primeira que é gerar energia, tenham, também, obrigatoriamente - onde se fizer necessário -, a destinação de se prestar à irrigação.

**EXTRAÍDO DE PUBLICAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA ,
Nº ESPECIAL, ago.1985.**

A N E X O VII

ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHOS AGRÁRIOS MUNICIPAIS

- CONSELHOS AGRÁRIOS MUNICIPAIS -

I - FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Agrário Municipal, órgão consultivo com ação sobre a área de jurisdição do respectivo município, tem por finalidade prestar assessoria à Comissão Agrária, participando da formulação e da execução dos programas de reforma agrária a nível municipal.

II - ATRIBUIÇÕES

Art. 2º - Cabe ao Conselho Agrário Municipal:

- I - Manifestar-se sobre a seleção de candidatos para fins de assentamento;
- II - Prestar informações à Comissão Agrária, sobre propostas de desapropriação apresentadas pelo INCRA, e informar ao INCRA sobre áreas passíveis de desapropriação;
- III - Acompanhar os processos de assentamento, manifestando-se sobre o desempenho dos assentados quanto à utilização da respectiva parcela, assim como sobre os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos públicos com ação sobre a área;
- IV - Prestar apoio logístico às ações de reforma agrária desenvolvidas no respectivo município;
- V - Manifestar-se sobre o estágio de desenvolvimento de cada projeto, em sua área de jurisdição, opinando sobre sua emancipação.

Art. 3º - As manifestações expendidas pelo Conselho Agrário Municipal não vinculam as decisões nem substituem as atribuições decorrentes de lei ou regulamento, das autoridades administrativas e da Comissão Agrária.

III - ORGANIZAÇÃO

Art. 49 - O Conselho Agrário Municipal, criado por ato da Comissão Agrária, será integrado pelos seguintes membros:

- I - Representante do INCRA coordenará
- II - Representante da Prefeitura Municipal
- III - Representante escolhido entre os órgãos técnicos, com representação local (ACARESC, CIDASC, SAA, MA, Escolas Técnicas Agrícolas).
- IV - Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais
- V - Representante do Sindicato Rural
- VI - Representante dos beneficiários
- VII - Representante do Sistema Cooperativo da região (quando houver)

§ Único - Cada titular terá um suplente, também indicado pela entidade representada.

IV - PRINCÍPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

Art. 59 - O Conselho Agrário Municipal reunir-seá, ordinariamente 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou da maioria dos seus membros, quando for necessário.

Art. 69 - Das reuniões do Conselho Agrário Municipal serão lavradas atas, consubstanciando os pareceres emitidos e as deliberações tomadas.

§ Único - Cópia da ata de cada reunião será encaminhada à Superintendência Regional do INCRA que dará conhecimento à Comissão Agrária.

Art. 79 - Para efeito de "quorum", o Conselho Agrário Municipal se instalará com a presença de pelo menos 5 (cinco) de seus membros, e suas deliberações somente poderão ser tomadas por maioria de 2/3 dos presentes, no mínimo.

V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - Os serviços do Conselho Agrário Municipal são considerados de caráter relevante e seus membros não perceberão qualquer remuneração, nem manterão com o INCRA qualquer vínculo empregatício.

Art. 9º - O Conselho Agrário Municipal, reunir-se-á na sede da Prefeitura Municipal ou, em local, que, em reunião anterior, houver sido estabelecido.

Art. 10º - A ausência de Titular ou suplente a 3 (três) reuniões consecutivas implica em sua automática substituição, solicitando-se nova indicação à entidade representada.

Art. 11º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente Regional do INCRA, ouvida a Comissão Agrária.

Aprovado pela Comissão Agrária de Santa Catarina, em 03/11/86.